

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
CURSO DE BACHARELADO EM LETRAS

Daniel Martins Saeger

**TRADUÇÕES DIRETAS E INDIRETAS DO RUSSO:
divergências, particularidades e desdobramentos**

Porto Alegre

2016

Daniel Martins Saeger

**TRADUÇÕES DIRETAS E INDIRETAS DO RUSSO:
divergências, particularidades e desdobramentos**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Letras – português e francês.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Denise Regina de Sales

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Sandra Dias Loguercio

Porto Alegre

2016

Saeger, Daniel Martins

Traduções diretas e indiretas do russo:
divergências, particularidades e desdobramentos /
Daniel Martins Saeger. -- 2016.
105 f.

Orientadora: Denise Regina de Sales.
Coorientadora: Sandra Dias Loguercio.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Letras, Curso de Letras: Tradutor Português e
Francês, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Traduções indiretas. 2. Língua russa. 3. Língua
francesa. 4. Mikhail Bakhtin. I. Sales, Denise
Regina de, orient. II. Loguercio, Sandra Dias,
coorient. III. Título.

Daniel Martins Saeger

**TRADUÇÕES DIRETAS E INDIRETAS DO RUSSO:
divergências, particularidades e desdobramentos**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Letras.

Aprovado em: 13 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Patrícia Chittoni Ramos Reuillard – UFRGS

Sandra Dias Loguercio – UFRGS

Valdir Flores do Nascimento – UFRGS

Denise Regina de Sales – UFRGS (orientadora)

RESUMO

O presente trabalho trata de traduções diretas e indiretas do russo para o português. São analisadas três traduções (uma para o francês e duas para o português) do texto “Os Gêneros do Discurso” (capítulo do livro *Estética da Criação Verbal*), de Mikhail Bakhtin, originalmente escrito em russo. Na análise comparativa de trechos especialmente significativos das traduções – feita sob uma perspectiva linguística, descritiva e funcional – procura-se apontar as diferenças entre uma tradução para o português realizada diretamente do russo e outra realizada por via indireta, através do francês, bem como suas respectivas recepções na dimensão sociocultural brasileira. Com base em conceitos como o de *erro em tradução*, de *normas tradutórias* e de *função*, o objetivo é avaliar em que medida as traduções indiretas realmente “deturpam” o texto final, se efetivamente revelam diferenças substanciais quanto às noções analisadas e se mantêm ou não uma consistência terminológica dentro dos padrões do texto original. Tal avaliação crítica é acompanhada da indicação de diferenças entre as três línguas envolvidas, pois busca-se evidenciar que as divergências decorrem não só de escolhas individuais dos tradutores, mas também de características intrínsecas às línguas – a saber, seus diferentes sistemas de escrita, recursos lexicais, morfológicos, sintáticos e fraseológicos –, que sugerem *redes de significação* distintas.

Palavras-chave: Traduções indiretas. Língua russa. Mikhail Bakhtin. Língua francesa.

АННОТАЦИЯ

В данной статье рассматриваются прямые и косвенные переводы с русского языка на португальский. Анализируются три перевода (один на французский и два на португальский) статьи Михаила Бахтина «Проблема речевых жанров» (глава *Эстетика словесного творчества*), в оригинале написанной на русском языке. В сравнительном анализе особенно значительных отрывков из переводов – сделанном с лингвистической, описательной и функциональной точки зрения – предпринята попытка указать на различия между переводом непосредственно с русского языка на португальский и косвенным, через французский, а ещё как принимают оба перевода в бразильском социокультурном измерении. Основанием работы послужили такие понятия, как и *ошибка в переводе*, и *нормы в переводе*, и *функция*. Цель работы состоит в том, чтобы оценить насколько косвенные переводы на самом деле «искажают» окончательный текст, действительно ли они показывают существенные различия, связанные с проанализированными понятиями, а также сохраняют ли они терминологическую согласованность в рамках стандартов оригинального текста. Критическая оценка сопровождается указанием на некоторые различия между тремя вовлечённых языками, так как расхожимости их в переводах связаны не только с индивидуальными выборами переводчиков, но и с внутренними характеристиками самих языков – а именно различие их системы письменности, их лексические, морфологические, синтаксические и фразеологические ресурсы –, которые предполагают различные *сети смысла*.

Ключевые слова: Косвенные переводы. Русский язык. Михаил Бахтин. Французский язык.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1	TRADUÇÕES DIRETAS E INDIRETAS.....	17
2.1.1	Aspectos linguísticos da tradução	21
2.2	A NOÇÃO DE ERRO EM TRADUÇÃO.....	25
2.2.1	A visão funcionalista	30
2.3	O CONCEITO DE NORMA TRADUTÓRIA.....	34
2.4	RELATIVISMO LINGUÍSTICO.....	38
3	UM POUCO DE HISTÓRIA	41
3.1	A LITERATURA RUSSA TRADUZIDA NA FRANÇA E NO BRASIL.....	46
4	QUESTÕES E HIPÓTESES	66
5	METODOLOGIA	69
5.1	MATERIAL.....	69
5.2	PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE.....	71
6	ANÁLISE	73
6.1	OS GÊNEROS DO DISCURSO.....	75
7	CONCLUSÃO	98
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101

1 INTRODUÇÃO

Diante da importância dos autores russos no cenário brasileiro e em seus meios intelectuais desde o início do século XX, o presente trabalho investiga traduções diretas e indiretas de textos de autores russos para o português. A exemplo dessas duas diferentes modalidades de recepção de textos russos aqui no Brasil, serão analisadas três traduções – uma para o francês e duas para o português – do texto “Os Gêneros do Discurso” (capítulo do livro *Estética da Criação Verbal*), de Mikhail Bakhtin.

Com efeito, é bastante significativo o impacto que a academia russa, seus membros e suas contribuições têm no Brasil e na formação acadêmica de muitos pesquisadores, sobretudo na área de Letras – algo que, inclusive, vai além da literatura, já bastante conhecida e aclamada em todo o território nacional – seja em instituições e centros de pesquisa como universidades, em comitês de partidos esquerdistas, em círculos literários ou em grupos de estudo privados. A exemplo disso temos Mikhail Bakhtin: filósofo, estudioso e teórico da cultura e arte europeias e crítico literário que muito contribuiu para os estudos da linguagem e de variados gêneros literários. Líder do importante círculo intelectual chamado “Círculo de Bakhtin”, é autor de trabalhos linguísticos dedicados a questões gerais sobre linguística teórica, estilística e a teoria dos gêneros do discurso – principal objeto de estudo deste trabalho.

Bakhtin é efetivamente um dos autores mais citados nos estudos sobre gêneros do discurso¹ realizados no Brasil. O que se observa, no entanto, é uma grande incongruência conceitual e terminológica em pesquisas embasadas em sua teoria e análise dos gêneros textuais. Isso se deve ao fato de que há uma concepção não-hegemônica do conceito de “gênero”, oriunda de diferentes correntes teóricas. Existe ainda a questão das diferentes interpretações e apropriações dessa noção pelos estudiosos do assunto. Por fim, o enfoque do estudo, os interesses, as motivações e linhas de pesquisa também devem ser considerados, pois linguistas e antropólogos possuem motivações divergentes em relação à temática (SIGNOR, 2009, p. 1).

A propósito, os autores russos passaram a ser mais lidos e discutidos no Brasil quando houve uma onda de difusão internacional do romance russo, começada na França, notadamente pelo ensaio-manifesto *Le roman russe* (1886) de Eugène-Melchior de Vogüé e

¹ Confesso que, por falta de tempo e por não caber no âmbito deste trabalho, não pesquisei a fundo em que medida o termo “discurso” de Bakhtin – aqui amplamente utilizado, seja como tradução livre de “речь” ou por referência às traduções já existentes – está relacionado aos estudos de Análise do Discurso no Brasil (ou se está de todo), e como a determinação dessas terminologias poderiam eventualmente estar inter-relacionadas ou terem influenciado umas às outras. Deixo aqui minha dúvida e a ideia para um possível projeto de pesquisa.

por um vasto número de traduções tanto de literatura quanto de crítica e teoria literária. É precisamente dessas traduções que vou tratar neste trabalho – não de traduções literárias, mas de traduções indiretas de modo geral. Mais especificamente, interesse-me em fazer uma análise comparativa das traduções diretas e indiretas do russo, análise essa de cunho linguístico – haja vista que muitas das análises comparativas desse cunho feitas até hoje tenham sido estritamente voltadas à literatura e a questões mais artísticas – para, assim, tentar identificar divergências entre os textos finais em português.

Nesse sentido, depoimentos pessoais de colegas de curso também ajudam a ilustrar e registrar que existe realmente uma diferença na recepção. Tive a oportunidade de ouvir comentários, em diferentes circunstâncias, de vários colegas meus de graduação a respeito das obras de literatura russa e em especial de suas diferentes edições. Um amigo meu, em particular, me relatou que já havia lido Dostoiévski em edições antigas, claramente traduções indiretas, e não gostou. Anos depois, mesmo convencido de que não gostava do estilo do autor, decidiu ler uma tradução diferente do mesmo livro. No fim, comentou que, comparando as duas traduções, quase não se pode dizer que se trata do mesmo livro ou sequer do mesmo autor, tamanhas eram as diferenças de linguagem e de estilo. Do mesmo modo, Clerio dos Reis, em sua dissertação de mestrado², relata seus questionamentos iniciais que o levaram a levar a cabo seu projeto, compartilha suas dúvidas e comenta suas motivações. Ainda na introdução, conta de um colega de trabalho seu que era ucraniano e que, sendo também leitor de Tolstói, havia mencionado que as traduções de algumas obras de escritores russos para o português haviam-lhe soado bastante estranhas.

Essas traduções antigas, datando até mais ou menos a década de 1950, eram “fiéis”³, reproduzindo as mesmas sensações que os leitores do original podiam sentir, ou faziam cortes e adaptações para serem mais “aceitáveis” ao leitor brasileiro? As observações dos colegas, que não se referiam a nenhuma obra específica, parecem fazer algum sentido no tocante às traduções e recepções de textos literários russos no Brasil.

E mais: se as obras são consideradas clássicas, naturalmente já devem ser conhecidas por boa parte do público. Como seria a reação desse público e também da crítica às novas

² Dissertação essa que, por sinal, não só dialoga muito com este meu trabalho de conclusão de curso – pois traz o outro viés de análise das traduções indiretas, mais voltado à recepção dos textos em suas diferentes edições e focado numa análise mais literária desse fenômeno – como também me ajudou em vários aspectos. Fica aqui meu mais sincero agradecimento ao autor Clerio dos Reis.

³ Christiane Nord (2016) define “fidelidade” não como a representação de um texto completo (na medida em que ele exista) com a mesma situação, função e efeito, considerando conteúdo e forma, etc., mas sim como a transmissão de informação a respeito das características *relevantes* do texto de partida para o contexto de chegada, preservando a lealdade ao emissor do texto-fonte e ao receptor do texto-alvo. Na tradução, portanto, trata-se não de um conceito absoluto de “fidelidade” a um texto, mas de diferentes maneiras de produção de um translato *funcional* levando em conta o princípio (ético) da lealdade aos participantes envolvidos.

traduções, feitas de forma direta? A tradução direta preserva detalhes e nuances de linguagem, do estilo e do pensamento do autor – características essas que, por vezes, se perdem nas traduções indiretas feitas sob a mediação de outras línguas, que as atenuam ou mesmo as suprimem. Conseqüentemente, é possível que a imagem de um autor e de suas respectivas obras, construída por traduções indiretas, sofra alterações assim que traduções diretas começam a circular. Que mudanças podem ter ocorrido na imagem da literatura russa, em especial naquela produzida por Tolstói e Dostoiévski, a partir das traduções diretas?

Esses são pressupostos e questionamentos absolutamente válidos – mas que direcionariam um trabalho mais voltado à recepção e à imagem da literatura russa no Brasil, apesar de ter como base a mesma análise comparativa de traduções diretas e indiretas.

Este trabalho, no entanto, é diferente: não concerne nem literatura nem “sensações”. Busco analisar um texto como o de Mikhail Bakhtin – teórico e científico – onde justamente não cabe se atribuir um valor “sentimental” à leitura. O efeito do texto – que imagino ser menos subjetivo – e as informações nele veiculadas são o que interessa concretamente quando se trata de um texto como esse.

O interessante é apontar esses detalhes e nuances de linguagem, do estilo e do pensamento do autor que supostamente se perdem nas traduções indiretas feitas por intermédio de outras línguas, que as atenuam ou mesmo as suprimem. Em alguns casos a língua de chegada (o francês, no caso) de fato “manipulou”, “deturpou”, “distorceu” a mensagem original. E quando digo língua de chegada, me refiro tanto à norma quanto ao sistema linguístico, à própria estrutura da língua, suas propriedades e instrumentos – lexicais, morfológicos e sintáticos.

Essa “deturpação” se dá por dois motivos principais: filtros culturais e domesticação. O primeiro trata desses filtros inerentes à língua – também conhecidos como marcadores culturais. Mais do que uma escolha do autor, limitações da língua como essas restringem a capacidade enunciativa e expressiva tanto do autor quanto do tradutor. De acordo com vários estudos em linguística e psicologia, demonstrou-se que a língua que falamos influencia nossa visão de mundo e muito provavelmente um pouco da nossa maneira de pensar também. Segundo essa teoria, em alguns casos é possível que o tradutor tenha involuntariamente modificado o sentido original do texto em função do que ele pôde depreender desse texto. A final de contas, para traduzir é necessário primeiramente interpretar, compreender o texto. A interpretação, há muito tempo, tem sido objeto de estudo sob os mais variados enfoques teóricos. Para uma grande vertente da linguística, interpretar é explicitar algo que estaria contido no próprio texto: “dentro dessa perspectiva, a interpretação assemelha-se à

representação, ou se quiser, a reapresentação do significado original” (RAJAGOPALAN, 1992, p. 63).

Ou então, como um segundo fator, ele poderia simplesmente não ter como passar aquela informação integralmente à língua de chegada. Dizem que sempre perdemos algo ao traduzir, não é mesmo? Nas palavras de Umberto Eco, quando se traduz sempre dizemos “quase a mesma coisa” na outra língua; nunca é possível trabalhar com equivalências exatas. Em suma, esses são chamados filtros culturais e linguísticos, e, como acabo de dizer, podem ser propositais ou não. A questão está justamente nesse aspecto, o segundo ponto apresentado no parágrafo anterior, a segunda causa das deturpações: a tradição domesticadora de uma determinada dimensão sociocultural ou de uma comunidade (como é o caso da norma francesa), favorece aproximações à língua e cultura de chegada, apagando certos elementos culturais da língua e cultura de origem.

Portanto, não é de se espantar que o processo de tradução por via indireta acarrete deformações, imprecisões, divergências e problemas no texto de chegada. É justamente isso que, primeiramente, pretendo investigar e, se possível, comprovar se traduções indiretas de fato promovem equívocos, imprecisões e diferenças substanciais quanto ao sentido transmitido no texto original e quanto às noções e à terminologia técnica envolvidas. Em outras palavras, que mudanças e diferenças podem-se notar, objetivamente, quando se compara uma tradução direta e uma indireta? Que efeitos esses diferentes processos podem gerar? Que problemas o texto final pode apresentar? E que consequências tais diferenças e mudanças – tanto na compreensão quanto na interpretação desses textos – podem acarretar nas mais diversas áreas em que são estudados os referidos textos? Por fim, em termos leigos, pode-se dizer que a tradução pela modalidade indireta é “pior” que a direta?

Desnecessário dizer que posso não comprovar nenhum desses pressupostos e me contentar em concluir que ambos os processos nos trazem a resultados igualmente “bons” – satisfatórios e corretos do ponto de vista linguístico e funcional – embora diferentes. Inicialmente, porém, espero achar provas, exemplos de que de fato os textos traduzidos indiretamente são “piores” do que os traduzidos diretamente. E para tal avaliação – afinal, o que é uma tradução ruim? Como uma tradução pode ser pior que a outra? Quais são os critérios de avaliação? Pode-se falar em avaliações qualitativas de tradução nesses termos de “bom” ou “ruim”? Para tanto, é necessário trazer conceitos presentes nas áreas de estudos de tradução e da linguagem, nomeadamente o de *erro* em tradução. Como já se sabe, a tradução por si só já é um processo bastante complexo; se analisada a fundo, *a fortiori*, uma tradução indireta pode se mostrar ainda mais complexa.

Como motivação para este trabalho (para além de questões de cunho pessoal como minha afeição especial pelas línguas francesa e russa, assim como meu gosto pela tradução e pela linguística), tenho um comentário muito pertinente de Bruno Gomide⁴ – que, em meio a tantas outras considerações a respeito das traduções de autores russos, diretas e indiretas, está “escondido” em uma nota de rodapé de sua tese de doutorado:

“O examine (sic) detalhado das traduções constituiria trabalho em si. Aponto apenas algumas rápidas conclusões, extraídas da bibliografia e do cotejo que fiz entre trechos do russo e do francês. A meu conhecimento, não há uma monografia dedicada exclusivamente a essa relação complexa das traduções francesas com as obras russas. Em MUCHNIC, Helen, op. cit., 1969, pp. 64-65, há uma pequena comparação das traduções inglesas e francesas com o original russo. Para uma excelente análise das traduções de literatura russa em inglês, cf. MAY, Rachel, *The translator in the text: on reading Russian literature in English*, 1994.” (GOMIDE, 2004, p. 116)

Com efeito, o que pretendo fazer neste trabalho responde a essa demanda de que Bruno Gomide fala: proponho o exame detalhado de uma tradução francesa de uma obra russa e o cotejo entre essa tradução e duas traduções brasileiras.

Alguma metodologia, portanto: como primeiro ponto a ser apresentado, me proponho a fazer um panorama geral da cultura e história da Rússia de forma a elucidar um pouco como a língua russa se formou e que influências teve, que semelhanças e diferenças ela tem com as outras duas que serão aqui analisadas, bem como o valor e o prestígio de cada uma no contexto cultural das outras, de modo a apontar semelhanças e diferenças entre elas e formular, a partir de tudo isso, uma hipótese de que tipo de “erros” ou problemas eu poderia encontrar ao cotejar versões de um mesmo texto traduzido nas duas modalidades já mencionadas, direta e indireta.

Inicialmente pensava-se em fazer a análise de um texto literário (mais precisamente o romance “Anna Kariênina” de Liev Tolstoi), mas acabou-se optando por fazer este trabalho com base em um texto teórico, de crítica literária: “A Estética da Criação Verbal” de Mikhail Bakhtin. Nessa obra, ainda me detive mais especificamente ao capítulo “Os Gêneros do Discurso”. Isso se deve por dois motivos: primeiramente, pois o texto literário não tem tanto impacto quanto o teórico (em especial por se tratar desse grande autor, Bakhtin) na esfera teórica acadêmica. Digo isso por questões bastante práticas mesmo, levando em conta, por exemplo, o número considerável de trabalhos já feitos com base nos escritos de Bakhtin, seja em crítica literária ou nas mais diversas áreas do conhecimento, os quais inclusive propõem

4 Bruno Gomide é pesquisador e professor na área de Literatura e Cultura Russa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

teorias e sugerem aplicações práticas da teoria na vida cotidiana. Ora, a literatura raramente possui tamanho poder e abrangência. Em segundo lugar, pois na literatura não se encontram muitos termos técnicos, talvez nenhum. E em boa parte o que me interessa são termos, justamente. Por fim, há mais um motivo: a estrutura lógica e fraseológica do texto. Na literatura, muito do que se analisa da estrutura do texto acaba sendo visto como o “estilo do autor”, e não algo *autêntico*, representativo da fraseologia de uma língua ou de seu sistema único, das construções naturais e ao mesmo tempo individuais do idioma.

Busco, neste trabalho, ver o impacto de traduções indiretas em um texto teórico como o de Mikhail Bakhtin e, mais profundamente, investigar as diferenças linguísticas intrínsecas a cada uma das três línguas nacionais envolvidas nesse processo (a saber, francês, russo e português), podendo ou não acarretar diferenças na maneira de expressar e transmitir uma específica ideia, de transpor os sentidos de uma língua a outra, de traduzir conceitos próprios ao léxico e ao sistema de cada língua. O quarto capítulo deste trabalho é dedicado a tal análise.

Além desse aspecto, também pretendo levantar pontos que podem ser identificados, analisados e avaliados numa tradução como “bons” ou “ruins”. Para tanto – pois sei que é uma questão muito delicada e controversa – irei me fundamentar nos conceitos de *função tradutória*, de *erro* em tradução e de *norma*, propostos por Christiane Nord, Anthony Pym e Gideon Toury, respectivamente.

Cabe ressaltar que não é o objetivo deste trabalho analisar o modo pelo qual essas traduções têm sido recebidas pelos editores, críticos e público em geral, ou a imagem desses autores e de suas respectivas obras no Brasil, seja a partir das traduções antigas (indiretas) ou das mais recentes (diretas). Meu objeto de análise e minha questão concernem diretamente as traduções em si. A proposta é examinar os quatro textos (o original russo e suas três traduções) unicamente de um ponto de vista linguístico.

O que não cabe é tentar mostrar, na análise comparativa, as diferentes *competências* de cada tradutor, ou a importância das reflexões e teorias no processo tradutório, de modo a explicar o porquê de certas diferenças no final. Tal abordagem requereria informações a respeito das competências tradutórias de cada um dos tradutores, às quais não tenho e talvez nunca venha a ter acesso.

Daí temos a segunda questão fundamental que tratarei de responder neste trabalho: se a língua define a visão de mundo, quando se muda a língua não se muda a visão de mundo também?

O que é interessante de se discutir dentro desse segundo tema é justamente a maneira de pensar numa língua e como a língua pode mudar o ponto de vista e a visão de mundo de um falante. Sobre como uma mesma coisa pode ser vista de diferentes maneiras por falantes de línguas diferentes, ou por uma mesma pessoa bilíngue. Há uma teoria que trata especificamente desse tema, e sugere que a língua está intrinsecamente ligada à maneira de pensar, e até mesmo influencia o pensamento. Tal teoria começou com Wilhelm von Humboldt e, posteriormente, foi desenvolvida, aperfeiçoada e adquiriu independência no ramo da linguística com Sapir-Whorf e sua hipótese, que ficou conhecida como “relativismo linguístico”. Usarei aqui uma versão mais “fraca” dessa teoria, que, diferentemente do determinismo linguístico, não supõe que a língua *determine* o pensamento, mas somente o *influencie*. Todos esses aspectos são interessantes para mim do ponto de vista tradutório, é claro: como essas diferentes visões de mundo podem aparecer num texto como esse de Mikhail Bakhtin, onde vários termos e conceitos – inclusive de estudos da linguagem – estão envolvidos? A final de contas, quando a tradutora francesa, Alfreda Aucouturier, traduziu o texto de Bakhtin do russo para o francês, algo de sua visão de mundo fez com que traduzisse certas estruturas, termos, como X e não Y. E isso, ainda por cima, depois foi transposto ao português!

Ao analisar e cotejar as três traduções do referido texto com seu original, buscarei acima de tudo indícios dessa influência direta da língua na percepção objetiva da realidade e na visão de mundo dos tradutores, bem como na forma de expressar ideias e conceitos através das estruturas e instrumentos fornecidos pelo sistema linguístico de determinado idioma. Nessas traduções que serão analisadas, pode ser que eu identifique divergências ou não – e esse será meu objetivo.

O trabalho está, portanto, estruturado da seguinte forma: no segundo capítulo, dedicado à fundamentação teórica, serão apresentados os pressupostos teóricos que me serviram de base: desde conceitos gerais de tradução, semântica, funcionalismo, até noções como a de “erro” em tradução e a de normas tradutórias. Também apresentarei a abordagem *funcionalista* da tradução proposta por Nord e Nida; como já dito, o conceito de *norma tradutória* apresentado por Gideon Toury; o conceito de “erro” em tradução a partir das mais variadas perspectivas; a teoria do relativismo linguístico (ou hipótese de Whorf-Sapir); e outros conceitos e teorias menos importantes somente no âmbito deste trabalho. Insisto em dizer que todas as análises e temas tratados aqui não serão voltados a reflexões literárias; serão de cunho linguístico, voltados notadamente ao processo de transferência de sentido nas

traduções, às não-equivalências entre os sistemas e léxicos de diferentes línguas e à tradução como um fenômeno essencialmente semântico.

Em seguida, no capítulo três – que conta com um subcapítulo – apresento uma contextualização histórica que justifica e esclarece muitos pontos essenciais para o desenvolvimento do presente estudo. Pontos esses que permitem elucidar as relações entre Rússia e França no decorrer dos séculos, bem como a própria formação da Rússia enquanto nação e do russo enquanto língua nacional. Trago, de forma resumida, um pouco da história e da cultura da Rússia, e procuro assim mostrar como tais eventos contribuíram para o surgimento de sua língua.

Mesmo que superficialmente, é interessante introduzir o tema de estudo com o referido panorama histórico da Rússia e de suas relações com a França (nomeadamente o período da aliança franco-russa que tanto favoreceu as publicações e traduções de autores russos na França) para, assim, mostrar em que medida esses fatos históricos podem ter implicações no cenário brasileiro – nas publicações, traduções e recepções no Brasil.

O quarto e quinto capítulos tratam das questões e hipóteses e da metodologia, onde apresento e explico com mais detalhes os procedimentos que serão adotados para a análise do texto, bem como as hipóteses levantadas ao longo das reflexões teóricas. Em suma, o que se tentará fazer neste trabalho é uma análise comparativa de trechos *especialmente significativos* do texto de Mikhail Bakhtin – análise essa feita sob uma perspectiva linguística, descritiva e, em certa medida, também funcional. Com isso, procura-se apontar as diferenças entre as traduções direta e indireta, bem como suas respectivas recepções na dimensão sociocultural brasileira. Esse aspecto em específico, da recepção, será trabalhado ainda dentro deste primeiro capítulo, na parte intitulada “A literatura russa traduzida na França e no Brasil”.

O sexto e penúltimo capítulo é reservado unicamente para a referida análise comparativa dos textos, em que finalmente vou expor cada um dos elementos levantados anteriormente a respeito das diferenças entre as línguas e os possíveis “erros” cometidos na tradução, com inúmeros exemplos destacados dos trechos analisados. Com base em conceitos como os já mencionados *erro*, *norma tradutória* e *função*, o objetivo é avaliar em que medida as traduções indiretas realmente “deturpam” o texto final, se efetivamente revelam diferenças substanciais quanto às noções analisadas e se mantêm ou não uma consistência terminológica dentro dos padrões do texto original. Tomei como norte a análise desses textos por um viés mais voltado ao fenômeno linguístico em si, às questões relativas ao processo tradutório, às diferenças estruturais entre as línguas, seus sistemas e inventários, e, por extensão, às divergências entre as diferentes traduções brasileiras do mesmo texto. A questão é que tal

avaliação crítica aponta para diferentes causas das “deturpações”: por isso, é acompanhada da indicação de diferenças entre as três línguas envolvidas, pois busca-se evidenciar que as divergências decorrem não só de escolhas individuais dos tradutores ou da norma em que se inserem, mas também de características intrínsecas às línguas, a saber, seus diferentes sistemas de escrita, recursos lexicais, morfológicos, sintáticos e fraseológicos, que sugerem *redes de significação* distintas e denunciam *visões de mundo*, *recortes da realidade* distintas. Algumas considerações finais e eventuais conclusões a respeito da investigação realizada encerram o trabalho no sétimo capítulo, da conclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No presente capítulo, abordo os modelos teóricos adotados como base para este trabalho, a saber, o conceito de *norma* proposto por Gideon Toury (1995) – que inclui a questão da recepção de um texto em uma determinada cultura e se refere às coerções comportamentais internalizadas que regem e moldam as traduções em uma determinada cultura – e o de *erro* em tradução segundo Anthony Pym (1992) e outros autores, trazendo também a visão funcionalista de Christiane Nord (1996) especificamente sobre a questão do erro. Apresento, como último conceito teórico, a teoria do *relativismo linguístico* de Whorf-Sapir, que inclui a noção de que cada língua encerra uma visão de mundo própria.

2.1 TRADUÇÕES DIRETAS E INDIRETAS

Primeiramente, o que é tradução? Uma vez tendo uma resposta a essa questão, pergunto: o que é tradução indireta? Linguisticamente, semanticamente, há uma diferença? É possível apontar diferenças concretas entre a tradução direta e indireta como fenômenos linguísticos diferentes? Com efeito, para tratar de traduções indiretas, precisamos primeiramente entender e definir a *tradução* propriamente dita, seus princípios, mecanismos e desafios enquanto fenômeno linguístico.

Para isso, retomo alguns termos importantes da linguística como “signo” e “valor”. A aplicabilidade desses conceitos na tradução nos leva a uma visão ampla e ao mesmo tempo clara dos processos envolvidos no ato tradutório.

Em seguida, pretende-se mostrar, com todos os estudos já feitos, como a língua pode influenciar a maneira de pensar e a visão de mundo. O que estou tentando trazer para o trabalho são fundamentações que me permitam posteriormente fazer a análise do texto do Mikhail Bakhtin e de suas três traduções com um olhar bastante voltado ao processo linguístico das traduções, envolvendo as teorias associadas à visão de mundo, ao relativismo linguístico, aos marcadores culturais e à natureza semântica do fenômeno tradutório.

Traduções diretas são melhores do que indiretas? O quanto uma tradução indireta muda o texto? Há deturpações? E elas são decorrentes do quê? Na verdade, grande parte disso se comprova como sendo fruto de três diferentes fatores: linguísticos, funcionais e normativos. E, na concepção que proponho e defendo neste trabalho, esses diferentes fatores de discrepâncias tradutórias vão guiar duas ou até três diferentes abordagens para a avaliação da tradução proposta para o penúltimo capítulo deste trabalho.

Em terceiro lugar, como a referida avaliação proposta é crítica e se propõe a determinar se traduções indiretas realmente “deturpam” o texto final – se efetivamente revelam diferenças substanciais quanto às noções analisadas e se mantêm ou não uma consistência terminológica dentro dos padrões do texto original – teorias como a de Anthony Pym, Juliane House e Peter Newmark, que definem “erro” em tradução, se fazem necessárias. Outras abordagens, como o funcionalismo proposto por Nord, também se mostra de grande utilidade num espectro de análise como este.

Junto de todas essas noções, o conceito de *normas tradutórias* proposto por Gideon Toury insere-se como um divisor de águas que nos guia para uma outra abordagem da tradução – porém ainda dentro dessa mesma perspectiva crítica. A diferença é que normalmente será necessário procurar outro termo, diferente de “erro”, para tratar de questões referentes à norma: sugiro aqui “adequação” ou “felicidade”.

Em suma, todas essas teorias ajudam-me a responder a uma primeira série de questões: traduções diretas são “piores” que indiretas? Por que “piores”? E como “piores”? Quais são as diferenças, vantagens e desvantagens de um método para outro?

Por um lado, podemos ver os “erros” da tradução indireta e não nos questionarmos a respeito da “qualidade” ou da “natureza” deles – em outras palavras, não olhar para o “erro” como índice avaliativo de uma tradução “boa” ou “ruim”, mas sim a partir de uma perspectiva puramente linguística. Pois o erro, primeiramente, pode ser classificado em dois tipos: binário e não-binário (segundo Pym, um dos autores citados na primeira parte). Desses dois tipos de erro, ainda pode-se classificar cada erro em função da sua origem, de sua causa. A bem da verdade, não é uma subcategorização: é apenas um outro ponto de vista que visa à determinação das diferentes *causas* dos erros.

Simplificando, essas causas dos erros separam-se em duas possíveis classes: subjetivas/tradutórias (que, assim como visto nas teorias que tratam de definir o “erro” em tradução, são sempre de responsabilidade do próprio tradutor) e naturais/linguísticas, pois, como trata-se de traduções *indiretas*, é possível que o sistema linguístico da língua de passagem (no caso, o francês), tenha afetado o texto na sua passagem da L1 (o original russo) para a L3 (o texto final, em português). Em outras palavras, diferenças intrínsecas aos sistemas de cada língua podem acarretar inconsistências entre as traduções, que podem ser tidos como “erros” mas não em razão de escolhas pessoais dos tradutores. Seria algo que estaria acima deles, incontornável de certa forma.

Para isso, trago a hipótese do relativismo linguístico (ou teoria de Sapir-Whorf), em que se propõe que a língua afeta – mesmo que em pequena escala – a visão de mundo de seus

falantes, e assim fazer com que o recorte da realidade, bem como as redes de sentido envolvidas, sejam ditas de duas maneiras diferentes em duas línguas diferentes não por elas serem simplesmente “duas línguas diferentes”, mas em um nível muito mais profundo, fundamental e anterior à própria língua -- por terem e representarem culturas diferentes e visões de mundo diferentes. Mais de um autor sugere que a língua efetivamente influencia a maneira de pensar; todos estão, porém, de acordo para dizer que isso não necessariamente limita a capacidade expressiva de uma língua quando a atividade tradutória a requer.

Retomando o “por um lado” acima: por outro lado, os erros podem estar em uma esfera completamente diferente, alheia tanto aos erros subjetivos quanto aos intrínsecos à língua: é possível ver esses “erros” não como elementos exclusivos de um texto nem como algo isolado, mas como parte de um “todo” de traduções, como elemento constituinte do conjunto nacional chamado “norma” – e aqui, novamente, busco utilizar termos diferentes de “erro” para fazer tal análise – talvez “adequação” seja um termo mais apropriado.



Como primeira tentativa de abordar a natureza das traduções indiretas, portanto, cito algumas ideias da teórica alemã Christiane Nord em seu artigo *Lealdade em vez de fidelidade: proposta de uma tipologia funcional da tradução*, muito citado pelos estudiosos da tradução. Nele, Nord discute as noções de fidelidade, equivalência e lealdade à luz de uma proposta funcional de tradução. Segundo sua concepção, “tradução ou translação é a produção de um texto na língua de chegada (LC) que considera a função textual relacionada a um texto de partida (TP) existente, sendo que essa relação é especificada de modo diferente, de acordo com o escopo da tradução (a função do texto de chegada (TC) pretendida ou exigida)” (NORD, 2016).

O trecho que mais nos interessa para definir a tradução indireta é possivelmente este em que a autora define o que é um texto traduzido (ou ‘translato’): se entendemos um texto como uma “oferta de informação de um emissor para um receptor” (‘informação’ aqui num sentido bem amplo), um texto traduzido é uma “oferta de informação sobre uma oferta de informação”, portanto, uma oferta *secundária* de informação, mas que finge ser primária. (NORD, 2016). Portanto, se o translato é uma oferta secundária de informação, a tradução indireta é uma oferta *terciária*: é uma oferta de informação sobre uma oferta de informação sobre uma oferta de informação.

A oferta (secundária) de informação, o “translato”, pode, em princípio, apresentar duas constelações funcionais em relação à oferta primária de informação, o “texto de partida” (e com isso são mencionadas as duas abordagens distintas de ‘fidelidade’ e de ‘liberdade’). “O texto de chegada pode ser documento ou “protocolo” de uma ação comunicativa precedente, na qual o texto de partida funciona (funcionou) como oferta de informação, ou ser *instrumento* de comunicação em uma nova ação comunicativa, para o qual o texto de partida fornece a oferta de informação”. Nisso, cabe o questionamento: a tradução indireta, por comportar *três* “constelações funcionais” em relação ao texto de partida, deveria sugerir três abordagens distintas, ou seja, “fidelidade”, “liberdade” e uma a mais, que responderia a sua terceira dimensão de oferta de informação?

A essa questão, ousou responder que não: apesar de “tridimensional”, a tradução indireta ainda pode ser vista como dois momentos distintos de duas traduções diretas individuais. A recursividade do processo – pois pode-se acrescentar virtualmente infinitas línguas a esse sistema – não afeta a possibilidade de segmentação do fenômeno da tradução indireta em partes binárias, comportando apenas duas constelações de cada vez. Já em outra dimensão de análise, afastando-se do modelo das abordagens de “fidelidade” e “liberdade”, é perfeitamente possível de se observar o processo da tradução indireta como um sistema fechado e tendo sua própria função.

Por fim, uma questão relativa à função final do texto: o valor ou efeito é positivo ou negativo na cultura de chegada? Como determinar isso? Para tratar de “função” no sentido de como o texto funciona na *cultura* de chegada – e os efeitos de sentido de uma determinada palavra para diferentes leitores em diferentes contextos sociais, culturais e históricos – talvez precisemos recorrer a um outro teórico também muito importante neste trabalho: Anthony Pym. Ele é quem dará conta desse tipo de questionamento ao introduzir o conceito de *norma tradutória*.

2.1.1 Aspectos linguísticos da tradução

“Quando se traduz, a operação que está em jogo é a do *sentido*.”

A questão do *sentido* é central em tradutologia. Há um grande consenso entre a maioria dos autores de estudos de tradução sobre o caráter central do sentido nas operações de tradução. Assim, Vinay e Darbelnet (1958:37), por exemplo, colocam o sentido no centro de todo ato tradutório: o tradutor efetua todas as suas operações de transferência dentro do domínio *semântico*.

Roman Jakobson é o primeiro autor a abordar a questão do “sentido” de um ponto de vista tradutório: no seu artigo intitulado *On Linguistic Aspects of Translation*, ele define o sentido através dos conceitos de “*signum*” e “*signatum*”⁵. Neste artigo, Jakobson traz uma visão linguística da tradução, pontuando diversos aspectos que são de extrema importância para minha análise e para a perspectiva da tradução que pretendo trazer neste trabalho.

Em suma, Jakobson define tradução como envolvendo “duas mensagens equivalentes em dois códigos diferentes” e afirma que “a equivalência na diferença é o problema principal da linguagem e a principal preocupação da linguística” (JAKOBSON, 1969, p. 65).

Nas mesmas linhas do que diz Jakobson – e no sentido oposto do que defende Catford (1965), por exemplo – Mounin (1963) mostra que o sentido existe somente dentro do sujeito (e não fora dele), cuja própria compreensão pode variar. Para este autor, Mounin, o mais importante no processo de tradução reside na *compreensão* do texto (que pode ser total, decisiva, implícita ou subjetiva), e não no *sentido*. A tradução consistiria em reproduzir, portanto, na língua de chegada, o equivalente natural mais próximo da mensagem da língua de partida.

Faço uso desses mesmos conceitos para embasar minha análise crítica, onde às vezes o sentido prevalecerá sobre a compreensão global, e às vezes é a compreensão que se será privilegiada em detrimento do sentido.

⁵ Na tradução francesa desse mesmo artigo, o tradutor N. Ruwet optou por traduzir “*signum*” e “*signatum*” por “*signe*” e “*signifié*” (“*signo*” e “*significado*”), como um prolongamento dos termos saussureanos, respectivamente, em vez de “*significante*” e “*significado*” – e é importante notar aqui que não se tratam exatamente da mesma coisa, pois Jakobson não compartilha das mesmas intenções e visões de Saussure e por isso mesmo não disse “*não há significado sem significante*” nem “*não há significado sem signo*”, mas sim “*não há signatum sem signum*” – numa tentativa de manter uma certa homogeneidade terminológica. Além disso, Ruwet traduziu “*verbal sign*” (*signo verbal*) por “*signe linguistique*” (*signo linguístico*), o que sugere que “*verbal*” e “*linguístico*” sejam equivalentes – o que não são de todo, pois o conceito original de Jakobson designa somente o aspecto *verbal* e não se aplica a todos os tipos de signos linguísticos. Portanto, o tradutor parece ter ido um pouco longe demais em sua busca por uma coerência terminológica.



A ideia corrente de que boa é a tradução que dá ao leitor a mesma impressão de um texto originalmente escrito em sua língua pátria – “a boa tradução é aquela que não parece tradução” – constitui a maior das falácias. Pelo menos desde Humboldt sabe-se que cada idioma representa uma experiência diferente do mundo; é um recorte da realidade diverso, na sua especificidade, dos demais recortes operados pelos outros idiomas. Isto não quer dizer que sejam acessíveis apenas aos seus respectivos falantes tais visões de mundo diferentemente expressas por cada idioma em nível tanto lexical quanto morfológico e sintático. A tradução consegue trazê-las em parte até o entendimento de falantes de outro idioma por meio de uma operação de caráter muito antes transpositivo do que redutor. Tendo-se bem presente o que possa haver de diferencial na língua de partida em relação à língua de chegada, busca-se compensar essas diferenças e exprimir o sentido através dos recursos próprios desta língua de chegada.

Apoiando-me em dois textos – “A forma e o sentido na linguagem” de Émile Benveniste e “On Linguistic Aspects of Translation” de Roman Jakobson – começo esta parte destinada à análise linguística da tradução. Primeiramente, me proponho a comparar os dois textos no que diz respeito a suas concepções de linguagem: Benveniste trata, acima de tudo, da noção de forma e sentido, ou da distinção entre as duas. Define *signo* como sendo a unidade de análise da semiótica e afirma que ele só existe *no uso*, ou seja, se o falante atribuir forma e sentido a ele. Já no campo da semântica, o signo deve ter *valor*, e para isso não pode só ser visto em um único uso, mas em um contexto específico de falante, de lugar e de tempo. A partir dessa ideia do contexto pessoal, ou de *quem* diz e de como isso irá moldar o texto, ele apresenta a “teoria da enunciação”, como será chamada posteriormente. Em resumo, ele parte da concepção de que a língua deve ser analisada também no *uso*, na “fala” de Saussure, indo além da análise conceitual de “língua” do mesmo. Essa noção de *subjetividade* do texto, do enunciado, é crucial para a tradução, uma vez que o “eu” que produz o texto jamais pode ser ignorado ou apagado. E mais: o “eu” do leitor tampouco é apagado. Para o autor, esse é o “tu”. Ora, o tradutor nada mais é do que um leitor – mas também autor! Ou seja, ele também deixará sua marca no texto ao traduzi-lo.

É típico da invisibilidade do tradutor produzir textos que não pareçam traduzidos, que apresentem tamanha fluência na língua de chegada que o leitor não suspeite que está lendo um autor estrangeiro, mas sim um texto escrito originalmente em sua língua. Assim, a invisibilidade do tradutor equivaleria a um “não se enxergar o tradutor”. Há uma imprecisão

aí: o que não se enxerga, na verdade, é o *processo* de tradução e a *própria tradução*. “Essa invisibilidade da tradução é, na realidade, consequência de uma maior interferência do tradutor sobre o texto, logo, é um índice de sua maior *visibilidade* como produtor textual” (BENEDETTI, 2003, p. 27 – grifo meu).

Inclusive, é só quando o tradutor “erra” que ele se faz notar. O “erro” é justamente a instância em que o tradutor se faz mais perceptível em seu trabalho, pois o leitor, por sua vez, percebe que não está lendo um original. Ivone Benedetti ainda acrescenta:

[Q]uanto mais fluente o texto, mais influente o tradutor. Ora, o texto de chegada já não é o texto de partida. É outro texto. E deste o autor é o tradutor. A verdade é que o DNA do tradutor marca indelevelmente a forma como é concebido o texto de chegada. Unindo portanto a questão da (in)visibilidade à questão da autoria, é possível dizer que, se o tradutor invisível é uma contradição nos termos, tradução sem autor é uma impossibilidade de fato. (*op. cit.*, p. 31)

Agora partindo para Jakobson, encontramos no texto dele uma esquematização muito mais sistemática e objetiva da tradução, sem se ater necessariamente a uma ou outra concepção de linguagem propriamente dita. Jakobson divide as traduções em três tipos, e depois traz exemplos (problemáticos) de cada um: intralinguístico (tradução de uma língua para ela mesma, ou reformulação); interlinguística (tradução de um sistema linguístico a outro); intersemiótica (a transferência de sentido entre dois sistemas de símbolos distintos, como de uma língua para a pintura ou para a música, ou da literatura para o cinema). O conceito importante que Jakobson nos traz mais adiante é o de que, na tradução interlinguística, pode muitas vezes não haver equivalentes das ferramentas gramaticais das línguas em jogo, mas que o sentido pode ser mantido ao se lançar mão de recursos lexicais de uma das línguas para dar conta daquilo que seu sistema não possui.

Temos, como exemplo do próprio Jakobson, casos em que a língua russa não dispõe de recursos linguísticos que o inglês possui, e vice-versa. Aqui, posso tomar como exemplo os artigos do português – definidos e indefinidos – que não têm equivalente em russo. Simplesmente não existem. A frase “пришёл мальчик” [pɾiˈʂɔɫ ˈmälʲtɕɪk] pode ser traduzida para o português tanto como “um menino chegou” ou “o menino chegou”.

O que Jakobson enfatiza é que tais recursos linguísticos não definem o que *pode* ser dito em tal ou tal língua, mas só o que *deve* ser dito, uma vez que sempre há, na sua concepção, uma maneira de reescrever, parafrasear, reformular o que foi dito com os recursos da língua de origem para a língua de chegada. Retomando o que foi dito sobre Benveniste, a forma como o falante cria o signo, ou seja, *atribui um sentido a uma forma* ou associa os dois

em contextos específicos faz com que transpareça a subjetividade de cada um – do tradutor inclusive – no texto.

Agora outro exemplo de tradução bastante difícil: em russo, a frase “я купила книгу” [jã ko 'pʲilə 'knʲigʊ], embora muito simples, é extremamente complicada de ser traduzida. O verbo russo tem uma peculiaridade quando está conjugado no pretérito (seja do aspecto perfectivo ou imperfectivo): ele concorda com o sujeito não em pessoa e número, mas em *gênero* e número. Portanto, neste caso, temos “eu comprei um livro”. O sujeito, porém, é explicitamente *feminino*. Como expressar essa nuance em português? Na minha resolução, eu acrescentaria um nome próprio, substantivo, adjetivo, qualquer coisa antes ou depois dessa frase que pudesse deixar claro que o “eu” é feminino. Até mesmo a expressão informal “euzinha” me veio à cabeça. Enfim, isso, claro, parte da ideia de que esta frase não estaria sozinha, isolada, mas inserida em um contexto como bem fala Benveniste. Ademais, as considerações sobre o sujeito da enunciação propostas por Benveniste, que mencionei anteriormente, são mais do que pertinentes num caso como este. Aqui, a marca do sujeito é mais do que evidente: não é meramente discursiva, mas morfológica! E, da mesma forma, haverá uma marca do tradutor, não importando qual seja a sua decisão. Sendo assim, e continuando minha proposta de tradução, eu traduziria como “eu, Gabriela, comprei um livro” (ou substituiria “Gabriela” por qualquer outro nome próprio feminino – enfim, algo que preencha essa *função*), mas isso somente se o contexto me permitisse tal inserção. Caso contrário – e poderia ser o caso de uma legendagem, por exemplo – a função de expressar esse sujeito feminino seria impossível em português. Mais uma vez reforço a importância de considerar a relevância de uma informação como essa (de que o sujeito é feminino) no dado contexto da frase. Pode até ser que uma informação como essa não seja importante ou pertinente dependendo do contexto em que a frase está inserida. Em outras palavras, dependendo de onde a frase se insere, em função do *propósito* do texto – a “perda” de significado será muito pequena ou nula.

Por fim, conclui-se que a tradução é um fenômeno linguístico único, suscitando indagações, problemas e desafios que nenhum outro fenômeno linguístico poderia igual. Vemos e lidamos com a não-equivalência entre os signos e valores entre as línguas sempre que traduzimos, e essa tentativa de buscar equivalências – ainda que não sejam exatas – é sempre nosso maior desafio.

Embora os fatos sejam diferentes para pessoas cuja formação linguística lhes fornece uma formulação diferente para expressar tais fatos – e, nesse sentido, a língua molda a visão

de mundo – a expressividade do falante não é limitada. As línguas diferem no que *devem* expressar, não no que *podem* – pois reformular é sempre possível.

Mais exemplos disso poderiam incluir a ausência de diminutivos em inglês, a percepção de cores em diferentes línguas, etc. Desse exato aspecto trataremos na parte referente ao relativismo linguístico e a hipótese de Sapir-Whorf, mais adiante neste capítulo.

2.2 A NOÇÃO DE ERRO EM TRADUÇÃO

Visto que minha proposta de análise é crítica, é importante definir bem conceitos como este. Como já disse na introdução, a noção de “erro” se faz necessária para avaliar se uma tradução é “boa” ou “ruim” – mas saliento que aqui é preferível evitar esse tipo de juízo de valor; em vez disso, tratar-se-á de avaliar se a tradução revela *diferenças substanciais* quanto às noções do original e se há ou não a manutenção do *sentido* e da *função* originais.

Paula Neves⁶, em um artigo voltado à noção de erro em tradução e sua relação com o ensino de tradução e a formação de tradutores, nos apresenta algumas definições.

Primeiramente, salienta-se que é muito difícil definir qualquer conceito no terreno da linguagem. Partir de um conceito tão escorregadio como o de “erro”, portanto, requer um cuidado especial. Se há uma verdade incontornável no que tange à tradução é que, justamente por se tratar de um fenômeno linguístico, está sempre sujeita ao “erro”, qualquer que seja o estatuto que a ele demos. E isso por uma razão muito simples: tropeçamos em nossa língua materna tanto quanto em língua estrangeira. Ainda que esses desvios sejam de naturezas totalmente diferentes, motivados, muitas vezes, por razões completamente distintas, a questão é que nenhum falante, em nenhuma língua, seja ela materna ou estrangeira, está isento de tropeçar no que diz ou escreve, seja por desconhecimento, cansaço, lapso, etc.

Mas nenhum desses “erros” parece ser tão sujeito a críticas quanto o erro cometido na transição entre línguas – como definido por Jakobson, a *conversão do signo linguístico de um sistema linguístico a outro, ou tradução interlingual* –, ou seja, o erro em tradução.

A noção de que um tradutor não se pode dar ao luxo do “erro” por ser um desrespeito tanto ao leitor quanto ao original (ao primeiro, por supostamente se estar “enganando-o”; ao segundo, porque o ainda se reverencia o texto original, ainda se sustenta sua aura de intocável, que jamais poderia ser “rebaixado” ao nível da tradução – esquecem que são dois textos em competição) aponta para uma questão muito mais primordial na prática tradutória: a do

⁶ Em 2010, quando da publicação do artigo que aqui cito, Paula Neves era doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos da Linguagem (UFRGS), na linha de pesquisa Teorias Discursivas e Textuais.

sentido. Ainda que a noção de *forma* – e sua relação com o *sentido* – seja amplamente discutida na área da tradução, nenhum “erro” parece causar mais impacto do que aquele que “mutila” o sentido do original. Entre todos os tipos de “erro” aptos a aparecer em um texto traduzido (ortográficos, sintáticos, semânticos, etc.), o “erro” que parece ser o mais imperdoável é aquele que peca “contra” o sentido.

O “erro” é a instância em que o tradutor se faz mais perceptível. Se antes poderia não se saber, no momento em que o tradutor peca é que se percebe que se está lendo uma tradução. E, embora seja muito recorrente na prática tradutória, o erro é pouco estudado entre os teóricos e pesquisadores da tradução. Segundo muitos, é apenas uma “deturpação” ou “mutilação”.

Em seu artigo, Paula faz um levantamento de respostas particularmente interessantes para a pergunta “o que é erro e o que é acerto em tradução?”, com base em entrevistas reunidas no livro de Benedetti e Sobral (2003).

Das várias respostas vindas de diferentes tradutores, três me chamaram a atenção: Mário Laranjeira encontra uma maneira de diferenciar o que considera dois tipos de erros: “erro *na* tradução” e “erro *de* tradução”. Em suma, o primeiro tipo seria “contra a língua para a qual se está traduzindo”, em outras palavras, erros linguísticos, não muito graves, que cometemos em nossa própria língua. O outro tipo seria mais grave: o erro *de* tradução provém de um mau entendimento do texto de partida, produzindo assim um texto que contradiz ou não equivale ao original. A questão que se coloca é: há aí uma gradação? Um dos dois é mais aceitável, e outro mais grave? Aparentemente sim.

A segunda resposta que gostaria de destacar aqui é a de João Azenha: em suas palavras, “se pensarmos no assunto a partir de uma concepção de tradução entendida como transcodificação e cuja *unidade* seja a palavra, então o erro será tudo aquilo que não estiver de acordo com a acepção dicionarizada” (BENEDETTI, 2003, p. 51).

Partindo dessa concepção, só teríamos um tipo de erro, que corresponderia efetivamente ao erro *de* tradução sugerido por Laranjeira.

Chegamos enfim à resposta de Paulo Henriques Britto (BENEDETTI, 2003, p. 96-97), que afirma que há o erro *indiscutível* e o *relativo*. Assim, já seria possível estabelecer critérios para a avaliação do que é um erro – assim como Mário Laranjeiras propõe, há um erro mais aceitável (*relativo* ou erro *na* tradução) e outro não aceitável (o erro propriamente dito, erro *de* tradução).

Mas temos uma questão: qual é a *unidade* da tradução? Como Saussure define em seu *Curso de Linguística Geral*, “é o ponto de vista cria o objeto”. Com a resposta a essa

pergunta, teríamos uma melhor concepção de erro, sem que recorramos “ao equívoco de considerar tudo (ou nada) como erro, o que pouco contribui para o entendimento da problemática” (NEVES, 2010, p. 7).

Nas linhas do que Juliane House (1997) diz, “é erro tudo aquilo que não é acerto, que escapa à norma do bem-traduzir”. Ou seja, assim como o signo saussureano, o erro somente se define pela negatividade.

Depois de todas as reflexões sobre erro trazidas na parte inicial do artigo, Paula Neves finalmente traz uma só teoria – que, para seu objetivo de aplicar o erro ao ensino de tradução, é de fato a mais adequada – capaz de delimitar o conceito de “erro”.

Segundo Anthony Pym, portanto, o *erro em tradução* deve ser definido a partir da definição de competência tradutória, uma vez que pensa o erro como instância inevitável do ensino-aprendizagem de tradução. A competência tradutória, portanto, pode ser definida como um conjunto de duas habilidades: a primeira consiste em gerar em um texto-alvo uma série de mais de uma opção de traduções viáveis para um texto-fonte; a segunda consiste em selecionar apenas um desses termos viáveis e propô-lo como substituto do texto de origem para um propósito e leitor específicos. O erro, por sua vez, é visto como a manifestação de um defeito em qualquer um dos fatores que integram a competência tradutória. Logo, pode ser subdividido em dois grandes grupos: erros binários e não-binários.

Os primeiros, binários, estão ligados à primeira competência, ou seja, configuram-se pela inabilidade do tradutor em gerar uma série de termos possíveis para o texto-fonte. São aqueles erros que opõem uma resposta certa a uma resposta errada, como ao traduzir “government officials” por “oficiais do governo” (e não ‘*funcionários* do governo’). Já os erros não-binários opõem o termo selecionado pelo tradutor com qualquer outra opção possível – que também poderia ter sido selecionada – dentro de uma série. Enquanto para os erros binários só há efetivamente certo ou errado, para os não-binários há toda uma gradação (onde existem pelo menos duas opções corretas em oposição às opções erradas).



Outros dois autores importantes nos estudos de crítica e avaliação qualitativa de traduções são House (que inclusive já foi citada por Paula Neves em seu artigo que acabei de apresentar) e Newmark. Ambos vão um pouco além do que foi abarcado por Paula Neves em seu artigo, sobretudo no que diz respeito à tipologia.

Primeiramente, se faz importante distinguir dois termos: *crítica* de tradução e *resenha* de tradução. Uma resenha é um simples comentário, descrição e avaliação de uma tradução, com a intenção de definir se ela é digna de ser lida e comprada ou não. Já uma crítica é uma atividade mais ampla, que inclui uma análise detalhada, normalmente comparando traduções antigas com novas. Portanto essa atividade, diferentemente da resenha, deve levar em conta todos os fatores e elementos presentes no processo de tradução (a tradução vista como ato comunicativo: com intenção, função, tipo textual, registro, estratégias, princípios, regras e público). Diferentemente de Toury (1978), que afirma que comparações entre traduções e originais levam somente a uma enumeração de erros e a uma subsequente reverência ao original – ou seja, defende um modelo não-comparativo, o qual não usaremos aqui –, os críticos em sua maioria defendem uma crítica baseada na comparação entre os dois textos (Newmark, 1988).

Em se tratando de críticas de traduções realizadas por não-tradutores, pessoas sem conhecimento técnico ou estudo especializado sobre tradução (portanto desprovidas da competência tradutória), essas são muito comumente mais voltadas ao conteúdo do que ao processo tradutório em si e às reflexões tradutórias envolvidas; a crítica estritamente textual e não tradutória – levada por pessoas cuja formação, em sua maioria, é literária – não deve ser incentivada. O texto traduzido não é e não deve ser visto como um texto original. Como já dito, a ideia de que uma boa tradução é somente aquela que dá ao leitor a impressão de que é o original constitui a maior das falácias. O texto de partida teve um único autor: esse sim estava ocupado com seu conteúdo. Em contrapartida, pode-se dizer que o texto traduzido tem dois autores: o autor do original e o tradutor. Uma vez que a tradução já é uma retransmissão da informação mas não sua fonte primeira, críticas ao conteúdo – e somente ao conteúdo – devem restringir-se ao autor do original. A *deformação profissional* de certos críticos, que muitas vezes têm uma formação estritamente literária e nenhum conhecimento de tradutologia, não deve afetar sua apreciação de obras traduzidas. Cabe somente ao bom conhecedor de ambas as línguas envolvidas (de partida e de chegada) fazer o cotejo e, somente caso identifique algum *erro* de tradução – e tendo propriedade para identificá-lo – apontá-lo como tal.

E aí, perceba, já se faz novamente necessária uma definição de “erro” em tradução. Todo e qualquer aspecto considerado “erro” porém ligado exclusivamente ao *conteúdo* da obra em questão não deveria entrar no âmbito de uma discussão com o tradutor, mas sim com o autor ou para uma crítica da obra original, não traduzida. *O leigo, pois, pensa a tradução como documento, e não como instrumento.* Por exemplo, o que se observa muitas vezes é uma

expectativa de que o tradutor faça uma tradução “literal”, seguindo à risca o original para atender a determinado objetivo e necessidade do público-alvo em questão. Contudo, outras vezes, quando alguns dos fatores envolvidos no processo mudam (objetivos, contexto, público-alvo), o mesmo texto pode e *deve* ser traduzido de forma diferente, sem no entanto ser considerado “errado” ou “não-equivalente”.

Aqui também cabe falar o óbvio: nunca existe uma só tradução possível para um mesmo texto; as possibilidades são infinitas. Apesar de parecer óbvio, muitas pessoas que nunca se questionaram sobre tradução podem pensar que é um fenômeno exato e fixo, rígido, que respeita conceitos como “certo” e “errado” tanto quanto “um mais um é igual a dois”. Agora que trataremos desses conceitos tais como *erro* e *função*, será talvez até mais fácil de elucidar essas questões para um leigo.

House (1991), principal autora neste tema, propõe diferentes modelos de avaliação de traduções: não-comparativos e comparativos. Em resumo, entre os quatro modelos comparativos que apresenta, a autora sugere em especial um modelo chamado *funcional-pragmático*, que é especialmente útil pois leva em conta fenômenos em ambos os níveis macro e micro-textuais, inclui aspectos não só textuais mas também situacionais e culturais e, por fim, combina análises qualitativas e quantitativas.

Um dos pontos cruciais desse modelo de avaliação tradutória qualitativa de House é muito próximo da noção de *domesticação* e *estrangeirização* propostos por Venuti (1995) ou ainda de *fidelidade* e de *liberdade* propostos por Nord, em que ela distingue dois tipos de tradução: manifesta (*overt*) e velada (*covert*). Partindo da ideia de que traduções manifestas são mais voltadas ao texto de partida e que as veladas têm maior enfoque no texto de chegada – cada uma respondendo diferentemente à comunidade e culturas de chegada – a tradução velada teria uma tendência a inserir “filtros culturais” entre o original e sua tradução. E destaco aqui novamente a incrível intertextualidade dos textos trabalhados: House trata de “filtros culturais” como sendo um elemento constituinte do tipo de tradução velada, assim como Venuti trata desse conceito ao definir a “domesticação”. Além disso, as ideias de todos esses autores estão em perfeita sintonia com o conceito de norma proposto por Toury, que, grosso modo, pressupõe que os comportamentos de uma determinada comunidade definem a norma dessa mesma comunidade.

Ao se avaliar uma tradução, portanto, é fundamental que se leve em conta esse aspecto também, pois cada um desses dois tipos de tradução irá causar um diferente efeito no leitor ou crítico: as chamadas traduções *manifestas* parecem ser mais diretas, objetivas, “não-filtradas”, enquanto as *veladas* apagam diferenças socioculturais em respeito à norma e às convenções

estilísticas entre as comunidades de partida e de chegada (também chamadas de “fonte” e “alvo”).

E isso está totalmente em sintonia com a noção de norma proposta por Toury, que defende que essas diferenças devem ser baseadas em pesquisas empíricas entre as duas culturas. Em outras palavras, *o fenômeno dos filtros culturais depende de informações específicas às preferências comunicativas das culturas e línguas em questão.*

Já Newmark (1988) diz que a crítica tradutória não deve se limitar a uma mera identificação de erros ou a uma avaliação extremamente subjetiva em que se julga as traduções como “boas”, “ruins” ou “fiéis” sem antes definir esses adjetivos. Ao invés disso, deve se basear em análises e descrições profundas. E, mesmo assim, sugere que juízos de valor devem sempre ser evitados, ou seja, nunca proclamando que uma tradução seja melhor que outra.

Portanto, para Newmark, uma “boa” tradução é aquela que cumpre sua intenção, sua função. No caso de um texto informativo, será boa se transmitir corretamente os fatos. No caso de um texto vocativo, será boa se causar o efeito desejado. Já se for um texto expressivo, será julgada uma boa tradução se o tradutor tiver extrema sensibilidade e souber balancear forma e sentido ao mesmo tempo, ou seja, lidar com as tensões entre as funções expressivas e estéticas de um texto.

Por fim, Nord enfatiza que a análise dos erros não é suficiente para determinar se uma tradução é boa ou não (e por “boa” entende-se que ela esteja cumprindo sua *função*, como definido anteriormente): é o texto como um todo que deve ser avaliado, cujas funções e efeitos devem ser tomados como critérios de base para a análise crítica (NORD, 1991, p. 166). Essa noção é importante para defender que certos aspectos e itens do texto original podem ser eliminados numa parte do texto e *compensados* em outras partes.

2.2.1 A visão funcionalista

Tendo como base o texto de Christine Nord (1996), apresentarei o modelo funcionalista de tradução. Nord, na verdade, cita em seus trabalhos a “equivalência dinâmica” de Nida como sendo a precursora da visão de equivalência funcional, uma vez que enfatiza o objetivo da tradução, as funções do tradutor e dos receptores e as implicações culturais no processo de tradução – aqui tal relação não será, no entanto, reforçada.

O princípio básico da tradução funcional – com base na *Skopostheorie* – é determinar o *objetivo* da tradução. Toda tradução tem um propósito. Essa determinação se fará mediante a

definição de um *projeto de tradução*, onde será especificada (explícita ou implicitamente) a situação comunicativa para que o texto se faz necessário e, nela, a função (ou hierarquia de funções) que deve ser cumprida no texto-alvo da cultura de chegada – em outras palavras, há uma valoração das funções a serem mantidas no processo tradutório. Além disso, a função não é uma qualidade do texto em si, ela só é atribuída ao texto no ato de recepção (e são seus destinatários que decidem sobre isso). Por fim, tais funções ou hierarquias (no texto de chegada ou texto-alvo) não precisam ser necessariamente iguais às do texto de partida (texto-fonte), contanto que não sejam incompatíveis – essas diferenças podem ser fruto de convenções tradutórias distintas nas culturas envolvidas.

Um “erro” costuma ser definido como um “desvio” de um sistema de normas ou regras. A maioria dos poucos trabalhos que tratam da questão dos erros em tradução parte de um ponto de vista linguístico ou de linguística contrastiva, contrastando o texto traduzido com as regras e normas da língua-alvo.

Nord explica que, no conceito funcional, se a finalidade do processo tradutório define-se mediante a apresentação do projeto de tradução, um não-cumprimento dessa regra, de tal projeto – em relação a determinados aspectos funcionais – deve efetivamente ser considerado como “erro”. *Isto significa que uma dada tradução pode ser avaliada somente em relação a um objetivo tradutório específico*. E o tradutor deve conhecer esse objetivo.

Ainda segundo Nord, para se conseguir as funções desejadas, a formulação do texto deve corresponder às normas e convenções estilísticas gerais e genéricas da cultura de chegada assim como ao registro. Na produção do texto há de se levar em conta a distância cultural: os conhecimentos e as expectativas dos destinatários da cultura-alvo podem ser diferentes dos da cultura original (ou cultura de partida). Como exemplo disso, temos a dêixis local e temporal.

Em guisa de hierarquizar os erros de tradução – o que serve, por exemplo, para uma avaliação geral de uma tradução (tendo em vista exigências profissionais) – a orientação funcionalista supõe que os erros relativos a aspectos pragmáticos (da função textual), sejam os “mais graves”. O leitor não se dá conta de que está obtendo uma informação equivocada.

Em segundo lugar, os erros culturais. Na maioria dos casos, não irão impedir a compreensão da mensagem original, apenas dificultar.

Em terceiro lugar, os erros linguísticos. São os mais frequentes, pois englobam todo e qualquer erro de concordância, conjugação, colocação ou outra formalidade no texto de

chegada, na própria língua de chegada⁷. Porém, no que se refere à *terminologia técnica*, a responsabilidade costuma ser bem maior, atribuindo uma importância consideravelmente elevada a este tipo de erro.

Em minha análise, a maioria dos erros na verdade se concentra nessa categoria, pois levanto trechos especialmente significativos quanto à terminologia e às noções trazidas por Bakhtin. Como veremos adiante, portanto, apesar de serem erros linguísticos (e não culturais ou pragmáticos – pois sequer temos referências culturais imanentes no texto, por exemplo), são de dimensão terminológica, e por isso podem ter uma importância consideravelmente alta.

Porém, é curioso refletir sobre o processo tradutório em três instâncias (como é o caso da tradução indireta) pela orientação funcionalista, que supõe que os erros relativos a aspectos pragmáticos – os “mais graves” – não permitam que o leitor se dê conta de que está obtendo uma informação equivocada. Se o primeiro leitor é, na verdade, também um tradutor – que irá retransmitir essa informação uma segunda vez – já não há essa tomada de consciência no próprio ato tradutório. Em outras palavras, a informação equivocada estará sendo veiculada, porém inconscientemente pelo segundo tradutor.

O modelo proposto por Nord, por fim, oferece a possibilidade de usar diferentes tipos de tradução para diferentes situações, incluindo qualquer forma de tradução equivalente, dependendo da especificação de equivalência desejada.

Isso se reflete na visão de “erro” da abordagem funcionalista. Para o funcionalismo, a noção de erro de tradução deve ser definida em termos do objetivo do processo ou produto da tradução. Assim, determinada expressão não está “errada” por uma inadequação que lhe é intrínseca, mas se torna inadequada com relação à função comunicativa que deveria alcançar. Mesmo um desvio de uma regra gramatical, por exemplo, pode ser uma solução adequada em uma tradução que pretenda reproduzir o jeito incorreto de falar de alguém, ao passo que a reprodução fiel de um erro factual contido no original pode ser uma tradução inadequada, caso haja expectativa de que o texto de destino esteja factualmente correto.

Nesse sentido, qualquer procedimento de avaliação necessariamente teria de levar em conta todos esses fatores. A função de uma tradução pode ser analisada de duas perspectivas, enfocando: (a) a relação entre o texto de destino e seu público-alvo e (b) a relação entre o texto de destino e o texto de origem correspondente. No presente trabalho, é o tipo (b) que mais nos interessa para a análise que será posteriormente conduzida.

⁷ Ao se considerar que tais erros no texto de chegada são em sua maioria decorrentes de um maior ou menor domínio da *norma culta* da língua de chegada – portanto restrito à noção de competência *linguística* – é possível dizer que erros dessa mesma natureza serão mais frequentes em processos de *versão* do que de tradução propriamente dita, uma vez que o conhecimento da língua materna quase sempre supera o da estrangeira.

Eu ainda poderia – de um ponto de vista enunciativo – fazer algumas considerações sobre a responsabilidade do tradutor ou comentar sobre a subjetividade na escrita tradutória, mas penso que, dado o âmbito restrito deste trabalho, julgo não ser de extrema necessidade tratar desses aspectos.

O que pode-se concluir disso tudo? Que “erro” pode ser, sim, categorizado, mas também pode ser relativizado e sempre visto de diferentes pontos de vista, muitas vezes até sendo evitado como termo. Como tudo nos estudos da linguagem, e Saussure já nos diz isso em seu *Curso de Linguística Geral*, “é o ponto de vista que cria o objeto”. Se definirmos aqui que o objeto é o “erro”, e temos diferentes pontos de vista dos quais podemos observá-lo, então temos diferentes objetos e, conseqüentemente, diferentes definições de “erro”.

2.3 O CONCEITO DE NORMA TRADUTÓRIA

Um dos conceitos mais importantes para o presente estudo, a noção de “norma” já foi introduzida e muito citada anteriormente, quando da necessidade de se esclarecer certos pontos particularmente significativos e fenômenos abordados no capítulo anterior. Neste capítulo de pressupostos teóricos, portanto, formalizo a explanação do termo a partir do brilhante artigo de Gideon Toury (1995), intitulado *The Nature and Role of Norms in Literary Translation* (A Natureza e o Papel das Normas na Tradução Literária).

Toury começa seu artigo com a tese de que a aquisição de um conjunto de normas é essencial para uma pessoa se tornar um tradutor dentro de um ambiente cultural, de maneira que tal pessoa seja capaz de expressar seus pensamentos apropriadamente e manobrar possíveis problemas.

Numa tentativa de desenvolver seu conceito de tradução como uma atividade regida por normas, Gideon Toury começa por traçar um retrato do tradutor enquanto “praticante social” e definir a atividade de tradução como algo culturalmente significativo. Nesse sentido, o tradutor, inevitavelmente podado por restrições culturais, ou seja, *normas*, age de acordo com as mesmas.

De acordo com Toury, as normas determinam a equivalência manifestada por traduções reais. Nas dimensões socioculturais, a tradução é influenciada por diferentes tipos e graus de restrições. Além disso, o autor afirma que, uma vez que a cognição é tão influenciável, os tradutores que trabalham em condições diferentes usam estratégias diferentes.

No que se refere às restrições, elas podem ser descritas com uma escala de dois extremos: *regras* e *idiosincrasias*. As normas estão entre esses dois, de modo que formam

uma escala graduada: algumas são mais fortes e mais próximas das normas, enquanto as mais fracas são mais próximas das idiossincrasias. Acredita-se que as normas especificam o que é tolerado e permitido em uma determinada dimensão comportamental, garantem a retenção da ordem social e são adquiridas por cada pessoa durante seu processo de socialização. É por isso que a tradução envolve pelo menos dois conjuntos de sistemas normativos quando se trata de pelo menos duas línguas. Neste caso, como se tratam de três línguas, temos em princípio *três conjuntos de normas envolvidos*.

Em uma visão geral das normas de tradução, Toury distingue dois principais tipos de normas: “preliminar” e “operacional”. As normas preliminares dizem respeito, em primeiro lugar, à política de tradução, segundo a qual pessoas escolhem voluntariamente os tipos de texto, por exemplo, “literário” vs. “não-literário”. Nesse sentido, o postulado de Itamar Even-Zohar sobre a posição da literatura traduzida dentro de um polissistema literário da cultura-alvo deve ser considerado: as escolhas feitas de acordo com a política de tradução não são fortuitas. O que deve ser traduzido, e quando, e como são as questões a serem levadas em consideração, bem como considerações sobre a objetividade da tradução – que trata basicamente sobre se a tradução de línguas diferentes da língua-fonte final é permitida ou não. Em outras palavras, se traduções indiretas são aceitáveis ou não.

Nesse aspecto, que me interessa especialmente, Toury levanta algumas questões: qual é o limite de tolerância para traduzir a partir de certas línguas, diferentes da língua-alvo? Se sim, que línguas são aceitas ou permitidas ou proibidas ou toleradas ou preferidas como intermédio? E em que contextos sociais, culturais e históricos? Existe uma tendência ou obrigação que se indique tal intermediação, que uma tradução foi feita indiretamente ou não? E assim por diante.

Se refletirmos ainda sobre esse ponto, temos algumas considerações a fazer: traduzir algo do inglês *indiretamente*, por exemplo, parece desnecessário. Como Boris Schnaiderman comentou em sua entrevista, a tradução indireta “é uma coisa estranha”. Pois bem, se for do francês é mesmo. Mas e se for do armênio? Isso de “ser estranho” é relativo, pois é validado de formas diferentes. Outra maneira de ver essa relatividade é pela língua intermediária: uma tradução indireta do russo por meio de uma tradução francesa é plausível. Mas uma tradução indireta do russo passando pelo japonês já não tanto. Onde estão as fronteiras do aceitável e o “estranho”?

As normas operacionais, por outro lado, assinalam a importância da tradução como processo decisório e o tradutor como tomador de decisões. Toury divide as normas operacionais em dois grupos: o primeiro, das normas matriciais, define a existência do

material linguístico de destino para servir como um substituto para o material linguístico de origem, bem como sua localização e segmentação no texto de destino. O segundo grupo, das normas linguísticas textuais, controla a seleção de material que deve substituir o material textual e linguístico original.

De acordo com Toury, “são as normas que determinam a (natureza e a extensão da) equivalência manifestada por traduções reais”. A equivalência, então, se transforma em uma noção “funcional-relacional”, realizada por um estudo aprofundado de normas através das quais o autor espera chegar à conclusão de que a posição de tradução na cultura-alvo determina as normas de translação. Como é de esperar, há uma multiplicidade de normas que podem ser respeitadas pelo tradutor ao trabalhar em um determinado texto de uma determinada cultura. Elas são socioculturalmente específicas – o que significa que não se aplicam necessariamente à sociedade como um todo, mas podem ser relevantes para subsistemas dentro de uma sociedade – e também são instáveis. Toury sustenta que as normas não são diretamente observáveis, mas que produtos resultantes de um comportamento regido pelas normas o são (e assim é possível ter alguma ideia de como funcionam). As normas de tradução têm que ser reconstruídas pela análise de seus efeitos, textuais e extratextuais. Ou seja, é a partir da análise dos textos traduzidos, vistos como produtos nos quais aparece o resultado de uma ação regida por normas, que é possível reconstruir as próprias normas. Enquanto textos-alvo compõem fontes textuais, formulações teóricas ou críticas compõem os materiais extratextuais.

Toury postula que existem pelo menos dois conjuntos de sistemas normativos, que derivam de duas fontes, a da fonte e a da cultura alvo. Enquanto, em um nível, ocupar uma posição em certa cultura e linguagem é necessário para um texto de valor, no outro nível, é obrigatório constituir uma representação em outra cultura e língua. A diferença entre os dois níveis é muitas vezes consequência de grande incompatibilidade, mas graças à missão reguladora das normas, é reduzida ao menor grau possível. Para Toury, cabe ao tradutor determinar sua “norma inicial” na busca da adequação ou da aceitabilidade, compreendendo dois extremos de uma escala. Embora a aderência às normas do texto-fonte caracterize uma tradução adequada, subscrever as normas de cultura alvo determina a aceitabilidade. Embora ainda regidas por normas, ambas as estratégias exigem mudanças nos textos de origem. No entanto, o desvio das normas, assim como a falta de mudanças apropriadas, pode resultar em um produto idiossincrático, o que é considerado demasiadamente estranho para ser aceito pela sociedade.

Como conclusão, Toury afirma que a arte da tradução envolve um conjunto de normas, bem como a intuição do tradutor, que deve estar em constante alerta para ajustar suas escolhas ao contexto.

Saliento que toda a contextualização histórica apresentada no início deste trabalho serve, em parte, para explicitar pontos da norma russa – afinal, a norma baseia-se em aspectos culturais e históricos. Em especial, nesse panorama histórico, temos como exemplo as traduções de nomes russos: deve-se traduzir ou transliterar? Até pouco tempo atrás, por exemplo, a tendência era traduzir “Лев Толстой” por “Leão Tolstói”, porque *лев* significa “leão” em russo, literalmente. Também ocorria de algumas traduções virem do espanhol, e por isso termos em português a grafia “León Tolstoi”, como é de vasto conhecimento.

A recepção de traduções indiretas se faz mais facilmente, pois o texto é *domesticado*, tem um aspecto “amaciado” e apaga toda a frieza e dureza do original russo. Já a direta, de caráter mais *estrangeirizador*, soa “seca” e, conseqüentemente, do ponto de vista da recepção na cultura brasileira, vê-se uma maior relutância em aceitar o texto. Ambas modalidades de recepção dos textos literários russos são, com efeito, resultantes de uma mudança radical na norma brasileira.

Em que medida a imagem resultante das traduções diretas recentemente publicadas difere daquela produzida pelas transposições indiretas? As antigas gerações sentem-se “traídas” ao ler Dostoiévski traduzido diretamente – muitas vezes até se recusam a ler, pois têm consciência de que “não seria a mesma pessoa” ou até leem e confessam que o autor, tal como foi traduzido diretamente, não é quem se pensava. Disso, depreendemos que a imagem dos autores russos e de suas respectivas obras — e também da própria literatura russa como um todo — construída pelas traduções indiretas é fruto de uma norma francesa, que filtrou e apagou muitos dos elementos originais que, justamente, são importantes na medida em que refletem a verdadeira essência russa.

Nenhuma tradução dura para sempre, pois está sempre sujeita a revisões devido a mudanças nos padrões estéticos e culturais vigentes – em outras palavras, a *norma*. Sem que tenha um período de vida pré-determinado, com o passar do tempo a tradução vai perdendo grande parte de sua capacidade comunicativa, havendo a necessidade de uma nova tradução esporádica para que se mantenha uma relação de leitura articulada – e uma constância na identificação da parte do leitor contemporâneo. Cada texto traduzido é uma entidade nova, podendo estar mais ou menos em sintonia com modelos anteriores. Mesmo assim, constitui uma novidade em si.

Como fechamento, retomarei aqui algumas questões levantadas pelo professor Andrei Cunha⁸ em uma de suas comunicações acerca da literatura japonesa traduzida no Brasil: afinal, a norma tradutória do Brasil é única? Quais são os componentes históricos dessa forma? Tento humildemente responder pelo menos uma dessas questões: sim, a norma tradutória do Brasil é única – porém do ponto de vista sincrônico. Diacronicamente não, pois, naturalmente, mudam com o tempo.

2.4 RELATIVISMO LINGUÍSTICO

Qualquer pessoa, ao se deparar com uma tradução – e tendo consciência disso – pode se perguntar: “o que distingue o original deste texto que estou lendo?” ou “uma tradução consegue transpor e evocar tudo que o original diz?”. Traduções costumam suscitar muitos problemas de interpretação, divergências e versões. Pois então não seriam essas diferenças e variações menores (em quantidade e profundidade) se as línguas em questão fossem assemelhadas, do mesmo grupo ou família linguística? Questões como essas exigem que examinemos as línguas atentamente.

Com efeito, uma língua não é feita exclusivamente de palavras: ela também está atrelada a uma visão de mundo própria, concepção elaborada por Wilhelm von Humboldt no século XIX – que já naquela época argumentava ser impossível haver pensamento sem a linguagem – e retomada por Edward Sapir e Benjamin Lee Whorf no século seguinte. Disso, temos o que chamamos de “teoria de Sapir-Whorf”. O relativismo linguístico, como também é chamada a teoria de Whorf e Sapir, afirma que o mundo não tem estrutura própria: a estrutura é imposta pela linguagem. A teoria propõe que a língua particular falada por um indivíduo *influencia* o seu jeito de pensar a realidade – o que contraria o gerativismo de Noam Chomsky. Em suma, essa hipótese sugere que as pessoas vivem segundo suas culturas em universos mentais distintos, exprimidos (e influenciados) pelas diferentes línguas que falam. Deste modo, o estudo da estrutura de uma língua pode levar à elucidação de toda uma concepção de mundo diferente que a acompanha.

As línguas podem se diferenciar gramatical ou sintaticamente. A ordem dos elementos numa frase, por exemplo, pode ser radicalmente diferente: no português, segue-se a ordem canônica de sujeito-verbo-objeto; no russo, a ordem é absolutamente livre. Idiomas diferentes podem classificar seus vocábulos de maneiras distintas⁹: o exemplo típico para ilustrar esse

⁸ Professor titular de língua e literatura japonesas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁹ Se me permite o exemplo um tanto escatológico, há em russo dois verbos para “peidar”. Um para “peidar silenciosamente”: *бздеть* [bz'djet'], cujos correspondentes perfectivos são *набздеть* [neb'zid'jet'] e *бздутъ*

“recorte” que as línguas efetuam sobre o mundo é o das cores. Em russo, há duas palavras para o que chamamos de “azul” em português: *синий* [ˈsʲinʲij] (azul escuro, puxando um pouco para o anil ou violeta) e *голубой* [gəɫɒˈboj] (azul claro, celeste, ligeiramente mais próximo do verde). O japonês, por sua vez, não distingue entre dois tons que, para nós, falantes de português, são bastante diferentes: 青 [aɔ] corresponde tanto a “azul” quando “verde”. Da mesma forma, certos idiomas podem oferecer mais facilidade na hora de transmitir alguma coisa, e essa diferença pragmática pode tornar mais natural para seus falantes pensarem daquela maneira do que para falantes de outras línguas. Em resumo, entende-se que aquilo que se aplica ao léxico das cores aplica-se ao conjunto da língua.

Em tradução, as incidências desse fenômeno são inúmeras e evidentes: termos como “saudade”, “culaccino” [kulātˈtʃiːnɔ] (do italiano, “marca molhada deixada na mesa por um copo gelado”), “Waldeinsamkeit” [ˈvaltʰaɪnzaːmkaɪt] (do alemão, “o sentimento de se estar sozinho na floresta”) e “木漏れ日” [kɔmɔɽɛbi] (do japonês, “a luz do sol passando por entre as folhas das árvores”) são muitas vezes tidos como “intraduzíveis”, muitas vezes em razão da própria experiência linguística dos falantes não permitir que eles vejam o mundo daquele ponto de vista. Em termos de referências culturais, palavras como “paçoquinha” também mostram-se intraduzíveis em certa medida.

Um exemplo mais ousado que gostaria de expor aqui seria a diferença entre os verbos “lidar” em português e “faire face” em francês. Numa tentativa de traduzir o verbo português para o francês, uma das poucas soluções que temos é essa. O termo francês, todavia, é mais concreto e sugere uma atitude mais direta, em que a pessoa se colocaria “cara a cara” com a situação. O português – como língua e cultura – parece ser menos ativo nesse sentido. As redes de significação, portanto, são diferentes, reflexos de diferentes atitudes e costumes culturalmente inerentes ao falante, que é representante de sua específica dimensão sociocultural.

Émile Benveniste, em um capítulo de seu livro *Problemas de linguística geral I*, demonstra que as categorias de Aristóteles, enquanto “categorias de pensamento”, são manifestamente o espelho das categorias da língua grega. Nelas, o filósofo pretendia definir os objetos e seus atributos, mas na verdade só estabelece “seres linguísticos”: é a própria língua que, com suas categorias, define os objetos e permite os falantes de reconhecê-los, identificá-los e descrevê-los (BENVENISTE, 1995). A língua dá forma ao pensamento – e, com isso, a *redes de significação* distintas.

[bzdnuʲ] – e que também são usados para dizer quando alguém está “morrendo de medo”. E outro, que significa “peidar ruidosamente”: *пердеть* [pʲɪrˈdʲetʲ], cuja forma perfectiva pode ser *перднуть* [pʲɪrdnutʲ] ou *пернуть* [pʲɪrnɔtʲ].

Por fim, parece que é o sistema linguístico que faz o mundo caber nas suas categorias, forçando pouco a pouco uma visão que seria mais “universal” – como defendida por Chomsky – tornar-se “limitada” à língua do falante.

Portanto, deste ponto de vista, a língua não pode ser vista como um simples instrumento, uma operação entre o pensamento e sua expressão. E disso, conclui-se que não existe tradução “neutra” ou “transparente” através da qual o texto original apareceria idealmente como em um espelho, de forma idêntica. E, da mesma forma, não se deve “censurar” a tradução por ela ser essencialmente um processo que acarrete transformações: a linguagem também procede dessa maneira, é de sua natureza estar em constante transformação!

Seguindo a mesma linha dos estudos da teoria de Sapir-Whorf, poder-se-ia passar ao estudo dos *marcadores culturais*, área atualmente muito importante para os estudos de tradução, uma vez que tudo na língua é de alguma forma moldado pela cultura.

Não pretendo, todavia, me aprofundar nesta questão pois extrapola o âmbito do presente trabalho e não é especialmente pertinente para a análise que farei adiante – talvez porque eu não trate de literatura, onde marcas e traços culturais poderiam se fazer mais presentes do que num texto teórico como o de Mikhail Bakhtin. Um texto como tal, de crítica literária, não dá abertura para tantas diferentes leituras e interpretações, uma vez que não contém tantos elementos culturais quanto um texto literário apresentaria.

3 UM POUCO DE HISTÓRIA

A história do povo russo e de sua língua remontam até os primeiros séculos da era cristã, onde parte do atual território da Rússia (o extremo oeste) era habitado principalmente por tribos eslavas e finlandesas que estabeleciam laços com aventureiros escandinavos, vikings, conhecidos como *varegues* (‘варяги’ *variágui*, em russo). Com o passar do tempo, esses *varegues* passaram a ser chamados de *rus* (‘русь’) e seus líderes tornaram-se príncipes, com os eslavos tornando-se seus súditos. Com a subsequente unificação das várias tribos eslavas por volta do ano 980, o então príncipe Vladimir conquistou o trono de Kiev e estabeleceu aí a sede de seu principado. A partir daí, os *rus* passaram a ser chamados de “Rus de Kiev”.

Com o tempo, o principado de Moscou foi gradativamente estabelecendo seu predomínio sobre Kiev. No começo do século XV, o governante da Rússia passou a adotar o título de “царь” (*tsar*), o equivalente em russo a “César”. Cientes de suas tradições bizantinas e fortalecidos pela crença de que Moscou seria a chamada “Terceira Roma”, os agora já denominados “russos” partiram em busca de uma política de expansão territorial em todas as direções. Com a conversão do principado de Kiev ao cristianismo grego em 988 por religiosos bizantinos – e a conseqüente alfabetização dos *rus* de Kiev – começaram a surgir os primeiros textos religiosos e seculares dos eslavos orientais.

Da fusão do eslavo eclesiástico e da língua popular, surge no século XI o russo antigo, do qual se originaram, no período que se estende do século XII ao XIV, o bielorrusso (ou russo branco), o ucraniano (ou pequeno russo) e o russo propriamente dito (ou grande russo). Em 1564, surgiu o Livro dos Apóstolos, o primeiro livro impresso no idioma russo e, ainda que um primeiro tratado gramatical tenha sido publicado por Smotriski em 1648, somente em 1755, mesmo ano da fundação da Universidade de Moscou, é que apareceu a Gramática de Mikhail Lomonosov, estabelecendo uma firme distinção entre o antigo eslavônico¹⁰ e o russo. As primeiras traduções feitas para a língua russa eram de obras eclesiásticas, notadamente de livros sagrados.

¹⁰ São Cirilo e Metódio, criadores do alfabeto glagolítico, eram originários da região de Salônica e tinham por língua materna o eslavônico ou eslavo antigo (ou búlgaro antigo), o mais antigo dos dialetos eslavos conhecidos, mas que ainda não tinha forma escrita na época dos dois evangelizadores. Somente muito mais tarde que o alfabeto glagolítico transformou-se no alfabeto cirílico. Embora este alfabeto seja chamado de “cirílico” (em homenagem aos irmãos missionários), quem realmente o criou, desenvolveu e formalizou foi São Clemente de Ocrida, acadêmico da época e discípulo desses dois irmãos bizantinos. Esses dois foram missionários muito importantes, que teriam levado o Cristianismo aos povos eslavos do sul, vindos da Grécia, e que inclusive teriam traduzido a Bíblia para a língua eslava do império da época, a saber, o antigo eslavônico. São atualmente considerados grandes patronos da Igreja Ortodoxa, mas, de fato, só criaram o alfabeto *glagolítico* – que serviu de base para algumas poucas letras já mencionadas do atual alfabeto cirílico – e não o cirílico em si.

Em 1682, Pedro I foi proclamado imperador, mas só assumiu o trono em setembro de 1689, após destronar a regente, sua meia-irmã Sofia. Vitorioso no conflito militar com a Suécia, Pedro adotou o título latino de “Император Всероссийский” (*Imperator Vserossijskij* – Imperador de Todas as Rússias) e iniciou a abertura da chamada “janela para o Ocidente”, dando início a uma revolução cultural no país. O processo de “europeização” foi acelerado com a introdução dos frutos da renascença, da Reforma, da era dos descobrimentos e da revolução científica e de um ambicioso processo de ocidentalização e modernização, através da implantação da tecnologia obtida na Alemanha, Holanda e Inglaterra.

No início do século XVIII, Pedro I, apelidado de Pedro o Grande, Tsar da Rússia, encomendou uma profunda reforma tipográfica e ortográfica, em que foi determinado o uso de um modelo de letras ocidentais para a reestruturação do alfabeto cirílico: esse alfabeto, com o qual era escrito o idioma russo, sofreu grandes mudanças e, entre outras modificações, teve o formato de suas letras alterado, arredondado, foi estruturalmente simplificado, atualizado e aproximado ao alfabeto latino, teve acentos e letras arcaicas excluídos enquanto novas letras foram introduzidas – muitas delas redesenhadas pelo próprio Pedro I –, tornando-o tal como é conhecido atualmente.

Pedro I tinha recém chegado de sua grande embaixada na Europa Ocidental e, por isso, estava cheio de ideias sobre trazer um pouco do Ocidente para a Rússia e também muito influenciado pelo pensamento europeu da época. Essa reforma, portanto – parte de todo um conjunto de reformas que Pedro I estava conduzindo na Rússia –, teve um papel importante no encaminhamento para o fim do isolamento cultural da Rússia. Mais tarde, essa fonte ou escrita resultante veio a se chamar “гражданский шрифт” (*graždanskij šrift*, “fonte civil” ou “escrita civil”), pois foi usada na editoração e publicação da literatura e de outras publicações *seculares*. Com efeito, durante o reino de Pedro I foram editados e impressos mais de 400 livros – o que, para a época, era um número impressionantemente grande.

A escrita civil (também *tipografia civil*) era e ainda é, efetivamente, de uma importância primordial para a história da Rússia, pois seria possível que ainda se usasse atualmente a escrita semiuncial ou algo derivado dela, e isso significaria um distanciamento muito significativo em relação às principais correntes intelectuais e sociais da época do século XVIII e da civilização europeia em geral.

Com a nova ênfase na educação, no aprendizado através da leitura e nas publicações, começam as modificações radicais não somente na paisagem social e literária do país, mas também no que diz respeito às traduções. Com a introdução dessa nova tipografia civil, foi criada uma literatura secular que abrangia textos técnicos, didáticos e de entretenimento. A

simplificação do alfabeto russo, decorrente da mudança dos tipos usados na impressão, ordenada pelo soberano, também permitiu considerável melhora das impressões.

Interessado na multiplicação de traduções tanto de obras militares quanto de obras didáticas e de entretenimento, Pedro – que possuía uma biblioteca organizada por ele mesmo e que contava com 1.663 títulos, entre manuscritos e livros em russo e línguas estrangeiras – elaborava pessoalmente as listas de livros que deveriam ser traduzidos, escolhidos em função dos imperativos práticos de sua política, elaborando instruções para a tradução e insistindo na necessidade de se obter do texto, com clareza, o seu sentido, de forma a evitar a tradução literal e, por fim, controlando a tradução executada. Pedro também estimulou a formação de tradutores e oficializou a função de tradutor. Muitos literatos renomados começaram como funcionários tradutores nas tipografias que então se multiplicavam, concorrendo de forma primordial para o enriquecimento da língua russa e para a difusão do pensamento e das literaturas ocidentais.

No começo do século XVIII, a Rússia não tinha uma cultura literária comparável à da Europa Ocidental, pois não havia autores reconhecidos, nem leitores ou editores. Não havia sequer uma língua literária russa ou algo como uma tipografia moderna. A situação começou a mudar, conforme foi mencionado, quando Pedro, o Grande, assumiu o trono com a missão de modernizar e ocidentalizar seu império, de forma a torná-lo um dos mais avançados estados da Europa. Sua agressiva política de ocidentalização “levou inevitavelmente à emergência de uma cultura literária modelada segundo a que havia na Europa e reconhecida como europeia”. Um dos efeitos da ênfase que Pedro I deu a suas reformas seculares foi justamente a perda do papel da Igreja Eslavônica como veículo de literatura e cultura.

Embora não tenha sido o responsável direto pelo aparecimento de uma nova literatura russa, Pedro, ao obrigar a nobreza e as classes superiores a se vestirem, a se comportarem e a adotarem novos hábitos sociais à moda ocidental, terminou por alterar a face da Rússia. O tsar queria que a Rússia se assemelhasse a um país europeu: daí, talvez, surgiu a vontade de promover uma reforma tipográfica para que os livros impressos em russo, tanto em forma quanto em estrutura, imitassem os livros publicados na Europa. Nesse aspecto, o tsar almejava em específico uma reestruturação da cultura, da língua, da ciência e da educação.

Pedro I supostamente viu nessa reestruturação da cultura uma garantia da estabilidade de sua nova ordem, e isso se fez em parte com o desligamento do antigo, com um abandono da influência grega e do antigo sistema da língua e alfabeto eclesiásticos. A principal vantagem apresentada pela nova escrita – além de livros serem impressos muito mais rapidamente – foi a *legibilidade*, simplicidade e clareza das letras, o que não só contribuiu

para um desenvolvimento da ciência e da educação na Rússia, como também significou um rompimento com a cultura predominantemente religiosa, eslavófila e voltada aos ideais gregos que prescreviam aquele antigo estilo tipográfico baseado no alfabeto grego.

Admirador da tradição e cultura latinas, famoso por seu viés ocidentalista e por seu ódio para com a antiguidade eslava nacional, Pedro I conduziu a reforma em nome da educação, literatura e cultura seculares ao demonstrar seu forte desejo de aproximação com a cultura ocidental. Não promoveu uma mera formalidade estilística: era uma encarnação direta de sua política cultural e de aproximação aos ideais romanos, latinos, europeus e ocidentais. Consequentemente, uma reforma do alfabeto, ou seja, a criação da escrita civil russa era necessária. Com a introdução do novo tipo de escrita e substituição dos padrões antigos eclesiásticos, Pedro I pretendia editar a literatura secular (“civil”), não só para que houvesse um distanciamento da cultura eslava eclesiástica e voltada aos ideais gregos, mas também abrir uma janela para a Europa, editar livros e publicações em russo mais próximos do padrão ocidental e – por que não? – iniciar um processo de criação de uma nova língua russa escrita, uma nova literatura, nacional e secular.

Essa mudança serve como uma expressão da nova orientação da cultura de Pedro I, de sua latinofilia, antagônica à eslavofilia e à helenofilia de seus predecessores, representada pela fidelidade às formas gregas na língua e no alfabeto, como forma de lealdade à fé ortodoxa oriental. Em termos ocidentais, Pedro I e seus seguidores eram entendidos como uma oposição clerical: a reforma alfabética é uma das primeiras evidências dessa oposição cultural – letras “clericais” do alfabeto são expulsas dando espaço a uma nova forma “secular”. A justaposição da velha e da nova ortografia estabelece a distinção semiótica entre as esferas culturais, o que está estabelecido na base de uma distribuição funcional do tradicional e do novo. A oposição dos dois paradigmas, a oposição da Igreja em relação ao alfabeto civil, corresponde a uma série de oposições culturais inter-relacionadas: os ensinamentos helênico-eslavos contra a educação ocidental-latina, a tradição e sabedoria helênicas da greco-ortodoxia russa contra a educação romana e europeia; a igreja contra a cultura secular; o sacerdócio contra o reino; a Igreja contra o Império. A criação desse alfabeto ou escrita civil russa iniciou portanto um processo de declínio da cultura literária eclesiástica e medieval, provocando também a queda da língua eslavônica de sua posição dominante na estrutura da literatura russa, ao mesmo tempo que orientou a criação de uma língua russa literária, nacional e com base no folclore popular.

Na metade do século XIX, houve uma reviravolta, e a Rússia, sem abrir mão de suas ambições imperiais, voluntariamente embarcou em um surpreendente processo de

“imperialismo cultural reverso” ao adotar o francês como a língua social e de trabalho da corte e da aristocracia – diferentemente do que costumava fazer até então enquanto grande potência colonizadora. A aristocracia russa tinha no uso do francês um símbolo de status, o que desencadeou uma febre que tornava quase obrigatório que, em suas famílias, as crianças fossem instruídas nesse idioma desde pequenas, para que adquirissem não só o hábito de falar e ler em francês, mas também de *pensar* em francês. Essa “galicização” que é, de certa forma, um aspecto negligenciado na história cultural russa, alcançou seu ápice logo após a Revolução francesa e na virada do século XIX, tendo diminuído sensivelmente após a invasão napoleônica. Em termos culturais, após o colapso do Iluminismo russo, o uso do francês, que havia deixado marcas até na literatura, como os diálogos em russo em *Guerra e Paz*, de Tolstói, ficou restrito aos círculos da corte russa e ao hábito de se empregar tutores ocidentais para os filhos da elite, até a Revolução Bolchevique.

A Rússia, vitoriosa nas guerras napoleônicas, assumiu a condição de potência europeia após o Congresso de Viena. Seu objetivo era manter as fronteiras e estabelecer um status quo na Europa através da Santa Aliança. Contudo, a expansão colonial sobre o Cáucaso, iniciada no final do século XVIII, não foi interrompida, e tornou-se um tema recorrente na literatura russa do século XIX. A repressão que se seguiu à revolta da aristocracia militar contra a monarquia absoluta, conhecida como a Revolta Dezembrista de 1825, aliada a uma implacável postura contrária aos movimentos reformistas europeus de 1830 e à derrota humilhante na Guerra da Crimeia, levaram à percepção por parte da Europa de que o país era uma ameaça séria, gerando toda uma literatura que apresentava uma imagem negativa sobre o Império Russo. Entretanto, é precisamente nesse momento que a literatura russa começa a ser reconhecida como força cultural europeia. Para Dostoiévski, o período que se seguiu às guerras napoleônicas marca o começo do novo papel cultural da Rússia, e é quando aparecem as variantes russas das grandes tendências registradas na Europa, destacando-se, na literatura, o realismo e o romantismo e, no pensamento, o ocidentalismo (ou progresso) e o eslavofilismo. Mais uma vez, percebe-se aqui o constante embate entre a modernização ao estilo ocidental e o apego às raízes nativas.

Após a chegada do século XVIII e a “janela para o Ocidente” de Pedro I, foi trazido um rápido incremento dos modelos e influências ocidentais, notadamente formas literárias neoclássicas importadas da França. O francês, como já visto, tornou-se a língua da corte, e a influência do Iluminismo foi sentida através das correspondências entre Catarina, a Grande, e filósofos franceses. Foi nesse período que surgiu a primeira grande figura literária russa, Púchkin, quando a linguagem literária russa que lutava para se estabelecer começou a se

aproximar da forma moderna. Romances históricos, poemas narrativos, literatura de viagem, histórias de aventuras e de terror, tudo isso contribuiu para o estabelecimento da literatura russa, no segundo quarto do século XIX, como a mais recente e vibrante literatura nacional da Europa. As formas mais expressivas dessa literatura foram os contos (“рассказ” *rasskaz*), a novela (“повест” *povest*) e, finalmente, a mais famosa de todas, o romance (“роман” *roman*). Na metade do século XIX, o romance russo já estava consolidado através de autores como Turguêniev, Dostoiévski e Tolstói.

3.1 A LITERATURA RUSSA TRADUZIDA NA FRANÇA E NO BRASIL

Em 1886, foi publicada o que pode ser considerada a primeira obra crítica sobre literatura russa em uma língua europeia ocidental: *Le roman russe*. Esse trabalho, de autoria do visconde francês Eugène Marie Melchior de Vogüé, ajudou a confirmar a proeminência dessa literatura no mundo. Segundo Reis (2010), aproximadamente na mesma época em que foi lançada a obra de Vogüé, foram publicadas em língua inglesa as traduções pioneiras de Isabel Hapgood, em 1886, nos Estados Unidos, e de Constance Garnett, em 1894, na Inglaterra, sinalizando que o Ocidente tinha descoberto, enfim, uma literatura até então desconhecida e “exótica”. E de tanto que foi traduzida, de tanto que fez sucesso, tornou-se hegemônica.

A língua e a literatura russas constituem, juntas, uma espécie de paradoxo: por um lado, observa-se que a literatura russa é, efetivamente, hegemônica – não só de alcance mundial, muito famosa e prestigiada, mas também considerada uma das melhores do mundo e muitas vezes comparada a tantas outras como a francesa de Proust e a alemã de Kafka. A língua nacional da Rússia, por outro lado, não é hegemônica – pelo menos não aqui no Brasil. É hegemônica no leste europeu e em países ex-membros da URSS, onde serve ainda hoje como língua franca. Apesar de ser uma das seis línguas oficiais da ONU, aqui o russo ainda é visto como exótico, enquanto a sua literatura análoga teve uma ótima recepção nos mais diversos países do mundo.

Como já tratamos no capítulo anterior, a assimilação é uma característica de certas elites russas, que, igual ao povo russo, assimilavam-se às elites dos povos colonizados. Mais do que isso, as elites russas continuavam construindo seu Império, sacrificando suas vidas igual ao povo russo, que suportava o peso principal do Império estrangeiro. Alexandr Etkind¹¹,

¹¹ Alexandr Etkind (Александр Эткинд) é psicólogo, cientista e historiador cultural e crítico literário. Formado em psicologia (1985), é doutor em filosofia (1998, Helsinki) e professor de literatura russa e de história da cultura nas universidades de Cambridge, Nova York e Georgetown. Nos últimos anos, tem se interessado

apesar de sua visão crítica ao estranho imperialismo russo “às avessas”, à “hegemonia negativa”, reconhece a universalidade e o êxito da *língua e literatura russas* como ferramenta de unificação nacional:

Quando populistas russos, judeus sionistas e ativistas muçulmanos encontravam-se nas prisões do tsar, eles discutiam a obra de grandes escritores russos, desde Púchkin até Tolstói. Em retrospectiva, a literatura russa parece ser uma ferramenta de hegemonia cultural extraordinariamente bem-sucedida. Com seus clássicos, hereges e críticos, a literatura russa conquistou mais admiradores entre russos, não-russos e inimigos da Rússia do que outros empreendimentos do Império. Ao padronizar a língua, ao criar um círculo comum de significados e, assim, reunir seus leitores multilíngues, a literatura acabou se tornando um patrimônio muito valioso. Os tsares e censores pouco entenderam e pouco valorizaram isso. Por isso, o Império caiu, mas a literatura sobreviveu”. (ETKIND, 2013. pp. 268-269. Tradução minha, do russo.)

Disso pode-se compreender um pouco as razões para o sucesso da literatura russa. Esta ganhou prestígio com base em um elemento específico da identidade nacional da Rússia: a *alma russa*. Mesmo sendo tão particular ao universo russo, consegue transcendê-lo e alcançar uma esfera muito maior, universal, e com isso obteve o prestígio do Ocidente.

A alma russa (em russo: *русская душа* ['ruskəjə du'ʂa]) é um termo cunhado na literatura russa para descrever a espiritualidade do povo russo, popularmente utilizado para se referir a uma personalidade profunda e forte, sempre ligada ao sofrimento, à tragédia e à resignação. A origem do termo é literária, comum a autores como Nikolai Gógol, Lev Tolstói e Fiódor Dostoiévski. É ainda hoje um termo usado como marca de todo o povo russo, praticamente uma alma coletiva nacional que ao mesmo tempo unifica os russos e os distingue dos povos ocidentais, Dostoiévski sendo um dos autores a ter contribuído de maneira mais significativa à definição e propagação do conceito. Bruno Gomide comenta esse importantíssimo aspecto da literatura russa em sua tese:

Em si, a alma russa não é boa nem má. Ela pode levar a excessos anárquicos e a impulsos rebeldes destrutivos; mas isso é amplamente compensado pelo inigualável reservatório de compaixão que ela oferece. Intuição, surpresa, sentimento, profundidades abissais, desespero, sofrimento e expiação: as inúmeras gradações atribuídas por Vogüé, e pela crítica francesa de modo geral, à alma russa fizeram com que se tornasse o elemento de maior repercussão cultural do livro, para além dos debates mais estritamente literários. Nas suas infundáveis acepções – porque o imprevisível era justamente sua essência – serviu como panacéia anti-burguesa para decadentistas, nefelibatas, socialistas, neo-católicos e anarquistas. (GOMIDE, 2004, p. 99)

Os russos, o povo russo e a pessoa russa sofrem de uma frieza impressionante. Eles são de natureza introspectiva, falam pouco e, quando falam, falam muito. São breves e objetivos,

principalmente pelas seguintes áreas de estudo científico: memória histórica e colonialismo interno.

diretos, e talvez por isso às vezes sejam julgados como cruéis. Se alcançam a crueldade, é *quase* sem querer. Quase porque são irônicos, e orgulhosos disso. Sustentam uma imagem egoísta e independente, apesar do sofrimento e da dor.

Segundo Dostoiévski, a “mais básica e rudimentar necessidade espiritual do povo russo é o sofrimento, onipresente e insaciável, em todo lugar e em tudo”.

A questão que fica é: além de ter esses elementos como catalisadores de seu sucesso, como a literatura russa veio a se tornar hegemônica assim? Como as obras de Dostoiévski e de Tolstói – que, se comparadas ao que se costuma ter no ocidente, de fato chegam a ser demasiadamente frias, seus textos truncados e “feios” perto da linguagem canônica dos ocidentais – vieram a se tornar umas das mais prestigiadas do mundo? A resposta está no fato de que os franceses as traduziram, e muito.

Mas por quê? Seria interessante pesquisar essa relação histórica da Rússia com a França, investigar o porquê do interesse em traduzi-los em determinada época e os critérios que definiam o que era importante transmitir. Porém, essa investigação foge do escopo deste trabalho. Algo que explique esse interesse em traduzir os russos talvez esteja na obra de Anthony Pym, Gideon Toury e André Lefevere, quando tratam, cada um à sua maneira, das relações entre política e tradução.

No âmbito do presente estudo, portanto, pretendo passar rapidamente por este ponto. Por enquanto, ficaremos com a seguinte explicação de Bruno Gomide:

[...] o romance russo, tal como ficou conhecido internacionalmente, e com todos os predicados que lhe cabiam, foi uma invenção de críticos franceses arquitetada e exportada entre os anos de 1883-1886. [...] Para o súbito prestígio concorreram componentes contextuais: a momentosa aliança franco-russa, a expansão do mercado editorial, o viés internacionalista da crítica francesa e a busca de recursos anti-positivistas em cenários periféricos. Porém o essencial foi a criação de uma síntese específica – o romance russo, somatório de querela realista/naturalista com a barbárie positiva da alma russa, recuperada para a *Kulturkritik* finissecular, é que a literatura russa pôde se tornar moeda influente. (GOMIDE, 2004, p. 75)

É preciso observar que a maneira com que a literatura russa foi assimilada na Europa variava muito dependendo do local e da época. Um período de intenso entusiasmo – quase um modismo – pela cultura e literatura russas em um determinado país (e em específicas camadas da sociedade) podia coincidir com um período de russofobia em outro país, e vice-versa. De fato, o mais comum era a alternância de interesse entre os principais países (França, Reino Unido, Itália e Espanha), dependendo da posição que a Rússia ocupava nas respectivas políticas externas – interesse isolados que eram às vezes motivados por algum contato

diplomático ou pela atividade de um viajante regressante daquele país. (GOMIDE, 2004, p. 28).

Não é à toa que os franceses, ao traduzirem os russos, tenham “amaciado” o texto e, ao fazê-lo, apagado também muito do que seria essa essência russa, a própria *alma russa* representativa de todo um sentimento coletivo do povo e, ao mesmo tempo, peça-chave dos principais autores literários, uma vez que exaltavam essa natureza fria até no modo de escrever – na forma do texto –, e não só no seu conteúdo. A esse apagamento e amaciamento do texto pelos franceses atribuiu-se o conceito de “belas infieis”, tema de muita discussão e polêmica nos estudos de tradução.

Já no Brasil, a recepção se deu de maneira diferente, como explica a tradutora e pesquisadora Denise Bottmann em uma pesquisa de levantamento da bibliografia de obras literárias russas traduzidas e publicadas no Brasil na primeira metade do século XX:

Conste apenas que uma pequeníssima parcela dos textos [de 1900 a 1950] foi traduzida diretamente do original – por Ivan Emilianovitch, Georges Selzoff, Evandro Pequeno e Boris Schnaiderman (assinando como Boris Solomonov) e talvez algum outro. Na maioria dos casos, o idioma usado na interposição foi o francês, mas há também traduções feitas a partir do espanhol e, em menor medida, do inglês. [...] a publicação de livros de literatura russa e soviética no Brasil começou a demonstrar algum vigor no Brasil a partir dos anos 1930. Por um lado, isso não admira muito, pois foi apenas naquela década que se registrou o efetivo arranque da indústria editorial entre nós. Por outro lado, é sugestivo notar que a publicação de obras russas e soviéticas no Brasil não esteve ausente desse processo, acompanhando-o de perto, ainda que a repressão da ditadura varguista em nada tenha colaborado, muito pelo contrário, para uma difusão que, provavelmente, teria um potencial bem maior já naquela época. (BOTTMANN, 2014, p. 1)

Retomando e complementando o que já foi dito pelo Bruno Gomide e pela Denise Bottmann, as primeiras traduções de literatura russa no Brasil foram de fato indiretas, feitas a partir do francês. Ou seja, as edições francesas – textos que já eram traduções – serviram de texto-fonte para as primeiras transposições dos romances russos para o português. Foi somente assim que a literatura russa encontrou seu caminho no sistema literário brasileiro — inicialmente, partindo dessas outras traduções¹² feitas a partir de um texto-fonte em francês e, mais tarde, também do inglês. Esses textos geralmente se revestem de traços característicos da língua intermediária, e por vezes chegam a apagar as nuances da língua original. As traduções francesas – com especial destaque para as obras de Tolstói e Dostoiévski – procuravam justamente amenizar algumas das características desses autores, como o fato de retratar com

¹² Evito utilizar aqui o termo “retradução” por motivos de simplicidade e por ser um conceito um tanto quanto controverso e sobre o qual não há efetivamente um consenso. Quem trata desse termo e da problemática nele envolvida é o autor Álvaro Faleiros, que comenta e define melhor esse termo em diversos de seus trabalhos. Em suma, “retradução” seria, segundo esse autor, um trabalho feito em colaboração ou refeito pelo próprio tradutor em um exercício de autorrevisão.

grande realismo as condições sociais, econômicas, mentais e psicológicas dos personagens de seus romances.

Mas por que existem essas duas “modalidades”? Por que existem traduções diretas e indiretas? Porque até meados do século XX não se traduzia diretamente do russo aqui no Brasil, e isso devido ao fato de que não havia quem pudesse fazer isso. Não tendo, portanto, quem traduzisse diretamente do russo, o que se fazia era traduzir do francês (assim como de outras línguas como o espanhol e o inglês, mas em menor número), língua “de prestígio” – que de certa forma “validava”, “chancelava” a qualidade da literatura russa – e que já dispunha de muitas traduções diretas. Traduções essas feitas diretamente do russo ao francês. Ou seja, o francês é que “disponibilizava” para o Brasil textos russos de áreas como literatura, crítica literária, história, sociologia e política (uma vez que já tinha traduzido tudo isso). Era o francês a língua de passagem para traduzir obras russas – o provedor, digamos – e a França, o país-fonte, o polo cultural de onde essas traduções vinham e por onde todo o conhecimento passava. As traduções francesas foram o eixo básico da recepção dos escritores russos no Brasil. O que se observa (e é de se esperar) é que esse processo acarreta deformações, imprecisões, divergências e problemas no texto de chegada, e reflete até vícios de linguagem (no caso, vícios do francês). Tais “problemas” são decorrentes de diferentes concepções de tradução e de norma mudam com o tempo – deixando claro que minha crítica é baseada numa visão atual, de estudante do curso de letras aqui, etc.]. *É como um telefone sem fio: quanto mais pessoas envolvidas no percurso, maior a deformação da mensagem.* Como escreve Bruno Gomide:

Resumidamente, quais são as principais alterações feitas pelas traduções? 1) “quebra” e redução de parágrafos. Períodos mais extensos são fragmentados em diálogos curtos. A alteração é mais dramática nas extensas explicações filosóficas e metafísicas e nas exasperações da consciência dos personagens; 2) nivelamento da linguagem: perde-se o complexo jogo entre cômico, melodramático e trágico – a alternância vertiginosa de gêneros presente em Dostoiévski fica reduzida a um registro sentimental; 3) adições de texto, às vezes capítulos inteiros; 4) mudança de léxico para termos mais suaves; 5) manutenção de algumas expressões “típicas” em russo para dar cor local. (GOMIDE, 2004, p. 116)

Veremos agora uns poucos “problemas” decorrentes dessas alterações. Se tratarmos especificamente de traduções literárias, de sua recepção e crítica, temos como bom ponto de partida a análise feita por Bruno Gomide em sua tese de doutorado. Como exemplo de casos mais extremos – mas que de modo algum são raros – e da precariedade das traduções, temos a obra *Notas do Subsolo*, que foi rebatizada como *L'esprit souterrain* e quase totalmente reescrita por Halpérine-Kaminsy e Charles Morice: foi dividida em duas partes, cada uma

com um título feminino: “Kátia”, a primeira delas, era na verdade uma tradução da novela *Khoziáika*; a segunda, “Lisa”, consistia nas *Notas do subsolo* propriamente ditas, porém bastante abreviadas. Entre uma seção e outra, adicionou-se uma explicação, além de diversos outros comentários. Obviamente, qualquer possibilidade de análise mais aprofundada de Dostoiévski ficava muito prejudicada no que se fundiu as duas obras independentes e se lhes atribuiu uma suposta continuidade narrativa. Gomide explica que “esta era parcela substancial do que havia efetivamente à disposição dos críticos e leitores brasileiros interessados em literatura russa” (*op. cit.*, p. 114). Muitas das teorias e elucubrações feitas por críticos na época eram a partir de trechos de inteira responsabilidade do tradutor francês, pura invenção. Nisso só fica ainda mais claro o quanto a crítica e a tradução da época andavam de mãos dadas na época do *boom* da literatura russa.

Porém, é importante sublinhar aqui que meu trabalho não se aproximará tanto de análises como essa do Gomide, em que aspectos literários são mais levados em conta do que elementos linguísticos propriamente ditos. Como corroboração do que mencionei acima, no tocante à recepção das obras russas no Brasil, o tradutor Paulo Bezerra, em entrevista para Maria Verônica Aguilera, comenta sobre a lacuna de 150 anos entre a produção de Dostoiévski e essas primeiras traduções diretas do russo para o português:

[...] não existia tradutor em condição de assumir esse encargo [das traduções diretas do russo para o português]. Boris Schnaiderman¹ foi um pioneiro e ainda é nossa expressão maior, tanto em tradução quanto em conhecimento da cultura, da literatura, da história russa. Há outras traduções, o Moacir Werneck de Castro traduziu alguma coisa, “O Eterno Marido”, “O Jogador”, diretamente do russo. (BEZERRA, 2003)

Somado a isso, havia o agravante de não se ter acesso aos originais até certo momento na história da recepção das obras russas no Brasil, ou seja, não se traduzia *por não se ter os próprios textos originais em mãos*, algo hoje em dia impensável (BRAGA, 2004).

Outra curiosidade: aparentemente, Portugal não nos servia nem nunca nos serviu de fonte. Repito: de *fonte*. Em um primeiro momento eu, pessoalmente, não sabia ao certo em que medida eles traduziam e tinham acesso às obras russas – e a impressão que tinha é que pouco deles veio para nós aqui no Brasil. O ponto que quero fazer aqui é que, apesar de compartilharem da mesma língua que nós, estiveram bem mais distantes do que os franceses quando se tratava de nos fornecer textos já traduzidos. Bruno Gomide é o único autor a jogar alguma luz nesse aspecto, pontuando que, sim, os portugueses traduziam os russos. E essas

traduções vinham para o Brasil, mas somente nos primeiros anos de chegada de literatura russa em terras tupiniquins:

Ficará faltando, por impraticável nesse momento, um comentário sobre a recepção do romance russo em Portugal. Não posso deixar de mencionar sua importância aqui, devido não somente às conexões editoriais e intelectuais entre Brasil e Portugal quando dos primeiros momentos da recepção, como também da forma intensa com que Tolstói e Dostoiévski foram lidos pelos intelectuais portugueses. (GOMIDE, 2004, p. 21)

É graças à persistência de um pequeno grupo de tradutores – de certa forma pioneiros, tendo conquistado seu público, reafirmado seu valor e marcado seu espaço no mercado editorial brasileiro apenas nas últimas duas décadas – que, pela primeira vez, teve-se acesso a versões em português feitas diretamente do russo para obras clássicas de ficcionistas do século XIX e de autores menos conhecidos do século XX. A literatura russa saiu do fundo dos catálogos para a linha de frente do mercado editorial brasileiro.

Com efeito, atualmente as traduções feitas para o português diretamente dos originais russos têm sido sucesso de público e crítica, sendo até mesmo consideradas como chamariz pelas editoras – sejam essas traduções de obras novas, sejam de obras já publicadas e consagradas como clássicos da literatura universal. Nomes consagrados como Fiodor Dostoiévski (1821-1881), Leon Tolstói (1828-1910) e Anton Tchékhov (1860-1904), cujas obras começam a aparecer em versões diretas, são hoje em dia fenômenos de venda nas editoras. O grande caso é Dostoiévski: autor russo mais popular do Brasil, tornou-se em um ano o autor mais lido da Editora 34. Mas Tolstói e Tchékhov também têm seus públicos. O resultado é que os tradutores do russo, antes tidos como “esquisitões”, agora estão sendo mais procurados do que nunca.

Andrei Cunha – professor da UFRGS, especialista em tradução e literatura japonesa – comenta em seu trabalho “A literatura japonesa em tradução no Brasil” os diversos elementos e fatores envolvidos quando da recepção de traduções do japonês no Brasil. A citação abaixo diz respeito às traduções de literatura japonesa no Brasil, mas pode ser perfeitamente aplicada ao nosso contexto de traduções russas:

Desejo chamar a atenção para o fato de que não se pode pensar em tradução no Brasil sem levar em conta o sistema de interações mundiais e, principalmente, de que a presença da literatura japonesa no polissistema nacional não é um caso isolado, uma exceção ou uma anomalia (modalidades que lhe são de praxe atribuídas). Muito pelo contrário, a forma como ela se instaura nesse contexto está em calma conformidade com os desenvolvimentos históricos, culturais e estéticos de cada época, tanto dentro como fora do Brasil. (CUNHA, 2014, p. 830)

A isso adiciona-se o comentário do professor Bruno Gomide, que afirma que a grande virada foi a aliança franco-russa – apesar de todo o século XIX ter ido mais no sentido contrário a essa tendência. Décadas de demonização do Império russo foram substituídas por olhos mais doces depois que a França foi esmagada no campo de batalha pela Prússia. Especulava-se que Bismarck pretendia lançar outro ataque para cortar cerce as pretensões de revanche do adversário. Enquanto isso não acontecia, os franceses aproveitaram para compor com o antigo bárbaro, o que fez vingar, entre os anos 70 e 90, uma grande onda de publicações sobre a Rússia, de festejos oficiais e de entusiasmo popular com as coisas russas. Na França, foram publicadas diversas obras historiográficas sobre a Rússia, pesquisas de alto nível. É importante destacar esse ponto, pois muitas vezes a influência da mediação francesa é alvo de maldizeres no que se refere à difusão da literatura russa em boa parte do mundo. A França teria sido, de um ponto de vista um tanto estereotipado, responsável pela má qualidade de muitas das traduções realizadas, mas houve também, em igual medida, livros de eslavística muito bem montados. (GOMIDE, 2004, p. 40)

Esse “boom” de traduções do russo no Brasil também aconteceu quando boa parte das obras de grandes autores russos já haviam caído em domínio público, e, conseqüentemente, as editoras acharam mais interessante – do ponto de vista financeiro – republicá-las, pois não precisariam pagar direitos autorais. Mais do que isso, cada uma resolveu contratar um tradutor para ter cada uma a *sua própria* versão da obra traduzida diretamente – quase um fetiche editorial. Além disso, hoje em dia não se pode mais republicar traduções sem a autorização do tradutor – antigamente até se fazia isso, mas mais recentemente isso tem sido mais um motivo para as novas traduções diretas. Esse início das traduções diretas do russo no Brasil foi marcado por Boris Schnaiderman – professor e tradutor recentemente falecido, nascido na União Soviética e emigrado para o Brasil aos oito anos de idade, tendo sido o maior divulgador da cultura russa no Brasil. Ele é quem encabeçou esse projeto e foi o principal tradutor de obras de literatura russa até o final do século XX.

Nesse sentido, foi Boris Solomonovitch Schnaiderman quem inaugurou as traduções feitas diretamente do russo em solo brasileiro e foi um dos maiores divulgadores da literatura russa em nosso país. Ao encaminhar um de seus primeiros trabalhos a diversas editoras – uma tradução própria de *Os Irmãos Karamazov*, de Fiódor Dostoiévski –, Boris foi pioneiro na tradução direta do original para o português de clássicos como Dostoiévski, Tchékhov e Tolstói. Suas traduções tornaram acessíveis textos de grandes nomes até então desconhecidos como Maiakóvski – em um tempo em que, como já mencionado anteriormente, a literatura russa chegava até nós somente a partir de traduções indiretas de outros idiomas como o

francês e, em menor escala, do inglês. Mas não foram apenas suas traduções que nos aproximaram dos escritores russos. Boris Schnaiderman era também ensaísta e dedicou grande parte de seu trabalho a refletir sobre os autores e seus textos.

Um dos grandes nomes da Literatura Russa – e mundial – Fiódor Dostoiévski é um autor constantemente traduzido e estudado por Schnaiderman. Em entrevista à *Folha de São Paulo*, o tradutor fala das dificuldades na tradução direta do idioma Russo mesmo para alguém fluente no idioma: “existem dificuldades naturais da língua russa. Por exemplo, o russo não usa artigo. Quando digo “o jogador”, já estou interpretando”. Poderia ser “um jogador” [...] Tudo isso aumenta a responsabilidade do tradutor e exige muita paciência e discernimento” (SCHNAIDERMAN, 2001).

Esse aspecto da gramática russa, entre tantas outras particularidades desse idioma, irei abordar na parte final deste trabalho, no quarto capítulo, em que me dedico exclusivamente à análise do texto de Mikhail Bakhtin e, por extensão, dos sistemas de cada língua envolvida.

Como já dito anteriormente, o “problema” gerado pelo fato de que não haviam tradutores aqui no Brasil capazes de traduzir diretamente do russo é que as primeiras traduções que vieram ao Brasil (e tornaram famosos nomes como Dostoiévski, por exemplo), pelo menos até 1950, foram em grande maioria *indiretas*. E o problema de elas serem indiretas é que muito do estilo original, russo, do texto se perdeu ou foi propositalmente modificado pelos franceses.

Para o tradutor Paulo Bezerra, em entrevista a Maria Veronica Aguilera, esses [...]:

Quanto à questão específica da tradução direta do original, prende-se a uma série de variáveis essenciais. Em primeiro lugar, nós conhecemos os autores russos – nós, o povo brasileiro, de uma maneira geral – de uma forma esmagadora através de tradução indireta. Essas traduções deram uma contribuição muito grande para se conhecer o universo russo. Elas só têm de ser enaltecidas. Entretanto, toda obra de arte se assenta, sobretudo, na sua linguagem. As traduções indiretas pecam, por uma questão essencial. Há na obra de Dostoiévski uma relação muito profunda entre o estado de espírito das personagens e sua linguagem. Quando os personagens estão em harmonia com seu mundo, sua linguagem é relativamente fácil, clara, fluida, relativamente, porque a linguagem de Dostoiévski nunca é fluida. Mas, na medida em que elas vão entrando em conflito com seu universo social e consigo mesmas, a linguagem fica mais complexa. Há momentos em que a personagem se torna quase que incompreensível, ou como se estivesse num labirinto. Seu raciocínio é um raciocínio labiríntico. [...] Há um labirinto na recepção da personagem e esse labirinto se reflete diretamente na qualidade da linguagem. A linguagem torna-se sinuosa, cheia de evasivas, de reticências, há uma descontinuidade no fluxo do pensamento da personagem. (BEZERRA, 2003)

Tudo é “padronizado”, “nivelado” pelos franceses, que põem todas as falas e partes do texto em um mesmo nível de fluidez – isso se perde nas traduções indiretas, pois não é mais

possível resgatar essas nuances do estado de espírito em português passando somente pelo francês.

Nas mesmas linhas de Paulo Bezerra, Boris Schnaiderman, ao ser questionado sobre o estilo de Dostoiévski – considerado por alguns críticos um escritor “incompetente” em termos de construção de frase e vocabulário –, também responde defendendo esse aspecto peculiar do autor:

“Como é que ele escrevia mal se conseguia expressar ideias e sentimentos tão complexos? Ora, ele escrevia do jeito dele. Podia não se incomodar com a repetição de palavras, não escrever segundo os cânones, mas isso não quer dizer ‘escrever mal’”.

Ele ainda comenta: “[...] tradução indireta é algo estranho. O francês nivela todos os escritores. Tolstói, Dostoiévski e Turguêniev parecem o ‘mesmo autor’. O francês é um idioma rígido, enquanto o russo soa solto, parecido com o português”. Vale lembrar que tal “nivelamento” se aplicava tanto a escritores quanto a personagens: Schnaiderman explica que, pela tradução do francês ou inglês, o humor sarcástico dos moscovitas se perde e não se notam nuances de linguagem entre personagens de diferentes extratos sociais. Mesmo recheadas de “erros”, as traduções indiretas serviram para despertar a carreira dos tradutores atuais. Da mesma forma, representavam uma “esperança” para a literatura brasileira de modo geral na época, pois acreditava-se que esta também poderia tornar-se hegemônica como a russa.

Numa conversa muito mais voltada à tradução literária, Paulo Bezerra ainda faz algumas considerações que julgo importantes de serem destacadas aqui. Ele tece comentários sobre as dificuldades com que se depara quotidianamente no ofício de tradutor. O que levanta como principal elemento ausente nas traduções indiretas – e daí o maior “defeito” delas – é a propriedade do discurso. Uma vez que características como as mencionadas anteriormente – o estado psicológico da personagem, por exemplo – são intrínsecas à norma literária da época, os franceses fizeram ao traduzir os autores russos ao se desintegrar o mundo, desintegra-se também a linguagem.

Faltou na tradução indireta uma característica essencial, que é a propriedade da linguagem do discurso. Com essas características a que eu me referia há pouco – o estado psicológico da personagem, a desintegração do seu psiquismo – é absolutamente impossível imaginar a cópia de uma língua por outra. Desintegra-se o mundo, desintegra-se a linguagem. A linguagem torna-se, muitas vezes, incompreensível, dura, áspera. Na tradução indireta, essa aspereza, essa dureza, essa sinuosidade desaparecem. Voltando à questão da propriedade da linguagem, quando ela se desintegra, a dificuldade de traduzir é muito grande. Ela adquire um ritmo

próprio, meio descontínuo; uma coisa meio desconexa. Por trás de tudo isso, entretanto, há uma lógica, uma clareza muito obscura. Parece até um paradoxo falar de clareza obscura, mas é isso, e o tradutor tem que encarar e deixá-la como está no autor, evidentemente em língua portuguesa, para que o leitor brasileiro compreenda. Mas, respeitar essa sinuosidade, essa descontinuidade, é fundamental. É aí que entra a grande importância da tradução direta: a de resgatar para a língua portuguesa aquilo que o texto tem de artístico, de efetivamente estético, na sua linguagem própria. (BEZERRA, 2003)

As transliterações servem como exemplo dessas “deturpações” também, inclusive de como mudar a forma de tratar certos nomes – a grafia deles – e como é estabelecida essa distância do estrangeiro (o russo, no caso) muda também a relação com o objeto estudado, o autor citado, etc. Os franceses, por exemplo, adotam tudo como seu e pronunciam do seu jeito, assim como transliteram. Os brasileiros, em contrapartida, não o fazem tão frequentemente – importam-se muito com a pronúncia “correta” em relação à língua original, talvez por vergonha ou devido a um sentimento de inferioridade (constante no Brasil).

As transliterações de autores, nomes e títulos russos no Brasil foram em grande parte vindas do francês (até, como já foi dito, meados do século XX). A partir do momento em que se passou a traduzir diretamente do russo, aquilo que já estava consagrado foi modificado, a referência se perdeu. Nomes que remetiam a personalidades famosas deixaram de ser veiculados na sua forma até então aceita, e pessoas deixaram de reconhecê-los. Por exemplo, “Lenine” e “Lênin”, que se referem ao mesmo ícone socialista soviético.

Ainda no nível meramente ortográfico, começo dizendo que as transliterações de nomes de autores russos já servem como exemplo dessas discrepâncias. Com efeito, sofreram mudanças consideráveis ao passarem pelo francês. Em outras palavras, nomes russos eram conhecidos no Brasil por um “olhar francês”: e essas influências mantiveram-se até o momento em que se começou a traduzir diretamente da língua russa, e algumas permanecem até hoje. Explico: nomes que já estavam consagrados como “Lenine” e “Pouchkine”, assim grafados por *interferência* do francês, tornaram-se subitamente Lênin e Púchkin (quando não Pushkin, por influência anglófona). Tais mudanças no Brasil acompanham, em realidade, modificações e atualizações do que chamaremos de *norma tradutória* – conceito que explicarei logo a seguir. Aliás, isso nada tem a ver com a norma vigente *na França* naquela época, que privilegiava traduções ditas do tipo “belas infieis” ou domesticadoras. Essas interferências se devem efetivamente ao sistema ortográfico e fonêmico do francês. E a questão é que o português e o francês usam o mesmo alfabeto – só têm ortografias diferentes, associações diferentes entre suas convenções ortográficas e determinados sons de cada uma das línguas. Por isso, alguns dos nomes foram recebidos melhor do que outros. Mas o

interessante é justamente isso: nomes importantes como esses eram conhecidos aqui com uma grafia específica, e de repente deixaram de ser escritos desse jeito porque a norma de transliteração mudou (mudou em função da *fonte*: antes era o francês e passou a ser o russo). Algumas pessoas chegaram a achar que tratavam-se de indivíduos diferentes – em casos como o de Lenine e Lênin, por exemplo. Mais adiante tratarei mais sobre isso, sobre as diferenças dos sistemas de escrita de cada uma das três línguas, de suas (não-)equivalências, dos dois alfabetos que estão envolvidos, etc. Mas sobretudo sobre a representação gráfica de determinados sons em cada uma dessas línguas e como que cada ortografia de cada uma faz para lidar com esses sons (que podem ser familiares ou não).

No campo ortográfico ou fonológico, é como se passássemos a grafar o nome do autor Достоевский não mais da maneira com que atualmente é reconhecido – “Dostoiévski” – mas “Dastaiêfski”, pois assim que é pronunciado em russo (em IPA: [dəstɐ'jɛfskʲɪj]). Um estudo dos problemas decorrentes dessas diferenças e não-equivalências entre os sistemas de escrita – uma dissecção dos inventários fonológicos e ortográficos de cada uma das três línguas envolvidas, o que há de “problemático” nas transliterações antigas e atuais e propostas de pontos que podem ser melhorados – poderia ser objeto de todo um trabalho à parte. Não irei me ater a esse ponto, portanto, para melhor atender ao âmbito deste trabalho.

Já no campo lexical, notou-se que havia uma certa inconsistência também em relação aos termos traduzidos direta e indiretamente do russo. Termos revistos nas traduções diretas de teoria literária, por exemplo (porque sim, não estamos falando só de literatura aqui – temos textos fundamentais de teoria literária de autores como Mikhail Bakhtin agora também traduzidos diretamente). Um exemplo dessa inconsistência terminológica é a palavra *сказ*, que foi traduzido por “narração direta” ou “narrativa direta” em duas diferentes traduções de *Como é feito O Capote, de Gógol* de Boris Eikhenbaum, ao passo que, hoje em dia, outros textos russos teóricos da área de literatura em que aparece o termo *skaz* ele tem sido transliterado e com nota de tradução; por exemplo, o Bakhtin “Teoria do Romance 1: Estilística” é apenas transliterado: *skaz*.

O termo *skaz* vem do verbo russo *сказывать/сказать* (*skázyvat'/skazát'*, “falar, contar, narrar”) e está relacionado a palavras como *рассказ* (*rasskáz*, “conto, história curta”) e *сказка* (*skázka*, “conto de fadas” ou “conto maravilhoso”). Também é uma palavra utilizada em narrativas orais tradicionais, e é por vezes empregada nesse sentido, sugerindo como origem um contexto de tradição oral. Tal palavra significa, portanto, essencialmente “conto”, como em “contação de história”. *Skaz* é “uma forma de narração que, dos pontos de vista lexical, sintático, fraseológico e de intonação, dá um toque estilístico único à fala do narrador,

que geralmente serve como representante de um mundo que não pertence à cultura contemporânea e provedora da norma” (SZILÁRD, 1989, p. 181). Em suma, é uma narrativa criada, em termos de estilo, como algo especificamente oral, concebida de tal maneira que dê a impressão de ser uma fala espontânea.

Adiantando um ponto que será discutido com mais profundidade no segundo capítulo, dedicado à fundamentação teórica, introduzo aqui o conceito de *norma* proposto por Gideon Toury. Por norma, o autor israelense entende como:

[...] a tradução de valores gerais ou ideias compartilhadas por uma comunidade – o que é certo ou errado, adequado ou inadequado – em instruções de desempenho apropriadas e aplicáveis a situações em particular, especificando o que é prescrito e o que é proibido, bem como o que é tolerado e permitido em uma certa dimensão comportamental. (TOURY, 1995, pp. 54-55)

Tal conceito nos ajuda a entender essas mudanças na dimensão comportamental da tradução: além de meras escolhas pessoais, diferenças como essas apresentadas acima são oriundas de um sistema de valores como a norma. A tradução, portanto, é vista aqui como fator *da cultura receptora*: segundo o autor, a investigação do texto traduzido deve levar em conta a cultura de recepção, e não a do original: o texto original continha metáforas? Se sim, o tradutor inseriu algo equivalente? Ou nada? Evidencia-se a dicotomia entre estudos descritivos e estudos prescritivos da tradução. A proposta de Toury, portanto, não funciona para a crítica tradutória, uma vez que não considera como ponto de vista o texto original – não o descarta, apenas toma como ponto de vista o da recepção – e, assim, já não dá espaço para avaliações qualitativas comparativas.

As possibilidades de tradução são efetivamente inúmeras, e a compreensão dos textos e sua intertextualidade é que estão em jogo. Tendo tudo isso em mente é que deve-se decidir pela tradução de *сказ*, por exemplo, como “skaz” ou “narrativa direta”.

Ainda como exemplo das diferentes dimensões comportamentais da tradução, ou seja, das normas de diferentes comunidades e culturas, apresento um trabalho que realizei em 2013 sobre traduções diretas e indiretas do russo ao português, desta vez voltado às traduções literárias. Nele, abordo as noções de “filtros culturais” e das “belas infieis” como representações da norma ou cultura tradutória francesa vigente na época. As consequências desses filtros na tradução brasileira da obra em questão, Anna Kariênina, são assombrosas:

Antoine Berman nos apresenta, em seu capítulo consagrado a Herder, dois conceitos-chave das discussões sobre tradução no século XVIII: *alargamento* e *fidelidade*. Como uma faca de dois gumes, a tradução é inevitavelmente traidora a partir do momento em que precisa

ser fiel tanto à obra e língua estrangeiras quanto ao público e língua nativos. Daí surgem esses dois conceitos, que estão sempre em constante diálogo com as teorias tradutórias da época, notadamente a francesa e a alemã. Ambas se opõem justamente no que se refere a essas duas visões de tradução: a França traduz sem a menor preocupação com a fidelidade e segue sua tradição de traduções “embelezadoras” e “poetizantes”. Já a Alemanha se preocupa muito mais com a fidelidade e opõe-se claramente à teoria francesa quando opta por traduzir de maneira a deixar o texto de chegada o mais próximo possível do original. A. W. Schlegel comenta que os franceses, ao fazerem com que todos os estrangeiros ajam e se vistam como eles, “nunca conhecem, realmente, um estrangeiro” (SCHLEGEL, 1964, p. 17, *apud* BERMAN, 2002, p. 68).

A discussão vai além, passando por questões de cunho nacionalista e identitário. Supostamente, os franceses não teriam necessidade de se subjugar às leis do estrangeiro (de serem fiéis ao original) para afirmar a sua identidade, pois se consideram eles mesmos superiores. Os alemães, pelo contrário, careceriam de cultura própria e seriam “inferiores”, de modo a precisar passar por esse *alargamento*, por essa incorporação da cultura estrangeira, favorecendo portanto a *fidelidade*.

Passando esses conceitos de *alargamento* e *fidelidade* para um contexto mais atual, usarei de agora em diante os termos conflitantes *domesticação* (oposto de fidelidade) e *estrangeirização* (sinônimo de fidelidade) propostos por Lawrence Venuti. Ressalto que essa é uma leitura minha, não tendo sido de fato proposta por nenhum dos autores mencionados. Segundo o autor, a *domesticação* visa à facilitação da leitura, com eliminação de elementos que possam prejudicar o entendimento. Esse processo está diretamente ligado à redução do texto estrangeiro em detrimento dos valores culturais da língua-alvo, procurando apagar as opacidades geradas pela diferença entre as duas culturas e línguas em contato e conferir maior fluência à leitura. Em outras palavras, a domesticação transmite a ilusão de preservação do espírito do autor original na tradução por meio da fluência.

Em contrapartida, a estratégia de estrangeirização implica distanciamento e leva o leitor da tradução até o autor do original, propondo que as traduções passem a ser lidas como traduções – como textos que têm suas peculiaridades – e que a “transparência seja desmistificada e vista como um efeito discursivo” (VENUTI, 1995).

No exemplo que eu gostaria de propor, o trecho é de um autor russo, Liev Tolstói, muito conhecido mundialmente. Vejamos um exemplo de tradução atual, de um de seus romances mais célebres: Anna Kariênina. Gostaria de propor a análise do primeiro parágrafo do romance, que é talvez um dos trechos mais célebres da literatura mundial. A começar com

a tradução brasileira de 1958. Essa tradução, como será comentado adiante, é claramente uma tradução *indireta*, que não vem diretamente do original em russo, e sim da já existente tradução francesa. Ei-las aqui:

Todos os gêneros de felicidade se assemelham, mas cada infortúnio tem o seu caráter particular. (TOLSTÓI, 1958, p. 4)

Tous les bonheurs se ressemblent, mais chaque infortune a sa physionomie particulière. (TOLSTOÏ, 1957, p. 3)

Agora vejamos como este trecho foi escrito em russo, e em seguida a sua tradução *direta* para o português:

Все счастливые семьи похожи друг на друга, каждая несчастливая семья несчастлива по-своему. (TOLSTOJ, 2011, p. 5)

Todas as famílias felizes se parecem, cada família infeliz é infeliz à sua própria maneira. (TOLSTÓI, 2005, p. 4)

Percebe-se, de imediato, uma grande diferença entre as traduções brasileiras. Esta é uma abertura impressionante, que revela a sabedoria concisa com que Tolstói introduz o leitor no universo de *Anna Kariênina*. Muito do que o romance vai mostrar está contido nesta frase, pois a história toda gira em torno de conflitos familiares, extraconjugais, entre a personagem principal (que dá título à obra) e o marido, por exemplo. Portanto, é de suma importância que o aspecto principal da frase, a *família* (em russo, “семья”) seja mantido, de modo a dialogar com todo o resto do romance e ser coerente com o tema.

No entanto, tendo como base a tra(d)ição *domesticadora* de tradução, o tradutor francês “deturpa” a famosa frase inicial do livro, trazendo-a para um campo mais genérico de *infortúnios*, sem remeter em nenhum momento à questão familiar ou conjugal. Isso, para introduzir o romance, é realmente inadequado como tradução, tendo em vista todos os aspectos importantes a serem mantidos e que já foram mencionados aqui. Ademais, a tradução francesa mantém seu estilo “poetizante” encontrado no século XVIII e comentado por Berman, na medida em que transforma o objeto “família” em um conceito muito mais abstrato e subjetivo, dando abertura a interpretações e relações absolutamente inexistentes no original. A questão a se colocar aqui é: seria isso de fato uma *domesticação*? Por que a *familia* não se encaixaria na visão francesa de mundo, mesmo que contemporânea, e portanto precisa ser substituída? E, se tal palavra *não* remete a uma problemática cultural, inversa à francesa, por que mudá-la?

Deixando um pouco esses questionamentos de lado, partimos para as traduções para o português. Seguindo uma já quase-tradição no Brasil, o tradutor do português pareceu não se incomodar com o fato de que esta seria uma tradução indireta, pois seria muito mais difícil, é claro, traduzir o romance diretamente de sua língua original. Isso revela uma questão de ordem também política, sobretudo no que diz respeito à URSS e à má reputação que os soviéticos tinham até pouco tempo atrás, vistos dos olhos de quem estava (e ainda está) mais inclinado ao polo ocidental do conflito. Junto disso, o interesse geral em se estudar o idioma russo, oficial nas Repúblicas Soviéticas, também decaiu. Assim, justifica-se a indisponibilidade de tradutores de russo no Brasil – pelo menos no século XX – e o porquê de terem traduzido de uma língua muito mais amplamente estudada e valorizada no ocidente. Aí também se reflete a subserviência do Brasil em relação aos países vistos como dominantes, pois tem dificuldades de assumir a sua própria importância e independência culturais, e, conseqüentemente, vive recorrendo a essas outras culturas de referência.

Fruto de um contexto mundial menos marcado por dominações intelectuais e culturais entre países, a tradução de Rubens Figueiredo permitiu pela primeira vez que a *fidelidade* se praticasse frente a esse romance, *independente* de outras traduções. De um ponto de vista racionalista, como já anunciavam Leibniz e Breitinger, a força de uma língua reside precisamente em sua capacidade de literalidade. Somente agora a língua portuguesa pôde enfim mostrar seu potencial, e mostrou bem. Pois antes só o demonstrava indiretamente, não relativo à língua russa mas sim à francesa, muito mais próxima de um ponto de vista filológico. Sendo assim, até que ponto a língua portuguesa estava sendo “fiel” ao original e o quanto não estava? Pois era “fiel” à tradução francesa, mas conseqüentemente (e inconscientemente) infiel à russa. Uma tradução sem o intermediário francês pode enfim captar a unicidade do original, conservando uma posição de equilíbrio entre as duas culturas em jogo (brasileira e russa).

Por fim, é importante marcar o quanto é esperado que a tradução, vista dessa perspectiva puramente prescritiva e enquanto elemento constituinte da relação com o estrangeiro, não comporte nenhum embelezamento, pois trata-se de mostrar a obra “tal como ela é”. Essa visão apresentada em minha análise – que deve ser lida com muita cautela e ceticismo – será bastante refutada posteriormente, no capítulo em que trato das teorias abarcadas neste trabalho. Ressalto que este é um trabalho antigo, de uma época em que ainda me faltavam leituras sobre tradutologia e, sobretudo, funcionalismo. O resgate que faço a esse trabalho é meramente ilustrativo, portanto, e também um exercício de autocrítica.

Por fim, numa situação em que a relação *com o estrangeiro* seja o foco, não se pode e nem se deve evitar a estrangeirização. Em outras palavras, se o objetivo está voltado para o texto de partida, então estratégias de tradução que privilegiem esse texto de partida devem ser utilizadas. Portanto, seja por uma questão identitária como a dos franceses e alemães no século XVIII ou por uma questão de integridade para com o original, a tradução reflete, ainda nos dias de hoje, mais do que a unicidade e gosto estrangeiros, mas também um pouco do “eu”, e do que essa relação significa para o local. A fidelidade à individualidade do outro é imediatamente causadora de *alargamento* linguístico e cultural, o que só tem a contribuir para a constituição e cultura nativos.

Mas então por que é que, até meados do século XX, os brasileiros não traduziram praticamente nada do russo diretamente para o português? Da mesma forma que se coloca essa questão em relação aos franceses – porém na esfera oposta da questão, ou seja, por que os franceses *traduziram*? –, o curioso é indagar-se sobre a ausência de traduções diretas no Brasil. Ou melhor, sobre as *causas* de tal ausência. O professor Andrei Cunha, ainda no mesmo artigo sobre traduções do japonês, elucida-nos um pouco esta questão:

“Até os anos 1980, as literaturas de línguas não hegemônicas deviam passar preferencialmente pelo crivo de línguas hegemônicas; e a prioridade era dada ao tradutor cujo fazer era reconhecido pelo polissistema (o tradutor do inglês, devidamente “aculturado” às normas do mundo editorial), não ao falante nativo da língua exótica, tido como aliado dos fazeres e saberes da indústria de livros no Brasil. Por outro lado, já se pode perceber que, desde o final dos anos 1950, há uma tendência em sentido contrário, que poderíamos denominar de “segunda vertente”, por parte da comunidade *nikkei* no Brasil, no sentido de criar uma imagem cultural do Japão menos ligada ao exotismo e legitimada pela tradução direta do japonês.” (CUNHA, 2014)

Com efeito, historicamente, o Brasil nunca foi um país muito próximo da Rússia. Digo isso histórica, política e culturalmente. Os dois países se veem mais pelo oposto, pelas diferenças (o que um é, o outro não é), muitas vezes baseados em estereótipos. O brasileiro é visto como preguiçoso, que vive a vida tranquila, está sempre de bom humor; o russo, por outro lado, é frio, briguento e bravo, trabalha muito e bebe muito, etc.

Este argumento ganha força se compararmos as relações entre Brasil e Rússia e as relações do Brasil com outros países europeus dos quais houve forte imigração no século XX – como Itália, Alemanha e Polônia. Por isso, por sequer haver imigrantes russos vindo para cá, nunca houve muitas pessoas no Brasil que pudessem traduzir diretamente do russo – pelo menos até esse cenário mudar em meados do século XX, por conta de diversos outros fatores.

Nos anos 30 havia edições feitas a partir do russo, já falamos disso. Mas em geral eram apressadas, ou então excessivamente atreladas a interesses de grupos políticos. Em vez disso, traduziam do francês – e do espanhol e eventualmente do inglês, mas em muito menor número. Ainda mais por serem línguas de prestígio, “de confiança”, essas edições estrangeiras que vinham para cá “validavam” ou “chancelavam” as obras. A seleção de obras traduzidas na biblioteca de Rui Barbosa¹³ já era por muitas vezes baseada nesse critério de “prestígio” conferido por essas línguas de referência cultural. Intelectuais brasileiros já liam os autores russos em francês, pois ler numa língua estrangeira de prestígio dava um certo “selo de qualidade”, um ar “legítimo” ou “nobre” à obra em si, que já podia ser tida como “boa literatura” – comparável ao que inclusive acontece com o Prêmio Nobel de Literatura. Como único agravante desse fenômeno, os franceses valorizam muito a língua deles – tanto a ponto de amaciarem o texto para que ficasse adequado a seu padrão de excelência e fluidez textual, ou, como já tratamos, adequado à *norma* francesa. Isso acarretou muitas influências diretas no texto final em português brasileiro, como veremos agora.

No campo da literatura, Bruno Gomide traz, entretanto, algumas ressalvas, junto de vários exemplos, tanto de traduções bem-sucedidas quanto do que ele chama de “mutilações”:

“Não é justo dizer, como comumente se faz, que as traduções francesas equivalem-se na mediocridade. A gama ia do aceitável à mutilação. [...] Boris Schnaiderman aponta para o processo de amaciamento e supressão de trechos fortes a que os romancistas russos foram submetidos, com os trechos “interiores”, detalhando as circunvoluções da consciência fraturada, especialmente prejudicados. [...] O romance russo, de que os romancistas russos eram *experts* em questões “da alma”, pouco afeitos à paciência compositiva existente no romance realista francês. Os casos mais graves tinham não somente redução e eliminação de passagens, mas trechos inteiros reescritos e até criados a partir do zero. Halpérine-Kaminsky elaborou, por sua conta, um novo final para os *Irmãos Karamázov*. A lenda do Grande Inquisidor ficou irreconhecível. E os pedaços excluídos do romance viraram, milagrosamente, uma “outra” obra de Dostoiévski, *Les précoces*. [...] A felicidade conjugal podia ser encontrada nas livrarias com o seu título original. Mas podia ser também Katia, Macha, Meu marido e eu, O romance do casamento, Um sonho de felicidade. O ciclo autobiográfico da juventude de Tolstói variava entre Nikolinka, Lembranças, Etapas de uma vida. Kholstomier era História de um cavalo, A morte de um cavalo, O romance de um cavalo. Uma das poucas traduções em português de literatura russa disponíveis no mercado no começo do século XX era Alma de criança, feita a partir de *Ame d’enfant*, adaptação de Halpérine-Kaminsky para a segunda parte de *Niétotchka Niezvânova*. Algumas, além do título pitoresco e/ou sensacionalista, “só” apresentavam o caráter amaciado; outras eram remontadas a gosto do tradutor.” (GOMIDE, 2004)

13 A biblioteca que Rui Barbosa organizou, e que foi adquirida pelo governo brasileiro em 1924, reúne 23 mil títulos, em 37 mil volumes. São livros sobre os mais variados ramos do conhecimento, destacando-se as obras jurídicas. A Biblioteca foi formada pelo próprio Rui Barbosa ao longo da vida, como capas e páginas selecionadas de 106 títulos, incluindo-se a versão completa da *Divina Comédia*, de Dante Alighieri, e a coleção de recortes coletados no período de 1867 a 1922.

Mais uma vez, o termo “mutilação” (assim como “deturpação”, etc.) deve ser usado com muita cautela. É somente tendo bem definidos conceitos como *erro* e *função tradutória* que pode-se dizer com um pouco mais de propriedade que uma tradução é “mutiladora” ou “errada”. E é justamente isso que tratarei de definir no próximo capítulo, destinado à fundamentação teórica.

Enfim, o que é importante observar aqui é que a França era próxima tanto do Brasil quanto da Rússia. E quando digo “próxima”, digo influente, política e culturalmente. Por isso mesmo, a França fazia a “ponte” entre as duas línguas e culturas, brasileira e russa, ambas não-hegemônicas.

Se refletirmos mais sobre esse ponto, considerando que certas línguas podem servir de “ponte”, que algumas línguas podem ser traduzidas indiretamente e outras não podem, temos ainda algumas indagações a serem respondidas – é possível aqui retomar as questões levantadas acerca do conceito de norma de Gideon Toury.

Trago aqui uma hipótese – adiantando o que apresentarei na conclusão deste estudo – que serve também de conclusão para este primeiro capítulo: talvez a tradução indireta não seja sempre ruim. Talvez não: *de fato* não é ruim. Às vezes, em função do objetivo, se for por uma causa maior – tomemos por exemplo a divulgação de escritoras russas no Brasil, até hoje pouco conhecidas¹⁴ e um tradutor que, no caso, tenha interesse em fazer parte de um projeto como esse mas não conheça a língua russa –, será necessário transgredir a norma vigente, recorrendo a textos traduzidos em uma língua intermediária. Não sendo algo intrinsecamente negativo, apenas é preciso que se esteja consciente de tal decisão e preparado para as reações contrárias, críticas e avaliações negativas. Toury, com relação às traduções indiretas, considera que são fruto de uma atividade governada por normas da mesma forma que as traduções diretas, e por isso está longe de demonstrar inabilidade por parte do tradutor. Essa prática deve ser tomada como evidência das forças que moldaram a cultura em questão em conjunto com seu conceito de tradução, especialmente se padrões regulares podem ser detectados (TOURY, 1995, p. 129).



Em guisa de síntese de todos os pontos apresentados neste primeiro capítulo, proponho um rápido resumo: temos, portanto, um grande panorama – majoritariamente composto de

¹⁴ Fica aqui o convite para quem tenha interesse em fazer um trabalho semelhante. Alguns alunos de graduação da UFRGS já demonstraram interesse pelo projeto, e eu pessoalmente me disponho a participar para contribuir com uma tradução direta que eu mesmo faria – podendo assim oferecer algum parâmetro de comparação.

aspectos ora históricos, ora literários, ora tradutórios – que serviu para percorrer muito resumidamente a história da literatura russa e, mais especificamente, acompanhar sob uma perspectiva histórica o percurso das traduções de obras russas no Brasil. Sendo essa contextualização histórica bastante abrangente, vimos primeiramente as origens do sistema literário russo, desde a gênese da língua russa nos primeiros séculos da era cristã – e, posteriormente, a reforma ortográfica e tipográfica promovida por Pedro I no início do século XVIII – até o surgimento e consolidação de uma literatura nacional na Rússia já em meados do século XIX. Vimos adiante como foi feita a expansão dessa literatura para o mundo: as traduções e obras críticas da França impulsionaram a literatura russa rumo a sua hegemonia. Em seguida, comentou-se a respeito das traduções indiretas, primeira via de recepção dessa literatura russa no Brasil. Disso, provêm todas as questões e polêmicas referentes às “deturpações” feitas pelas traduções francesas. Esse paradigma muda com Boris Schnaiderman – bem como a recepção dessa literatura pela cultura brasileira – quando um movimento de traduções diretas começa a despontar no Brasil a partir da década de 1930. Todo esse processo resulta no que temos hoje em dia no cenário brasileiro: traduções das mesmas obras – sejam elas literárias, críticas, teóricas, religiosas, políticas ou científicas – tanto diretas quanto indiretas. Por fim, fez-se um rápido apanhado das discrepâncias entre os dois tipos de tradução, com a intenção de avaliá-las criticamente e introduzir a proposta individual deste trabalho: uma análise crítica de um texto traduzido nas duas referidas modalidades.

3 QUESTÕES E HIPÓTESES

Com base na revisão bibliográfica e levando em conta todas as questões, reflexões e teorias que acabam de ser apresentadas, retomo aqui as indagações feitas nos primeiros capítulos.

O presente trabalho, na realidade, divide-se em duas diferentes abordagens: são duas instâncias, duas dimensões de estudo diferentes, cada uma respondendo a uma hipótese diferente levantada quando da revisão bibliográfica e dos pressupostos teóricos. Explico.

A primeira proposta, depois reformulada, consistia em analisar traduções diretas e indiretas e identificar, nesse processo, marcas do francês na tradução indireta. Buscar-se-ia identificar nessa comparação – em relação ao mesmo processo, porém direto – se haveria indícios, mudanças no texto e no sentido decorrentes da intermediação do francês na passagem do texto russo para o português.

Essa minha proposta inicial, portanto, não sugeria nenhuma hipótese: há, em princípio, uma pergunta, uma indagação, mas para ela não necessariamente deve-se tentar formular uma resposta. Trata-se de um fenômeno a ser confirmado através de uma metodologia *dedutiva*.

Foi ao extrapolar essa ideia inicial que resultei nas outras duas questões centrais que tomei por definitivas para nortear este estudo: primeiramente, sugeriu-se uma análise mais qualitativa, avaliativa e crítica dessas traduções indiretas. Partindo disso, a questão estaria em determinar se elas realmente “deturpam” o texto final, se efetivamente revelam diferenças substanciais – problemas, erros, mudanças no processo, variações de sentido, exemplos de reflexões sobre o fazer tradutório e implicações da presença ou ausência delas – quanto às noções analisadas e se mantêm ou não uma consistência terminológica dentro dos padrões do texto original. Tenta-se, então, comprovar a igualdade ou desigualdade qualitativa das traduções diretas e indiretas. Em outras palavras, determinar se traduções da *modalidade* indireta são “piores” do que suas análogas diretas ou não. Para isso, dispõe-se de critérios avaliativos que permitem determinar objetivamente se houve ou não uma maior “perda de sentido” ou desvio da função original. Desses critérios avaliativos fazem parte, é claro, conceitos como o de *erro em tradução* e o de *norma tradutória*, já trabalhados na seção voltada à fundamentação teórica deste trabalho.

A ideia de julgar se traduções indiretas de fato são “piores” como parecem ser – e digo isso pelo senso comum, pela opinião que aparenta ser unânime quando se trata de traduções, que nada mais é do que um reflexo da norma daqui do Brasil e de como vemos esse fato

tradutório – constitui uma verdadeira hipótese a ser confirmada ou refutada. Portanto, uma abordagem metodologicamente *indutiva* se faz necessária.

A outra análise, porém, de cunho mais linguístico, não foca na “qualidade” propriamente dita das traduções. Tampouco insere-se na abordagem indutiva: a questão, nesse ponto de vista, não é de avaliar se uma tradução foi mais feliz que a outra, mas sim de identificar quais fatores geraram as discrepâncias que podem ser observadas e se há fatores linguísticos – especificidades de cada língua, incompatibilidades, características inerentes aos sistemas de cada língua – que influem na maneira de se expressar nas diferentes línguas e, conseqüentemente, que possam afetar o processo tradutório.

Enfim, apresento aqui minhas duas hipóteses:

A primeira concerne a temática levantada acima: no que se refere a traduções diretas e indiretas, a norma vigente em nosso contexto sociocultural nos faz pensar que traduções indiretas são piores que as diretas. Afinal, são ou não são? Hoje em dia, como reflexo dessa norma, traduções indiretas praticamente não são mais aceitas. Mas talvez não sejam necessariamente piores ou melhores uma que a outra. Traduções indiretas do russo para o português podem ser tão boas quanto as diretas – basta que o francês, língua intermediária – não represente um empecilho nesse processo. Em outras palavras, não é um problema contanto que o francês não tenha distorcido o texto a tal ponto que chegue a não mais corresponder ao sentido do original. Tal avaliação deve ser tomada com muitos grãos de sal, dada a extrema relatividade dos conceitos aqui envolvidos.

Em suma, neste caso em que se está traduzindo do russo para outras duas línguas – uma delas direta e indiretamente – os problemas de tradução já existentes em uma das traduções necessariamente vão ser transpostos a outra (tradução indireta). Por isso, acho improvável que hajam muitas discrepâncias entre as duas traduções para o português. O que houver, será por conta do tradutor – um erro local e subjetivo, linguístico, mas não algo decorrente da *língua* para a qual se está traduzindo (nem da língua *da qual* se está traduzindo).

E disso surge minha segunda hipótese, que tenta responder à seguinte problemática: muito além das escolhas do tradutor ou da norma, certas propriedades únicas das línguas podem constituir condicionantes reais dos poderes de argumentação, expressão, definição de conceitos e, em menor grau, do próprio pensamento humano. Se existem visões de mundo diferentes que variam de acordo com os sistemas específicos e individuais de cada língua, e se essas diferentes maneiras de ver o mundo se refletem na forma de expressar certas ideias e conceitos, de traduzir e veicular informações, quando se muda a língua de certa forma também se muda a visão de mundo, não?

Pois então: sim, há visões de mundo diferentes, e elas vão variar de acordo com os sistemas específicos e individuais de cada língua. Mas, segundo Jakobson (1959), apesar de o pensamento ser de certa forma *moldado* pelas línguas, elas são capazes de expressar tudo que elas quiserem. Só talvez não com a mesma naturalidade. Mas são capazes sim. “Os fatos são diferentes para pessoas cuja formação linguística lhes fornece uma formulação diferente para expressar tais fatos. Nesse sentido, a língua molda a visão de mundo, porém não limita a expressividade do falante. As línguas diferem no que *devem* expressar, não no que *podem* – pois reformular é sempre possível”.

4 METODOLOGIA

No presente capítulo, é primeiramente descrito e justificado o material utilizado para a realização da análise deste trabalho, a saber, do texto “Os gêneros do discurso” Mikhail Bakhtin. Em seguida, apresentam-se os métodos e procedimentos adotados, bem como as etapas de análise que compõem o estudo.

4.1 MATERIAL

No quadro de uma comparação de traduções diretas e indiretas do russo para o português, sendo as indiretas por intermédio do francês, primeiramente foi feita uma seleção de textos teóricos e literários para embasar o trabalho como um todo e, sobretudo, a análise. Inicialmente, pensava-se em analisar o romance “Anna Kariênina” de Liev Tolstói, e o texto de Bakhtin havia sido selecionado meramente como texto teórico para integrar a bibliografia deste mesmo trabalho. O corpus a ser analisado era, portanto, nesse primeiro momento, essencialmente literário.

Posteriormente, ao comparar textos literários com um texto científico como o de Bakhtin, constatei um menor número de pontos a serem tratados, analisados e comentados em um texto literário – em parte porque o tema envolveria mais conceitos de estudos literários e portanto não seria de meu maior interesse pessoal. Ademais, ao descobrir que havia uma tradução indireta do referido texto de Bakhtin, procurei por ele e consegui ter acesso ao texto integral – mais um motivo para adotá-lo como material de análise.

Por fim, reforço a importância de Mikhail Bakhtin como autor e teórico. O objetivo dessa análise resume-se em mostrar como um texto como esse do Mikhail Bakhtin, um de vários textos fundamentais para diversas áreas de estudo (muitas delas dentro da faculdade Letras sozinha), pode sofrer mudanças significativas nas suas diferentes traduções – em função de se o processo é direto ou indireto, mas não só das escolhas do tradutor, também de aspectos intrínsecos aos sistemas de cada língua – e como isso pode afetar o próprio conteúdo a ser apreendido e posteriormente utilizado para a construção de outros conhecimentos.

Antes, imaginei que fosse tratar dos *filtros culturais* ou *marcadores culturais* nas traduções, possivelmente promovidos pela intermediação francesa. Agora vejo que tal fenômeno se aplica em grande parte à literatura e em muito menor escala a um texto como o que decidi analisar. Talvez isso seja não uma consequência mas mais um motivo, uma causa para eu ter mudado meu de material de análise.

Justifico a seleção dos termos e dos trechos a serem analisados: primeiramente, baseou-se em notas de rodapé de Paulo Bezerra; nelas, o tradutor aponta inconsistências, ambiguidades ou não-equivalências no texto traduzido diretamente do português ao russo. Interessou-me, portanto, comparar esses pontos entre as soluções das traduções direta e indireta, bem como fazer o cotejo com o original russo. Com efeito, como já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, há uma certa inconsistência em relação aos termos de teoria literária e literatura russa – primeiramente traduzidos de uma forma, em traduções indiretas, e posteriormente revistos nas traduções diretas.

Disso, foram selecionados alguns termos-chave da fundamentação teórica de Bakhtin no texto analisado, cujo critério de seleção foi determinado sobretudo por essas notas do tradutor: “речь” (traduzido como ‘discurso’ ou ‘fala’) e “речевое общение” (comunicação discursiva ou verbal); язык (traduzido como ‘língua’ ou ‘linguagem’); высказывание (‘enunciado’ ou ‘enunciação’) e “ответная реакция” (‘reação responsiva’ ou ‘reação de resposta’). Aqui já pode-se notar o grau de inconsistência – e, assim, a gravidade ou dimensão dessas divergências – e prever No decorrer da análise, à medida que aparecem, são feitos os devidos comentários sobre suas traduções.

Saliento que, infelizmente, não foi possível conferir com exatidão a edição do texto-fonte russo usado na tradução direta de Paulo Bezerra – portanto, algumas incongruências podem, com efeito, ser devidas a diferenças entre as edições originais em russo. Em geral, diferentes versões de um mesmo texto podem ter incoerências internas, e a edição brasileira por vezes não indica qual o foi o original utilizado – como é o caso de Paulo Bezerra em sua tradução para a editora Martins Fontes. Pode ser que diferenças entre as traduções também sejam decorrentes dessas mudanças entre as próprias edições originais. Só para deixar claro que não ignoro todos esses fatores.

Uma ressalva: talvez a tradutora Maria Ermantina Galvão Pereira tenha consultado uma outra tradução – hábito muito frequente entre tradutores e que o próprio Rubens Figueiredo afirma ter. Talvez ela tivesse acesso a alguma outra tradução, seja da língua que for, ou alguém que lhe servisse de consultor de língua russa. Não é possível, todavia, afirmar ao certo se ela consultou ou não alguma outra tradução – ou alguém que soubesse russo – para dizê-la como estava no original. Disso, não se pode inferir tampouco que ela tenha conseguido fazer uma tradução “melhor” que a própria edição francesa – em alguns trechos isso é visível, e comentarei ao longo da análise – só tendo essa mesma edição como fonte. Trata-se aqui, portanto, de uma questão relativa à sensibilidade do tradutor. Infelizmente, não tenho provas de nada. O fato é que ela fez certas escolhas muito melhores que a versão

francesa – a questão é: ela foi capaz de fazer isso só conhecendo a versão francesa? O importante a se enfatizar/ressaltar aqui é que eu não posso (nem devo) analisar o processo da tradução indireta dela – e sim o resultado, e somente o resultado. Aliás, também preciso cuidar a edição que foi usada como fonte por ela, pela M. Ermantina.

E mais: embora seja uma etapa importantíssima do processo de tradução – que inclusive sempre gera muita polêmica entre tradutores –, o processo editorial muitas vezes é ignorado quando da avaliação (seja crítica, didática ou de revisão) de uma tradução. Com efeito, não se sabe ao certo todas as pessoas que participaram do processo editorial dessa publicação (editores, revisores, etc.) e em que medida influenciaram o texto. Sabe-se que editores costumam exercer muita influência no texto final, e é justamente esse ponto uma das grandes polêmicas envolvendo o ofício de tradutor no seio de editoras. Há a possibilidade de que certas decisões presentes nas traduções nem sequer sejam da autoria do tradutor, mas de algum membro do corpo editorial. Por isso, acho necessário frisar mais uma vez que não se pode ter certeza absoluta de nenhuma das conclusões aqui tomadas no que se refiram a escolhas ou decisões do tradutor.

4.2 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

O primeiro procedimento de análise adotado, por assim dizer, foi a análise da história, da língua nacional e, em certa medida, da cultura russas. Nesse panorama histórico – e inclusive no capítulo subsequente sobre as traduções, publicações e recepções de obras russas no Brasil e no mundo – a França aparece como importante polo ou ponto de passagem tanto de recepção quanto de transmissão intercultural, sobretudo de traduções, sem as quais “os escritores russos nunca teriam ficado tão famosos”, apesar das traduções promovidas por esse grande país terem sido, como já comentado, em grande parte redutoras e equivocadas.

Em segundo lugar, adotou-se uma análise contrastiva, dentro do modelo de estudos descritivos de tradução, que consiste no estudo sistemático de um par linguístico com o intuito de identificar suas semelhanças e diferenças estruturais – o que pode servir para estabelecer genealogias de grupos e famílias de línguas, por exemplo. Em tradução, mais especificamente, a análise contrastiva fornece um melhor entendimento das diferenças linguísticas entre duas línguas e portanto pode ser aplicada como base para tradutores e intérpretes terem uma compreensão mais abrangente não só das duas línguas, mas das diferenças entre si. Além disso, pode trazer uma visão mais equilibrada no tocante à discussão entre tradução “palavra por palavra” e “sentido por sentido” e assim criar novas e melhores

estratégias de tradução – evitando, por exemplo, o vulgo “tradutês”, que traduções sofram demasiada interferência ou, colocando um pouco mais de juízo de valor, “contaminação”.

Há, primeiramente, questões decorrentes de escolhas dos tradutores e, num segundo plano, outros fenômenos que são consequência direta dos sistemas das línguas e de características intrínsecas a elas. As línguas possuem propriedades únicas e, assim, fornecem mais ou menos ferramentas para o falante expressar específicas ideias e nuances. Mais uma vez, ressalto que isso não necessariamente define a visão de mundo ou o pensamento em si, mas o *influencia*. A visão de mundo pode ser a mesma, mas a forma de veicular tal visão será sempre diferente, e conseqüentemente o efeito causado no interlocutor também.

Portanto, a análise é feita nessas duas esferas. Cada termo, conceito ou palavra levantado e analisado é classificado entre essas duas possíveis categorias: escolha subjetiva do tradutor ou decorrência do sistema específico da língua de chegada. Retomarei alguns desses detalhes dos procedimentos no capítulo a seguir, antes de passar à análise propriamente dita.

Por sinal, vale lembrar o que Toury diz sobre críticas tradutórias: qualquer análise crítica – e a que proponho aqui não é exceção – não deve limitar-se a apontar erros e defeitos de uma tradução. Muito pelo contrário, se faz honesta somente quando reconhece ambos pontos positivos e negativos do trabalho, faz elogios e críticas, assinala pontos a serem revisados assim como destaca escolhas particularmente felizes do tradutor.

Em se tratando de traduções técnicas, como é o caso deste texto de Bakhtin, vale um último comentário: “não é pequeno o anedotário sobre os ‘desastres’ provocados por erros: os casos relatados vão desde acontecimentos mais corriqueiros como eletrodomésticos queimados e motores fundidos [...] até a catástrofes ecológicas provocadas pelo uso incorreto de agrotóxicos.” (AZENHA JUNIOR, 1997, p. 137)

A aplicabilidade imediata do que se entende (ou não) a partir da leitura de um texto técnico traduzido sublinha a questão do erro de tradução, ao mesmo tempo em que chama a atenção para a responsabilidade do tradutor e para as possíveis conseqüências da atividade de traduzir sobre o dia a dia das pessoas. Ora, nenhum efeito nessas proporções aconteceria em decorrência de uma tradução “errada” nos campos da literatura ou crítica literária, como também é o caso dos textos que estou tratando aqui. As “conseqüências” às quais me refiro são meramente conceituais, acadêmicas, abstratas e teóricas.

5. ANÁLISE

O presente capítulo subdivide-se em duas principais seções: na primeira, com base nos procedimentos expostos no capítulo anterior, apresento a análise, comparação e avaliação crítica das traduções propriamente ditas, seguidas dos resultados.

A segunda parte, que trata de transliterações, tem por objetivo esclarecer algumas questões relativas aos processos de conversão entre sistemas de escrita (notadamente do cirílico para o latino) para, em seguida, também realizar uma análise. Diferentemente da análise da primeira parte, porém, essa segunda tem por *corpus* uma listagem de nomes de autores russos traduzidos no Brasil na primeira metade do século XX (BOTTMANN, 2014). Com isso, pretende-se mostrar não somente diferenças e inconsistências entre os diferentes métodos de conversão de alfabetos, mas também elucidar questões a respeito da recepção de nomes russos no Brasil, das interferências do francês e do inglês no processo de transliteração (em grande parte pelas traduções indiretas) e em que medida o conceito de norma tradutória pode estar envolvido nesse tema.

Primeiramente, ressalto que isto está longe de ser uma análise exaustiva de todo o texto de Mikhail Bakhtin. Peguei apenas pontos mais “polêmicos”, interessantes, relativamente frutíferos para futuras discussões e que, de certa forma, acabaram servindo de *ilustração* para as teorias abordadas neste estudo.

Um dos critérios iniciais para a seleção de tais trechos foram as notas de rodapé (N. do T.) do tradutor Paulo Bezerra, quem acrescentou comentários sobre alguns termos mais “problemáticos” em sua tradução. Partindo daí, peguei os parágrafos inteiros em questão e comecei a analisá-los. E, disso, parti para outras partes que suspeitei serem especialmente complicadas (ou, eufemisticamente, mais ‘ricas’).

Além disso, acho pertinente comentar que, se eu não reduzisse o material de análise para apenas alguns trechos e fizesse uma análise como essa no texto todo, o trabalho acabaria se tornando insustentável, tamanho seria seu volume. É impressionante a quantidade de comentários que tenho a fazer ao analisar apenas esses poucos parágrafos. No fim, pode-se dizer que analisei menos da metade do total desse capítulo: e volto a lembrar que uma análise de todo o texto não seria sequer adequada no âmbito deste trabalho de conclusão de curso.

De fato, a impressão que tenho é que cada frase de cada uma das três traduções pode sempre ser vista com mais e mais atenção a cada instância, e, fazendo esse esforço, sempre é possível achar novos problemas em cada uma delas. Erros relativamente mais ou menos graves ou simplesmente pontos curiosos que se sobressaem da comparação. E, com isso,

surgem incontáveis itens sobre os quais escrever, comentar e falar. É um trabalho quase infindável.

O processo se deu em três instâncias diferentes, uma para cada par de traduções. Ainda tentei separar por dimensões de análise: uma menor, léxico-terminológica; outra maior, sintático-fraseológica. Aqui neste trabalho, acabei optando por uma apresentação que seguisse sempre a ordem do texto, com raras exceções. Começo cada segmento comparando o russo e o francês – os dois textos que vão servir de base pros outros dois. Em seguida, faço a comparação entre as duas traduções brasileiras, mostrando as diferenças entre as duas e se há interferência na tradução indireta ou não. Basicamente, é com o conhecimento dessa leitura prévia dos dois outros textos (em russo e em francês) que pude fazer a leitura das edições brasileiras, consultando esses que podem ser chamados de “originais” somente quando necessário. No capítulo seguinte, concluo o trabalho fazendo algumas considerações e levantando reflexões sobre tudo que notei nessas comparações.

Já no processo de análise, comecei buscando as diferenças linguísticas, detalhes na tradução direta e na indireta. À medida que fui analisando os segmentos, identifiquei que os pontos estavam relacionadas a mais de um fator; tinham mais de uma causa. Tais fatores surgiram como elementos importantes na análise, porém diferentes. Portanto, julgo importante diferenciar as discrepâncias geradas 1) por escolhas de cada tradutor, 2) por propriedades intrínsecas à línguas e, além desses dois fatores, 3) pela norma de cada língua – ou seja, pela época, cultura e contexto sociopolítico.

Por isso mesmo, deixei de lado exemplos de variações entre as três traduções que não faziam real diferença no sentido da frase ou do período – como “область”, traduzida como “esfera” (na tradução indireta de Maria Ermantina Galvão Pereira), “domaine” (na tradução francesa de Alfreda Aucouturier), “campo” (na tradução direta de Paulo Bezerra) e que, inclusive, poderia ser traduzida ainda como “área” (minha sugestão). Como já disse, só tomei como objeto de análise pontos mais *ricos* para discussão e análise. Para que fossem mais pertinentes a este trabalho, esses pontos não só precisariam ter mais consequências para o sentido do texto, mas também precisariam ser decorrentes de diferenças linguísticas entre as línguas (dos seus sistemas, recursos, etc.) ou das normas de cada dimensão sociocultural – de modo que confirmassem ou refutassem as teorias que apresentei no segundo capítulo.

Uma última consideração antes de começar a análise propriamente dita, em defesa do autor M. Bakhtin: ouço de muitas pessoas que ele é um autor difícil. Daqueles complicadíssimos, difíceis de ler e cansativos. Quase inalcançável. Extremamente complexo e denso, impossível de entender. Realmente, o texto dele é muito denso – e digo isso com base

na minha leitura do original em russo. Mas é apenas denso, em termos de conteúdo. Não é “complicado” com pernosticismos ou desnecessariamente rebuscado em sua linguagem. A *forma* do texto por si só não constitui um empecilho para o estudante ou pesquisador, mas sim seu *conteúdo*. O texto é cheio de termos e conceitos, talvez difíceis em uma leitura introdutória. Mas é um texto direto, objetivo e, na medida do possível, “descomplicado”. Repito: essa é *minha* impressão ao ler o original em russo. A “culpa” não seria, portanto, de Bakhtin se o assunto por si só já é complexo; ele ao menos tenta ser o mais claro possível. Freud, segundo várias fontes, também era coloquial no original. Nos EUA, porém, não se aceitava que um psicanalista tivesse uma linguagem informal. Por isso, toda sua obra foi reescrita e seu estilo próprio, coloquial, foi apagado. Retomarei essas e outras reflexões na conclusão.

4.1 OS GÊNEROS DO DISCURSO

O que faz das ciências humanas um misto de tradução técnica e literária é o fato de que se trata geralmente de textos nos quais a especificidade terminológica se confunde com a especificidade do autor. (BENEDETTI, 2003, p. 22)

Na tradução francesa, primeiramente, saliento que há uma indicação do título da edição original em letras miúdas, em uma espécie de nota de rodapé no canto da página. Curiosamente, essa indicação não traz o título em russo (nem sequer transliterado), como seria esperado; traz, na verdade, uma tradução para o francês que somente se distingue por ser mais próxima do russo, quase que compensando a supressão do título oficialmente escolhido para abrir o capítulo. Temos nessa nota, portanto: “Titre de l’édition originale : *Le problème des genres du discours*”. O título do capítulo em russo de fato é “Проблема речевых жанров” (*O problema dos gêneros do discurso*), e o subtítulo “Постановка проблемы и определение речевых жанров” (*Colocação do problema e definição dos gêneros do discurso*, tradução minha). Porém, de início, já se nota uma tendência do francês a “enxugar” o texto russo – que, de fato, alguns podem julgar excessivamente repetitivo, incluindo a expressão “речевых жанров” (*dos gêneros do discurso*) em ambos título e subtítulo – que, nesse sentido, só se traduziu o subtítulo e ainda se suprimiu a parte final que poderia estar depois de “Problématique et définition” (e não *Problématique et définition [des genres du discours]*).

O curioso é que, na edição da tradução indireta, de Maria Ermantina Galvão Pereira, consta o título *em russo*, “Estetika Slovenskogo Tvortchestvo”. Este é o primeiro de vários indícios que teremos de que ela, na verdade, deve ter consultado alguma edição russa com a

ajuda de alguém que pudesse ler o russo e explicar-lhe pontos de maior dificuldade na compreensão.

Também acho necessário comentar a tradução do título do capítulo feita por Paulo Bezerra: “O problema e sua definição”. Aqui, o “sua” é ambíguo: a definição é *dos gêneros* – e não *do problema* como poderia se entender (BAKHTIN, 2003).

Comecemos pela primeira frase: em russo, temos “Все многообразные области человеческой деятельности [...]”. A tradução francesa, “Les domaines de l’activité humaine, aussi variés soient-ils, [...]”, omite o termo “все” (“todos”; que poderia ser traduzido por “tous”) e transpõe “многообразные”, colocando esse adjetivo (‘multiforme’, ‘diversificado’, ‘variado’) dentro de uma locução que inclui o adjetivo, um verbo, um advérbio e um pronome: “aussi variés soient-ils”. O adjetivo mantém-se como tal, dentro de sua categoria morfológica, mas é obrigatoriamente deslocado e posicionado entre outros elementos textuais que sequer existiam no original russo. A questão que me faço aqui é se seria possível dizer o mesmo em francês mantendo a estrutura sintática do russo – aparentemente não. Embora não configurem erros propriamente ditos, são marcas bastante claras da fraseologia e estilística francesas que, ao mesmo tempo que são um tanto limitadas, podem eventualmente levar a mudanças drásticas de sentido.

As traduções para o português desse mesmo trecho refletem em parte as diferenças já existentes entre as edições francesa e russa: Maria Ermantina, em sua tradução indireta, nos dá “Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, [...]”. Insisto em dizer aqui que, dados os materiais de que disponho, não estou em condições de avaliar o processo tradutório de Maria Ermantina, mas somente seu resultado final. Dito isso, percebe-se claramente que ela não “respeitou” a tradução francesa ao traduzir “Les domaines” por “Todas as esferas”, aproximando-se do original russo. Voluntária ou involuntariamente? Eis a questão. Embora eu acredite que seja de muita ousadia de um tradutor inferir algo como esse “todas” só tendo acesso a um texto-fonte como esse, é também compreensível que se queira fazer tal modificação: se não são *todas* as esferas da atividade humana, por que não se colocou algo como “algumas” antes de “esferas”? Ora, em francês isso também seria possível.

Paulo Bezerra, em sua tradução direta, opta por “Todos os diversos campos da atividade humana [...]”. Mesmo não havendo aparentemente nada a comentar neste trecho, chamo a atenção para o tamanho das frases em cada uma das duas traduções. Em uma perspectiva macroscópica – como é o caso de um texto de fôlego como esse de Mikhail Bakhtin – essa diferença no laconismo e precisão das frases pode se fazer sentir bastante. Retomaremos essa noção mais adiante.

A tradução francesa, na continuação deste mesmo trecho, traduziu “[...] se rattachent toujours à l’utilisation du langage.” para o que seria “связаны с использованием языка.” no original. Percebendo o acréscimo de “toujours” (‘sempre’) na frase, pode-se quase imediatamente prever a discrepância existente entre as traduções brasileiras: “estão sempre relacionadas com a utilização da língua” (BAKHTIN, 1997, p. 279); “estão ligados ao uso da linguagem” (BAKHTIN, 2003, p. 261). Desnecessário dizer o quão significativa pode ser uma diferença desse cunho entre duas traduções.

O trecho, ademais, faz ressurgir um termo importantíssimo: *язык*, que pode ser tanto “langue” ou “langage”. No trecho acima, percebe-se que foi traduzido de maneira diferente na tradução indireta se comparado à tradução direta.

Há seis ocorrências de termos relacionados a “язык” no primeiro parágrafo aqui analisado, e quinze ocorrências no segundo parágrafo analisado (primeiro parágrafo da segunda parte desse mesmo texto – ver adiante):

1. “[...] с использованием языка.”
 “[...] à l’utilisation *du langage*.” (trad. francesa)
 “[...] com a utilização *da língua*.” (trad. indireta)
 “[...] ao uso *da linguagem*.” (trad. direta)
2. “[...] общенародному единству языка.”
 “[...] l’unité nationale *d’une langue*.” (fr.)
 “[...] a unidade nacional *de uma língua*.” (ind.)
 “[...] a unidade nacional *de uma língua*.” (dir.)
3. “Использование языка [...]”
 “L’utilisation *de la langue* [...]”
 “A utilização *da língua* [...]” (ind.)
 “O emprego *da língua* [...]” (dir.)
4. “языковым стилем”
 “*style de langue*”
 “estilo *verbal*” (ind.)
 “estilo *da linguagem*” (dir.)
5. “грамматических средств языка”
 “dans les moyens *de la langue*”
 “nos recursos *da língua*” (ind.)
 “dos recursos [...] *da língua*” (dir.)
6. “каждая сфера использования языка”
 “chaque sphère d’utilisation *de la langue*”
 “cada esfera de utilização *da língua*” (ind.)
 “cada campo de utilização *da língua*” (dir.)

Em russo, portanto, temos cinco ocorrências de “язык” e uma de “языковый” (forma adjetiva de *язык*). Em francês, uma ocorrência de “du langage”, uma de “d’une langue”, uma de “de langue” e três de “de la langue”. Na tradução direta para o português, encontramos

duas ocorrências de “da linguagem”, uma de “de uma língua” e três de “da língua”. Por fim, a tradução indireta para o português conta com quatro ocorrências de “da língua”, uma de “de uma língua” e uma de “verbal”.

A primeira e quarta ocorrências acima apresentadas é que nos mostram alguma inconsistência na tradução desses termos: resta saber se de fato geram alguma diferença na compreensão global do texto, e se podem ter consequências mais sérias quando da utilização desse texto como referência para outros estudos acadêmicos, por exemplo. Porém, uma coisa é certa: a teoria de Sapir-Whorf se confirma em certa medida aqui, uma vez que essa inconsistência está primeiramente em um plano da *língua*, para depois passar ao plano das escolhas dos tradutores.

No segundo parágrafo analisado, a única ocorrência em que há divergências nas traduções é a seguinte: “Сущность языка в той или иной форме, тем или иным путем сводится к духовному творчеству индивидуума” (BAKHTIN, 1979, p. 176). A expressão “Сущность языка”, primeiro elemento da frase, foi traduzida por “L’essence de la langue” (BAKHTINE, 1984, p. 273) na tradução francesa – conseqüentemente, “A essência da língua” (BAKTIN, 1997, p. 289) na tradução indireta – e, por fim, como “A essência da linguagem” na tradução direta (BAKTIN, 2003, p. 270).

Disso, pode-se deduzir que o tradutor Paulo Bezerra, que traduziu diretamente, talvez tenha consultado a tradução já existente, indireta. Não é possível saber ao certo, mas é uma possibilidade e inclusive uma prática comum entre tradutores. Como ponto de avaliação final destas traduções, portanto, falta conferir a definição correta e verificar qual dos dois tradutores está “certo” segundo a definição, ou seja, que usou o termo mais adequado para o contexto levando em conta as definições saussureanas dos termos:

Mas o que é língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos. [...] A língua, ao contrário, é um todo por si e um princípio de classificação. Desde que lhe demos o primeiro lugar entre os fatos da linguagem, introduzimos uma ordem natural num conjunto que não se presta a nenhuma outra classificação. A esse princípio de classificação poder-se-ia objetar que o exercício da linguagem repousa numa faculdade que nos é dada pela Natureza, ao passo que a língua constitui algo adquirido e convencional, que deveria subordinar-se ao instinto natural em vez de adiantar-se a ele. [SAUSSURE, 1969, p. 17]

Segundo o dicionário *Le Petit Robert* (2000), as definições de língua e linguagem já não são tão diferentes quanto Saussure diz serem:

LANGAGE – I 1. Fonction d’expression de la pensée et de communication entre les hommes, mise en œuvre au moyen d’un système de signes vocaux (parole) et éventuellement de signes graphiques (écriture) qui constitue une langue. → **verbe, langue, parole**. [...] 2. Système de signes vocaux ou graphiques qui remplit la même fonction. → **code**. [...] 3. Ensemble de la langue (système abstrait) et de la parole (réalisations). → **discours, langue, parole**. [...] II Façon de s’exprimer. 1. Usage qui est fait, quant à la forme, de cette fonction d’expression, d’une langue. Usage propre à un groupe (→ **dialecte**) ou à un individu (→ **idiolecte**). → **langue, usage**. 2. Usage de la langue, quant au contenu du discours. → **discours**.

LANGUE – II 1. Système d’expression et de communication commun à un groupe social (communauté linguistique). → **dialecte, idiome ; parler, patois, créole**. 2. Système d’expression potentiel opposé au discours, à la parole qui en est la réalisation. → **code, système ; langage**. 3. Langage parlé ou écrit, spécial à certaines matières, à certains milieux, à certaines époques ; aspect que peut prendre une langue donnée. → **langage ; argot ; jargon**. 4. Utilisation individuelle du langage, façon de s’exprimer par le langage. → **idiolecte ; style**.

Disso, não pode-se concluir se, apesar de substancialmente diferentes, a tradução por “língua” ou “linguagem” nestes dois específicos trechos acarreta ou não mudanças significativas de sentido. Seria necessário consultar um especialista em uma área como esta para determinar se, realmente, há ou não um problema conceitual (terminológico) nas frases em questão e no uso indistinto de “língua” e “linguagem”.

Passemos à próxima frase: em russo, temos “Вполне понятно, что...” (em tradução literal, “É perfeitamente compreensível que...”), que foi traduzido para o francês como “Quoi d’étonnant si...”. Esse jogo estilístico do francês teve posteriormente consequências na tradução indireta, uma vez que “Não é de se surpreender que...” traz uma ideia diferente da intenção original do autor. Se compararmos a “Compreende-se perfeitamente que...”, como foi traduzido por Paulo Bezerra, essa mudança no sentido fica ainda mais clara. Outro exemplo que segue essa linha seria o de “Может показаться, что [...]” (literalmente, “Pode parecer que...”), traduzido para o francês como “On serait tenté de penser que [...]”. As traduções direta e indireta, respectivamente, trazem “Pode parecer que [...]” e “Ficariamos tentados a pensar que [...]”.

Algumas palavras e expressões como *использование*, traduzidas como “utilização” por M. Ermantina, foram traduzidas como “uso” ou “emprego” por Paulo Bezerra. Porém, mesmo que sejam palavras diferentes (e aparentemente usados indistintamente), não são *termos* – e por isso não acarretam grandes mudanças (ou praticamente nenhuma) no sentido global do texto. Incluem-se nessa mesma categoria exemplos como “integrantes” e “protagonistas” na tradução de Maria Ermantina, vindos de “protagonistes” e “représentants” da tradução francesa, traduzidos como “integrantes” e “participantes”, respectivamente, por Paulo Bezerra (todos do russo *участник*).

Já outras palavras, por constituírem *termos* propriamente ditos, devem ser apropriadamente diferenciados entre si – melhor dizendo, não podem ser traduzidos indistintamente ora por X e ora por Y. Um exemplo – para além de *язык* e a questão da língua e da linguagem – é o próprio *речь* (discurso, fala), que, como será visto adiante, foi traduzido por dois termos diferentes em francês e gerou divergências terminológicas bastante grandes entre as edições brasileiras.

Analisarei agora dois exemplos de construções do francês propositalmente introduzidas no texto: “qui émanent” e “opérée”. São marcas do texto francês que, como língua e norma, tem essa tendência à *expansão*, uma *necessidade* de acrescentar elementos, pequenas palavras que explicam um pouco melhor a frase, que deixam tudo um pouco mais “amaciado” (assim como, por exemplo, a expressão “tout à fait” que veremos adiante, entre outros).

A questão do verbo “emanar”, primeiramente. Em russo, é simplesmente um genitivo plural: “в форме единичных конкретных высказываний [...] участников” – “enunciados concretos e únicos [...] dos integrantes”. Em francês, foi acrescentado um “qui émanent des” para deixar o enunciado mais claro; da mesma forma e com a mesma intenção, na tradução direta de Paulo Bezerra, inseriu-se “proferidos por”. Já na tradução indireta, por intermédio do francês, traduziu-se “que emanam dos”. E aí temos um problema. O sentido em português não é o mesmo em francês. Inclusive, se procurarmos nos dicionários, temos como definição de “émaner” algo próximo de “provir”, de algo que indica procedência: “Provenir comme de sa source naturelle. → découler, dériver, provenir, procéder”; enquanto nos dicionários em português, a primeira acepção desse verbo já traz um sentido diferente, de “desagregar-se por emanação e disseminar-se em partículas impalpáveis”¹⁵, algo mais relacionado a energias físicas ou algo mais concreto que “sai” de outro corpo. Então nesse sentido o francês pode dizer “émaner”, porque retoma essa noção de algo que provém de outra, simplesmente. Diferentemente do francês, “emanar” faz referência a outras coisas, é por isso que, em português, soa estranho dizer que os enunciados “emanam dos integrantes duma ou doutra esfera da atividade humana”. Se pudermos enquadrar esse exemplo como um “erro”, mesmo assim, segundo a categorização de Pym (1992), será um erro *não-binário*.

O mesmo ocorre com o termo “opérée” na tradução francesa do trecho “отбором [...] средств языка” (que, na tradução de Paulo Bezerra, está como “pela seleção dos recursos [...] da língua”): “par la sélection *opérée* dans les moyens de la langue” (BAKHTINE, 1984, grifo meu). Na tradução indireta de Maria Ermantina, a “seleção *operada* nos recursos”

15 “emanar”, no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2013, disponível em: <<http://www.priberam.pt/dlPO/emanar>>. Consultado em: 24 nov. 2016.

(BAKHTIN, 1997, grifo meu) parece-me uma solução um tanto quanto desnecessária, apesar de não estar incorreta.

“L’énoncé”, em francês, poderia ter sido traduzido por “Ces énoncés”, a final de contas o original é “Эти высказывания” (*estes enunciados*, literalmente) e também ambas as línguas possuem marcação de plural. Se fosse o caso de uma das duas não dispor de marcação de plural, a diferença seria talvez mais aceita. Com isso, temos a diferença entre as traduções indireta e direta, respectivamente: “O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas” (BAKHTIN, 1997) e “Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo” (BAKHTIN, 2003).

A isso, adiciona-se o comentário de Paulo Bezerra, extremamente relevante para o trecho:

Bakhtin emprega o termo “высказывание” (*viskázivanie*) derivado do infinitivo “высказывать” *viskázivat*, que significa ato de enunciar, de exprimir, transmitir pensamentos, sentimentos, etc. em palavras. O próprio autor situa *viskázivanie* no campo da *parole* saussureana. Em *Marxismo e filosofia da linguagem* (Hucitec, São Paulo), o mesmo termo aparece traduzido como “enunciação” e “enunciado”. **Mas Bakhtin não faz distinção entre enunciado e enunciação**, ou melhor, emprega o termo *viskázivanie* que para o ato de produção do discurso, quer para o discurso escrito, o discurso da cultura, um romance já publicado e absorvido por uma cultura, etc. Por essa razão, resolvemos não desdobrar o termo (já que o próprio autor não o fez!) e traduzir *viskázivanie* por enunciado. (N. do T.) (BAKHTIN, 2003, p. 261 – grifo meu)

Agora desviando um pouco do assunto, gostaria de tratar de uma característica da língua russa que concerne especialmente toda e qualquer tradução: assim como em tradução normalmente se fala na ausência de gênero gramatical na língua inglesa (como exemplo de intraduzibilidade em textos sobre o relativismo linguístico, por exemplo), a língua russa também tem suas particularidades.

Em russo, não há artigos definidos ou indefinidos (como *o, a, um, uma* em português). Sendo assim, é preciso deduzir se os substantivos são definidos ou não pelo contexto em que aparecem. Dito isso, há maneiras alternativas de expressar a definição ou indefinição de um substantivo, apesar de a língua russa não dispor de qualquer marca morfológica particular para isso. São elas:

1. Em frases negativas, o uso de um objeto direto no genitivo (caso morfossintático que comumente corresponde a um argumento introduzido por “de” em português) em vez do acusativo propriamente dito (caso morfossintático próprio para indicar a função de complemento verbal de objeto direto) indica que o objeto em questão é indefinido. Por exemplo, podemos comparar *я не вижу книги* [jã nʲɪ 'vʲizʲʊ 'knʲɪgʲɪ] com *я не вижу книгу* [jã

nɪ 'viʒʊ 'knʲigʊ]. O primeiro exemplo poderia ser traduzido como “eu não vejo um livro” ou, como seria mais natural de se dizer em português, “eu não vejo nenhum livro”, em oposição “eu não vejo o livro” (um livro em específico, do qual já tenha se falado anteriormente) da segunda frase. Em francês, tal oposição seria ainda mais clara, onde a primeira frase poderia ser traduzida como “je ne vois pas de (= aucun) livre” e a segunda como “je ne vois pas le livre”.

2. O uso do numeral “um” (*один*, em russo) também pode indicar que o substantivo é indefinido, como em *я встретил одного друга* [jã 'fstrietɪtʲ ɐdnə 'vo 'drugə] “eu encontrei um amigo” (*um*, não dois, nem três).

3. A ordem das palavras também pode afetar o sentido da frase nesse aspecto, como em *в комнату вбежал мальчик* [ˈf_komnətu vbɛjˈzəl ˈmalʲtɕɪk], que pode ser traduzido como “para o quarto correu um menino”. Muito embora essa primeira frase também possa ser perfeitamente traduzida como “para o quarto correu o menino”, a primeira interpretação que virá à mente de um leitor russo será provavelmente como “menino” sendo indefinido. Compare com *мальчик вбежал в комнату* [ˈmalʲtɕɪk vbɛjˈzəl ˈf_komnətu] e terá a ideia de “o menino correu para o quarto”, sendo o sujeito muito mais claramente definido.

4. Por fim, em diversos casos o plural também poderá indicar indefinição: *вы можете купить это в магазинах* [vɨ ˈmozʲtʲe kʊˈpʲitʲ ˈetə v_məɣəˈzʲinəx] “você pode comprar isso em lojas”; *вы можете купить это в магазине* [vɨ ˈmozʲtʲe kʊˈpʲitʲ ˈetə v_məɣəˈzʲinɨ] “você pode comprar isso na loja”. Mais uma vez, é interessante traçar um paralelo com o francês: numa tradução da primeira frase, haveria a obrigatoriedade de se colocar o artigo indefinido plural (*des*) como marca de “indefinido plural”, ao passo que, em português, não existe um artigo análogo que cumpra a mesma função morfossintática – o uso do plural sem artigo já basta (mas cuidado para não confundir esse uso com o *pronome indefinido* “uns”, “umas”).

Dito isso, traduções de qualquer tipo – de frases e títulos extremamente simples até artigos científicos complexos – podem ser especialmente problemáticas para um tradutor quando confrontado com questões como essa, em que não há nenhum elemento que sirva de referência ou indicação da natureza definida ou indefinida da palavra. Um título como “Идиот”, famoso romance de Dostoiévski, poderia perfeitamente ser traduzido tanto como “O Idiota” (que vem a ser a tradução consagrada) quanto “Um Idiota”. Como conclusão, retomando a ideia do grande tradutor Boris Schnaiderman, todas essas nuances e limitações fazem da tradução do russo algo especialmente exigente e difícil, e, como tudo é passível de interpretação, reforço aqui a carga de responsabilidade atribuída ao ofício de tradutor, bem

como a necessidade de se ter muita sensatez, discernimento e profundo conhecimento das línguas envolvidas.

Com efeito, nos casos que observamos neste texto de Mikhail Bakhtin, todas as ocorrências de artigos definidos ou indefinidos são ou deduzidos, ou fazem parte de estruturas que exigem o determinante na língua de chegada: **todos enunciados são* e **cada dessas esferas* não são construções possíveis em português. Por outro lado, se partíssemos da frase assim reformulada “O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas” teríamos um bom exemplo de artigos oriundos de escolhas do tradutor. Essa mesma frase, pois, poderia ser reescrita como “Um enunciado reflete condições específicas e finalidades de cada uma dessas esferas”.

Uma diferença bastante significativa que observei na tradução francesa é a tradução de “Все эти три момента [...] определяются спецификой данной сферы общения.” (*определяются* – são definidos) por “Ces trois éléments [...], chacun d’eux est marqué par la spécificité d’une sphère d’échange” (*marqué* – marcado). Uma rápida consulta ao dicionário nos mostra que a palavra “marqué” não compartilha da mesma definição de “défini”, como poderia ter sido traduzida. Obviamente, a tradutora Maria Ermantina não teria como adivinhar que seu texto-fonte francês não estava de acordo com o original russo nesse específico ponto: “Estes três elementos [...] são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação”. Contudo, devo reconhecer que a escolha por traduzir “échange” como “comunicação” é ótima, considerando as grandes chances de que um tradutor inexperiente traduzisse esse termo por “troca”. Agora comparemos com a tradução direta: “Todos esses três elementos [...] [são] determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação”.

Não tratarei, por impraticável no momento, de pronomes e adjetivos possessivos em russo – como “свой” (de si próprio) e “его” (de outra pessoa) – que, em realidade, não geram nenhuma ambiguidade se comparados aos seus equivalentes em português (seu, sua). Em alguns trechos, pode-se perceber no original russo claramente a que ou a quem se refere o possessivo, enquanto em português e francês não.

Voltando à primeira parte do texto de Bakhtin, algumas observações do segundo parágrafo: na segunda frase, “крайнюю” (*extrema* [heterogeneidade]) não foi traduzido em francês. Como esse não é um termo inexistente em francês nem especialmente difícil de traduzir (*extrême*), e tampouco está restrito por alguma norma específica à dimensão sociocultural do francês, pode-se concluir que é um apagamento levado a cabo pelo próprio tradutor – o que não se sabe é se foi intencional ou não. Em todo caso, é um *erro* na medida em que falha ao transmitir o sentido completo da frase original e não se sustenta enquanto

escolha tradutória consciente. Como consequência disso, nota-se que a modalização presente no original perde-se na tradução indireta, como vemos ao comparar os dois textos em português: “Cabe salientar em especial *a extrema heterogeneidade* dos gêneros do discurso [...]” (BAKHTIN, 2003) e “Cumpra salientar de um modo especial *a heterogeneidade* dos gêneros do discurso [...]” (BAKHTIN, 1997).

Da mesma forma, mais adiante observa-se que “чрезвычайно велико” (*extraordinariamente grande*) e “бытовой рассказ” (*relato cotidiano*) são especialmente problemáticos para a tradução indireta. Primeiramente, o primeiro item da listagem de diferentes gêneros do discurso que Bakhtin faz é “короткие реплики бытового диалога (причем разнообразие видов бытового диалога в зависимости от его темы, ситуации, состава участников чрезвычайно велико)” (BAKHTIN, 1979), ou, como é traduzido por Paulo Bezerra, “as breves réplicas do diálogo do cotidiano (saliente-se que a diversidade das modalidades de diálogo cotidiano é extraordinariamente grande em função de seu tema, da situação e da composição dos participantes)” (BAKHTIN, 2003). A tradução francesa, no entanto, deixou de traduzir “чрезвычайно велико” (“extraordinariamente grande”), fazendo a tradução de Maria Ermantina também perder a modalização ali presente: “a curta réplica do diálogo cotidiano (com a diversidade que este pode apresentar conforme os temas, as situações e a composição de seus protagonistas)” (BAKHTIN, 1997). O segundo ponto, ainda mais interessante, é que a mesma palavra já utilizada no item anterior, “бытовой” (doméstico, comum, cotidiano), é traduzido de duas maneiras diferentes em francês: “dialogue quotidien” no primeiro e, no próximo item (“бытовой рассказ”, *relato cotidiano*), como “récit familial”. Ora, “familial” pode ser tanto “familiar” quanto “cotidiano, comum” ou até mesmo “informal, coloquial” (em se tratando de registro de fala). Porém, esse “familiar” em especial tem a denotação de “conhecido” mesmo, não de “relativo à família” (o que seria *familial*). Dito isso, observemos que a tradução indireta para o português, “o relato familiar”, falha ao transpor a ideia original.

No mesmo parágrafo, vemos “commandement [militaire]” e “ordre [circonstancié]” (“команда” e “приказ”, no original russo), sendo tratados como sinônimos: não é o que Bakhtin parece ter sugerido quando separou esses dois termos em duas frases. O tradutor francês, mesmo assim, juntou as duas frases em uma só e deu a entender que a “ordre” (*ordem*) nada mais é do que uma subdivisão, um *tipo* de “commandement” (*comando*). Na tradução de Paulo Bezerra, temos “comando militar lacônico padronizado” e “ordem desdobrada e detalhada”, respectivamente, enquanto na tradução indireta de Maria Ermantina

temos “a ordem militar padronizada, em sua forma lacônica e em sua forma de ordem circunstanciada”.

Neste trecho, julgo pertinente o comentário de Rosemary Arrojo, em que afirma que “Toda tradução, por mais simples e breve que seja, trai sua procedência, revela as opções, as circunstâncias, o tempo e a história de seu realizador”. Com efeito, toda tradução é produto de uma perspectiva e de uma interpretação subjetiva do sujeito que traduz, não sendo apenas uma compreensão “neutra” dos significados supostamente estáveis do texto-fonte. “Essa ligação intrínseca e inevitável que qualquer tradução mantém com uma interpretação tem criado um sério embaraço para a grande maioria das teorias de tradução, em especial para aquelas que alimentam a ilusão de chegar, um dia, a uma sistematização do processo de traduzir”. (ARROJO, 1992b, p. 68)

Diferentemente de outros trechos em que a língua francesa costuma acrescentar modalizações e outras nuances de sentido, no seguinte trecho temos o contrário: “Et c’est encore aux genres du discours qu’on rattachera les formes variées [...]” é traduzido de “[...] но сюда же мы *должны* отнести и многообразные формы [...]” (grifo meu). A modalização presente no original russo sumiu, dando a diferença que percebemos entre as traduções brasileiras: “mas aí também devemos incluir [...]”, na tradução direta, e “E é também com os gêneros do discurso que relacionaremos [...]” da tradução indireta.

Outra particularidade do russo é a existência de pares de verbos separados por aspecto perfectivo e imperfectivo. Cada “verbo” em russo – ou melhor, cada verbo em português e seu correspondente (pelo menos um) russo – tem duas ou até mais formas, pelo menos uma para cada aspecto. Isso permite que haja uma correspondência quase exata a todos os tempos do português e do francês, porém a questão é que não há equivalência nessas línguas (românicas: nem em francês nem em português) para os infinitivos do russo (porque normalmente tem dois infinitivos para o que seria um só verbo em português, por exemplo: um perfectivo e outro imperfectivo) – e imperativos também.

Como exemplo disso, temos a seguinte frase: “Можно сказать, что грамматика и стилистика сходятся и расходятся в любом конкретном языковом явлении, если рассматривать его только в системе языка то это грамматическое явление, если же рассматривать его в целом индивидуального высказывания или речевого жанра, то это стилистическое явление”. Sua tradução para o francês foi: “Ce qu’on peut dire, c’est que la grammaire et la stylistique se rejoignent et se séparent dans tout fait de langue concret qui, envisagé du point de vue de la langue, est un fait de grammaire, envisagé du point de vue de l’énoncé individuel est un fait de stylistique”.

O verbo “рассматривать” (considerar, examinar), cujo aspecto é imperfectivo, foi traduzido para o francês como “envisagé” nas duas instâncias em que aparece. Tal palavra, em francês, é um particípio passado, oriundo do verbo “envisager” (contemplar, encarar, considerar). Sendo um particípio passado, logo pertence ao aspecto perfectivo. A questão é: será que isso – o fato de um verbo imperfectivo no infinitivo ter sido traduzido por um particípio passado (logo, perfectivo) – tem consequências diretas no sentido da frase, na compreensão global do texto? Muito provavelmente não, mas também não vou me aprofundar nessa questão. Por enquanto vou me contentar com essa resposta. Fica aqui o questionamento. Talvez seja interessante abordar esse específico aspecto em outro trabalho¹⁶.

Nesse mesmo parágrafo, temos três instâncias do verbo *изучать*: “Изучались”, “они изучались”, “Изучались, наконец”, que, em francês, foram respectivamente traduzidas por “On a étudié”, “ont toujours [...] été étudiés”, “On a, aussi, étudié”. As propriedades sintáticas e morfológicas dos verbos russos (a concordância em gênero, por exemplo) poderiam ser analisadas aqui, mas por não causarem nenhuma grande mudança na tradução francesa (e também por falta de tempo), não tratarei delas aqui em detalhe. Por outro lado, acho importante destacar o aspecto verbal dos verbos no original (*изучать* é imperfectivo), que foram transpostos ao francês com o *passé composé* (“on a étudié”), ou seja, no aspecto perfectivo. Esse específico “erro”, se podemos assim dizer com base na imprecisão semântica decorrente desses dois diferentes aspectos verbais, enquadra-se na classificação de *erro binário* sugerida por Pym (1992).

No trecho a seguir, temos um exemplo de ordem livre do russo: “Крайнюю разнородность речевых жанров и связанную с этим трудность определения общей природы высказывания никак не следует преуменьшать¹⁷” (BAKHTIN, 1979, p. 177). Tal

16 O francês, não diferencia *tempo verbal* de *aspecto verbal* nem de *voz* (só *tempo* de *modo verbal*). Pelo contrário, em russo, principalmente nos particípios, isso é essencial, e claramente marcado devido às diferenças morfológicas que existem na língua. Já de início tem-se sempre dois verbos diferentes correspondentes a um só em francês, um para cada aspecto (perfectivo e imperfectivo). Além disso, quanto aos particípios, o russo ainda diferencia seis diferentes tipos: particípios ativos, passivos e adverbiais, cada um desses três com duas formas (presente e passado). Como o francês não há toda essa variedade (e nisso o português é igual), só se diferencia particípio presente de passado e perde-se a distinção aspectual, que, assim como a voz, acaba ficando implícita. Todo particípio passado é, portanto, em francês, *passivo* e *perfectivo*; todo particípio presente é *ativo* e *imperfectivo* – só que, nas gramáticas, isso nunca é dito, ou pelo menos nunca abordado dessa maneira.

17 Importante notar que este é um verbo imperfectivo. Uma diferença em relação a esse uso, ou seja, se fosse usado o equivalente perfectivo – *преуменьшить* – teria consequências diretas e objetivas no sentido da frase em russo (ao invés de minimizar *constantemente*, como um hábito, a ideia seria de “minimizar apenas uma vez”, pontualmente). Ora, esse tipo de nuance não é notado e sequer pode ser expresso em português ou francês. Sim, é importante notar aqui que esses exemplos todos que estou coletando são no infinitivo, uma vez que essa marca aspectual transparece ainda mais nessa forma do verbo. Isso se deve ao fato de que, independentemente do tempo ou forma do verbo (pode até ser uma forma nominal como o infinitivo ou um particípio – que, como já mencionado, são seis em russo), os verbos russos sempre irão veicular um dos dois aspectos; sempre pertencerão a um dos dois tipos (mesmo que não haja um par completo). Consequentemente, até infinitivos trarão a ideia de completude ou incompletude da ação, diferentemente do português e do francês, que só poderão expressar esse

frase, se traduzida para qualquer uma das duas línguas românicas aqui abarcadas, obrigatoriamente precisa ser reestruturada – completamente:

“Il n’y a pas lieu de minimiser ([никак] не следует преуменьшать) l’hétérogénéité extrême des genres du discours (крайнюю разнородность речевых жанров) et la difficulté qui en résulte (и связанную с этим трудность) lorsqu’il s’agit de définir le caractère général de l’énoncé (определения общей природы высказывания)” (BAKHTINE, 1984, p. 267 – inserções minhas).

O mais importante de se destacar aqui é o caráter não-fortuito da ordem dos elementos na frase em russo. Não é por acaso, ou por mero efeito estilístico, que o autor optou por escrever essa frase nessa ordem. Do mesmo modo que um autor como Dostoiévski opta pela repetição de palavras, ou usa intencionalmente uma estrutura truncada, ou escreve um texto propositalmente confuso como representação de um fluxo de pensamento ou como imagem direta do estado de espírito conturbado de uma personagem. Tem um propósito.

Claro, aqui o objetivo é mais preciso: enfatizar o elemento que vem no início da frase, como em um paradigma frasal de argumentos em tema-rema. A topicalização, em línguas como o português e o francês, muitas vezes corresponde a essa ênfase dada a elementos colocados à frente na frase. Porém, é quase obrigatório que se faça uso de uma voz passiva (seja ela sintética – com “se” apassivador – ou analítica – como no exemplo a seguir) para que tal estrutura frasal se sustente. Dir-se-ia “a extrema heterogeneidade [...] e a diferença [...] é que não devem ser minimizadas”, ao passo que, em russo, a voz passiva não se faz necessária. Basta inverter a ordem dos argumentos da frase, do jeito que estão na sua forma canônica, e tem-se a ênfase desejada. E, mesmo assim, nota-se uma pequena diferença de sentido quando se reformula a referida frase ora com voz passiva, ora com inversão, ora com a ordem canônica.

É importante ressaltar que Bakhtin estava em constante diálogo com outros autores e pensadores da época dele, sobretudo seus opositores formalistas. No texto que ele escreve, muitas dessas interlocuções – às vezes bastante incisivas – transparecem. Lembrando o que já foi dito quando comentei o termo *сказ* (skaz) e suas diversas traduções em livros de teoria e crítica literária ao longo das últimas décadas: o mais importante dessa consistência

tipo de nuance ao conjugar um verbo na sua forma do pretérito perfeito ou imperfeito, ou até em alguma forma de futuro mais ou menos perfectiva em termos aspectuais: em francês, estaríamos falando de *futur proche*, *futur antérieur*, *futur simple*, etc. Reforçando: é evidente que, em português e francês, não é possível expressar qualquer ideia semelhante ao russo no que se refere à qualidade aspectual do verbo somente com sua forma infinitiva. Para isso, se faz obrigatória a conjugação em algum tempo que, além da marca temporal, também traga traços, marcas aspectuais. É interessante como esses dois aspectos – tempo e aspecto – andam tão juntos em línguas românicas (e até mesmo germânicas), mas não nas línguas eslavas ou bálticas, por exemplo. (LYONS, 1979, p. 329)

terminológica, na verdade, é a *intertextualidade*. Deve-se manter o diálogo entre os autores por meio das traduções. Portanto, não deve haver nenhuma espécie de “embate terminológico”; de acordo com princípios básicos da terminologia, os termos não devem ser monossêmicos, bem como não deve haver mais de um termo para um só conceito.

Sobre repetições: a expressão “то есть” (literalmente, “isso é”) tem três ocorrências em um só parágrafo (BAKHTIN, 1979, 178). Tais repetições, no entanto, não são mantidas em francês, cada ocorrência sendo traduzida de uma forma diferente: “c’est-à-dire”, “En d’autres termes”, “autrement dit” (BAKHTINE, 1984, p. 268). O mesmo se reflete na tradução indireta: “isto é”, “Em outras palavras”, “ou seja” (BAKHTIN, 1984, p. 283).

A insistência e vontade constantes de procurar sinônimos para não tornar o texto repetitivo não necessariamente é “ruim”: apenas demonstra uma tendência da língua francesa de não se repetir. Essa aceitação ou rejeição de repetições de palavras no texto se explica pela *norma* vigente (TOURY, 1978) de que tratamos antes: depende apenas de como a recepção lida com o fenômeno, e aparentemente a *norma francesa* não vê repetições com bons olhos. Em outras instâncias, porém, isso pode se mostrar problemático.

Em um trecho do original russo, Bakhtin fala da gramática e da estilística, ao que “pode-se dizer que [...] se juntam e se separam em qualquer fato linguístico concreto” (BAKHTIN, 1997, p. 286). Para isso, ele usa os verbos “сходятся и расходятся” (BAKHTIN, 1979, p. 181), que aparecem lado a lado reforçando a relação que ambas gramática e estilística estabelecem entre si – reforço esse dado pela semelhança morfológica dos dois verbos, que compartilham do mesmo radical “ходятся”. Em francês, a tradução “se rejoignent et se séparent” não traz esse jogo. Em russo, a relação entre os dois verbos é muito mais forte do que em francês, porque ambos são derivados do mesmo radical e só se diferenciam pelo prefixo, enquanto os verbos franceses provêm de duas etimologias completamente distintas. Jakobson comenta no seu texto que “traduttore traditore” nunca poderá ser traduzido perfeitamente para o inglês pois nunca, nenhuma solução tradutória em inglês dará conta desse jogo fonético do italiano, da rima entre as duas palavras: “[i]f we were to translate into English the traditional formula *Traduttore, traditore* as ‘the translator is a betrayer’, we would deprive the Italian rhyming epigram of all its paronomastic value” (JAKOBSON, 1959, p. 118).

Além desse aspecto rítmico, também há a questão do movimento: os pares “juntar e separar” não pressupõem movimento, enquanto “aproximar e afastar” sim. Os verbos russos, com efeito, carregam essa carga semântica de movimento (pois derivam do verbo *ходить*, que significa “ir”, “andar”, “caminhar”) – o que novamente não é mantido em francês.

Considerando esses dois aspectos dos verbos russos – semelhança morfológica e rítmica junto com a ideia de movimento – a solução dada por Bezerra é perfeita: “convergir e divergir”. O único “porém” inscreve-se no fato de que o tradutor acabou elevando um pouco o texto em termos de estilo e registro. Bakhtin, como já sublinhei em outros momentos, mantém-se constante em seu estilo coloquial de linguagem.

Detalhes e dissonâncias dessa natureza, por menores que sejam, ganham força quando se as põe em perspectiva com o texto em sua totalidade. Isoladamente, neste segmento, podem aparentar não causar muitas diferenças de sentido, mas acho importante ressaltar mais uma vez o quanto essas diferenças podem ser potencializadas no âmbito global do texto. Por sinal, em defesa de minha escolha de segmentar o texto para esta análise de tradução, cabe lembrar que pesquisadores descritivistas em sua maioria afirmam que é impossível fazer uma análise de tradução sem recorrer a esse procedimento.

Tratemos agora de um ponto bastante interessante, seja por sua polêmica ou pelos equívocos presentes nas traduções francesa e indireta. Citarei aqui os trechos para, em seguida, passar à análise:

En linguistique, jusqu'à nos jours, des *fonctions* telles que l'“auditeur” et le “récepteur” (les partenaires du “locuteur”) ont droit de cité. Semblables fonctions offrent une image totalement déformée du processus complexe de l'échange verbal. (BAKHTIN, 1984, p. 274 – grifo meu)

В лингвистике до сих пор еще бытуют такие *фикции*, как “слушающий” и “понимающий” (партнеры “говорящего”), “единый речевой поток” и др. Эти фикции дают совершенно искаженное представление о сложном и многосторонне-активном процессе речевого общения. (BAKHTIN, 1979, p. 182 – grifo meu)

Retomo aqui um dilema bastante recorrente em estudos de tradução: o tradutor deve ou não deve melhorar o original? A tradutora Maria Ermantina Galvão fez, de certa forma, uma “correção” do texto original (que, no seu caso, é o texto francês). Só que nessa correção, acabou involuntariamente se aproximando do original russo. Ora, essa solução de tradução – mesmo não sendo contraditória como a francesa é – abranda a dura crítica de Bakhtin. Ela consegue escapar da contradição, mas também não consegue recuperar o grau crítico do russo.

Tais erros poderiam enquadrar-se na categoria de “erros *na* tradução”, como sugerido por Mário Laranjeira, ou erros binários como proposto por Anthony Pym.

O questionamento que fica é: quanto esse trechinho já não afetou, influenciou pesquisas? Imprecisões como esta podem não se enquadrar em “certo” ou “errado”, mas com certeza afetam negativamente a compreensão do texto final.

Minha primeira reação ao ler o trecho acima foi de muita surpresa e decepção, tamanha a quantidade de equívocos e inexatidões. Foi traduzido exatamente o *oposto* do que o original diz. No entanto, todos esses erros – que serão logo mais identificados e explicados – são de responsabilidade do tradutor, não do sistema específico das línguas envolvidas.

Recuperando alguns termos vistos na fundamentação teórica, poderíamos classificar o erro acima como “funcional” (referente a aspectos pragmáticos do texto e a sua função) (NORD, 1996) e binário (PYM, 1992).

Passando para um novo trecho de análise, consideremos o seguinte: “L’achèvement de l’énoncé, c’est *un peu* l’alternance des sujets parlants vue de l’intérieur [...]” (BAKHTINE, 1984, p. 282 – grifo meu). Na tradução para o francês, foi acrescentada uma modalização inexistente no original russo. A questão que me coloco é: isso seria uma característica própria da fraseologia francesa, algo tão intrínseco ao francês que nem sequer poderia ser omitido? Ou, se fosse omitido, não faria diferença para o sentido da frase? Pois, como falante nativo do português, posso dizer com certeza que o “de certo modo” presente na tradução indireta traz um sentido a mais que a tradução direta não apresenta: compare “O acabamento do enunciado é de certo modo a alternância dos sujeitos falantes vista do interior” (Maria Ermantina; indireta) e “A conclusibilidade do enunciado é uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso” (Paulo Bezerra; direta).

Mesmo que não estejamos falando de literatura, sinto aquela “frieza” de que tanto falam dos autores literários também se aplicar ao Bakhtin quando comparo o estilo dele, por exemplo, a sua tradução francesa. Explico: a linguagem de Bakhtin se quer científica, acadêmica – enfim, não-literária – e mostra-se objetiva e “seca”, sem qualquer tipo de acessório ou capricho estilístico (como é o hábito francês). Faz sentido que seja objetivo por questões práticas e metodológicas, a final de contas é um trabalho acadêmico. Mas mais do que isso: parece ser ainda mais enxuto do que os trabalhos que costumo ler. Talvez pela complexidade do tema, que por si só já dificulta a compreensão global do texto. Talvez pelo estilo pessoal, intrínseco ao autor. Mas talvez pela língua. Talvez seja porque o russo consegue, em muitos momentos, ser extremamente sintético e direto ao mesmo tempo em que é conciso e claro. Por exemplo, na frase “C’est un achèvement tout à fait spécifique et que l’on peut déterminer à l’aide de critères particuliers”, temos dezenove palavras. A mesma frase, no original em russo, é “Эта завершенность — специфическая и определяется особыми критериями”, que conta apenas oito palavras. Na tradução direta, temos: “Essa conclusibilidade é específica e determinada por categorias específicas”; na indireta, “É um acabamento totalmente específico e que pode ser determinado por meio de critérios

particulares”. Ambas contam muito mais palavras do que o original russo, e provavelmente pelos mesmos motivos apontados em relação ao francês.

Paulo Bezerra, na falta de uma palavra específica que indicasse “o caráter concluído de algo” como “завершенность”, criou a palavra “conclusibilidade” e, como neologismo, funciona perfeitamente pois é transparente o suficiente para um leitor brasileiro reconhecer seus constituintes morfológicos e entender seu sentido. A opção “acabamento” (vinda do francês “achèvement”, bastante pertinente) não é tão boa, pois pode remeter a outras acepções – como de “acabamento” em construção civil, ou em costura, ou ainda “aquilo que não é o essencial, que é parte pequena ou decorativa de algo”. A palavra “acabamento”, portanto, leva o leitor para uma rede de sentidos totalmente diferente.

Em russo, substantivos abstratos como esse terminados em *-ность* denotam a qualidade da ação ou caráter de algo designado pelo verbo do qual é formado: “завершенность” é o “caráter acabado”, a “qualidade de algo completo”. Virtualmente, qualquer verbo pode se tornar um substantivo com esse sufixo. Um exemplo esdrúxulo seria tomar o verbo “escovar” e, a partir dele, criar o substantivo “escovabilidade”, ou seja, o “caráter escovável” de alguma coisa. Em russo, isso seria perfeitamente aceitável e corriqueiro.

São palavras como essa, possíveis graças à liberdade morfológica – e portanto semântica – da língua russa, que mostram a complexidade dos termos dessa língua e testemunham a favor dos pressupostos teóricos de Sapir e Whorf (do relativismo linguístico), já discutidos anteriormente. Não há equivalente exato desse termo em português, assim como não há sequer como expressar tal ideia em português de maneira simples e direta¹⁸ tal como é em russo – o que necessariamente influi na expressividade dos falantes, em seu recorte do “real” e em suas visões de mundo.

Outra palavra utilizada pelo autor, ocorrendo no final desse mesmo parágrafo que estou analisando neste momento, é um termo-chave que compartilha desse mesmo sufixo formador de substantivos abstratos: *целостность*. Foi traduzida como “totalidade” (na tradução indireta de Maria Ermantina, a partir de “totalité” do francês) e “inteireza” (na tradução direta de Paulo Bezerra). Acredito serem ambas boas sugestões, mas nenhuma que realmente dê conta do sentido original em russo: é o “caráter acabado”, a “qualidade de algo completo”, “cheio”. Um exemplo de substantivo terminado em “-ность”, ausente no texto de Bakhtin,

18 É necessária uma paráfrase ou, nas linhas do que sugeriu Paulo Bezerra, um neologismo, o que vai ao encontro das proposições de Nida e de sua abordagem dinâmica da tradução.

mas que tem equivalência em português e francês é o próprio conceito de “equivalência”: *эквивалентность*, ou “o caráter daquilo que é equivalente”.

Embora *специфический* e *особый* tenham sido ambos traduzidos como “específico” na tradução de Paulo Bezerra (BAKHTIN, 2003) – e em russo são palavras diferentes – essa simplificação não configura nenhum problema, pois não compromete o sentido da frase (uma vez que *специфический* e *особый* podem ser vistos como sinônimos em casos como este).

A modalização acrescentada em “que l’on peut déterminer”, tradução de “определяется” (literalmente, *determina-se*), mais uma vez está acrescentando sentido, expandindo. O “peut” é inexistente no russo, bem como desnecessário – se queremos ser precisos, exatos e científicos aqui, precisamos dizer que ela *é* determinada, não que *pode ser* determinada.

Novamente, como marca da fraseologia e de aspetos idiomáticos do francês, notamos que um “tout à fait” foi acrescentado à frase, sem causar, no entanto, grandes distúrbios de sentido. Ora, em francês, expressões modalizadoras como essa são muitíssimo recorrentes, muito mais do que em português – tanto que acabam se “desgastando” e apagando um pouco seu sentido, perdendo a ênfase que poderiam dar se fossem usadas com mais parcimônia. Digo isso pois, em português, o advérbio “totalmente” traz uma nuance de sentido muito mais forte, marcante e significativa do que em francês. Por isso, o sistema fraseológico do francês se mostra também capaz de influenciar na tradução indireta sem, todavia, comprometer o sentido da tradução francesa propriamente dita.

A tradução indireta, em razão dessas duas modalizações que foram acrescentadas ao texto pela tradução francesa, acaba saindo prejudicada do ponto de vista da “fidelidade”, pois teve detalhes modificados por influência do sistema linguístico do francês – caso contrário, estaria mais próxima do original em russo: ao ceder demais à dominância do francês, submeteu-se a um sistema que não é propriamente seu e distanciou-se tanto de sua função quanto de seu caráter “fiel” ao texto. *Afinal, a quem a tradução indireta deve ser “fiel”? Que texto é seu original?*

Percebe-se, como já dito no capítulo da fundamentação teórica, que o que tinha de erro na tradução francesa, manteve-se na tradução indireta. Se havia uma informação equivocada na tradução francesa, esse equívoco se mantém na tradução indireta, inconscientemente. De certa forma, é como se houvesse um “acúmulo” involuntário de erros, uma vez que a própria tradutora brasileira que traduziu do francês pode cometer erros, e este se somarão aos erros já cometidos pelo tradutor francês que traduziu do russo.

Voltemos à análise: há uma divergência entre os termos utilizados em português para traduzir “критерий”: Maria Ermantina, em sua tradução indireta, traduziu por “critério”, partindo de “critère” do francês. Já Paulo Bezerra – espantosamente – traduziu por “categoria”, fugindo do que parece ser um lugar-comum de transparência interlinguística. Porém, se entendermos “критерий” neste caso como algo que *indica*, *aponta* que a “conclusibilidade” se deu, ou seja, que o enunciado acabou, então não poderíamos traduzir por “categoria” (pois, por definição, categorias *não indicam* nada) pela simples noção de que não corresponde à denotação da palavra original russa.

Volto a dizer: é impressionante tudo que se vê de problemas, equívocos e incongruências nas traduções. Tem-se muito a comentar, e isso que não estamos tratando de literatura. Se fosse um texto literário, o tradutor se acharia no direito de fazer mais modificações em relação ao texto original, de manipular e recriar à sua própria vontade e de deixar o texto mais “bonito” a seu ver – a final de contas, um trabalho artístico e a tradução faz parte dessa expressão artística do tradutor, que seria um cocriador da obra literária, coautor junto do autor do original. No entanto, temos aqui um texto teórico e, mesmo assim, nos deparamos com “mutilações” desse tipo.

O uso de “por” ou “por meio de” não é intercambiável; diferentes nuances são evocadas. Esse exemplo do uso do caso instrumental em russo, que foi traduzido em francês por “à l’aide de”, mostra que a língua russa, muito sintética, deixa o texto mais “aberto” no campo sintático – não é mais aberto para *interpretação*, é aberto no aspecto *sintático*, deixando lacunas que o leitor vai preenchendo à medida em que lê o texto. Línguas mais analíticas como o francês, por sua vez, já preenchem essas lacunas de antemão, é como se deixassem o texto mais “pronto” para o leitor e não permitissem que o leitor coloque a *sua* própria leitura ali – são propriedades de cada língua, e isso não é necessariamente bom ou ruim. Enfatizo que não se trata interpretação – é algo anterior à própria interpretação do conteúdo, que está numa dimensão maior, da estrutura do próprio texto e de como o sentido é construído nele.

A diferença primordial está em definir se o adjunto adverbial dessa frase (do ponto de vista sintático – introduzido por uma preposição ou locução em português e francês e marcado pelo caso instrumental em russo) é, do ponto de vista semântico, um *agente* ou *instrumento*. No final das contas, conclui-se que é instrumento, pois o agente em si só poderia ter o traço humano (afinal, *quem* determina essa ‘conclusibilidade’?), portanto está subentendido que há um agente por trás, não-dito, e que esse elemento apontado pelo autor – os critérios (ou

categorias) específicos – é na verdade o instrumento. Isso tudo é explicitado e colocado de maneira bem direta na formulação francesa.

O primeiro detalhe importante de se destacar aqui é que isso não afeta a interpretação num nível *superficial*, somente mais profundo – a final de contas, trata-se “tudo da mesma coisa”, “são sinônimos” somente a partir de uma visão *muito superficial* do texto. Enquanto em russo só se tem uma marca (o caso *instrumental*) de que aquela determinada palavra cumpre a função de agente (semântico) da frase, no francês o leitor é *forçado* a colocar mais do que isso na frase, *obrigatoriamente* tem-se que acrescentar um traço de sentido, uma pequena nuance – a língua é mais “fascista” (nas palavras de Nietzsche) no sentido que se *precisa* expressar determinada ideia ou com um “à l’aide de” ou com o que poderia ser um “avec”, ou um “à travers”, ou um “par”, etc. Mas não é possível não dizer nada. E, ao mesmo tempo, são todos ligeiramente diferentes. O mesmo se aplica ao português: com isso, já se *direciona* o leitor, de certa maneira. Já se está *induzindo* o leitor mais do que ele seria induzido se estivesse lendo em russo – pois no original o leitor ainda pode-se questionar em relação a ambiguidade ali presente.

O segundo detalhe importante de se destacar aqui é que esse fato, no final das contas, não muda a leitura do texto de maneira mais geral, mas faz o texto ficar mais *pesado*, mais *difícil* de ler uma vez que tem mais carga semântica contida nele, tem mais informações (relativamente supérfluas, mas informações mesmo assim). Dá a impressão de ser menos objetivo. “Mas como é que se traduziria exatamente?”, “qual é o equivalente em português ou francês mais neutro e mais próximo do uso do instrumental russo ou do ablativo latino?”, “como um falante nativo de russo diria isso em português?” – não há resposta para nenhuma dessas questões. Simplesmente não há equivalente. Não há essa preocupação com esse nível de precisão da frase – o sentido está dado, a função está ali, e isso basta. O falante de russo não se questiona quanto a esse tipo de detalhe, se é “com” ou “por” ou “com o auxílio de”, ou “por meio de”, etc. As nuances trazidas por essas diferentes locuções em português e a *necessidade* de se especificar a categoria semântica do adjunto adverbial sintático (se é um “agente” ou “instrumento”) são algo natural para os falantes nativos de português, algo imposto pelo próprio sistema da língua portuguesa que afeta, em maior ou menor grau, a visão de mundo desses falantes.

A “objetividade” ou “clareza” do russo é reflexo direto do quão sintético ele mesmo é, a própria sintaxe do russo, do seu sistema linguístico, enfim, é muito sintético, simples, claro, direto e objetivo. Praticamente só se tem as palavras-chave, essenciais para o entendimento do texto, com marcas morfossintáticas que não deixam o texto “poluído”, só fazem o próprio

leitor raciocinar sobre suas inter-relações na frase, sobre as funções sintáticas das palavras e de suas relações de sentido. Mas não “poluem” o texto ou deixam-no pesado, difícil de ler, ao contrário de línguas analíticas como o francês e o português. Essas línguas, *por natureza* sentem uma “necessidade” de preencher o espaço que estaria normalmente “vazio”, não estaria ocupado na língua sintética. Mas não é que a língua sintética dê mais margem para interpretação; a única coisa que ocorre é que ela não *precisa* de tantas palavras para expressar a mesma ideia. O caráter sintético do russo faz com que o texto seja mais simples e leve, fácil de ler, apesar do conteúdo complexo. Os termos se sobressaem, e o sentido geral de cada frase é facilmente absorvido. É como se o sentido da frase se fizesse automaticamente; ao mesmo tempo em que o conteúdo se constrói, a lógica sintática também vai se desdobrando à medida que se lê. Línguas mais analíticas como o português e o francês, porém, se veem obrigadas a preencher essas “lacunas” morfossintáticas ou semânticas com palavras menores, às vezes locuções inteiras, explicações, reformulações, etc. E é *isso* que faz com que o texto fique difícil de ler. Volto a dizer: Mikhail Bakhtin, no original, não é tão difícil assim de ler.

Embora minha análise seja de segmentos pequenos, para o leitor do texto completo ela pode não ser tão relevante – ela o é para nós enquanto estudiosos de tradução e da língua. No que tange o sentido do texto, porém, a continuação do parágrafo já direciona o leitor para uma compreensão mais acurada, evitando assim qualquer ambiguidade gerada pela frase aqui analisada isoladamente.

Por isso, julgo importante a distinção entre “itens lexicais” e “itens funcionais” (também chamados “itens gramaticais”). O número de itens lexicais *em princípio* não deveria mudar, mesmo passando de uma língua bastante sintética como o russo para uma mais analítica. O que se percebe é que o número de itens *funcionais* é que vai de fato variar, pois são essas aquelas palavras que não carregam sentido próprio – seu sentido é sintático, mais abstrato, e constrói-se no uso, em contexto. Por exemplo, temos a seguinte frase: “стари́к позвони́л врачу́ свои́м телефо́ном”. Uma tradução dessa frase para o português seria “o velhinho ligou para o médico com seu próprio telefone”. As palavras sublinhadas equivalem, respectivamente, às palavras sublinhadas em russo – ou seja, lexicais. Todas as outras palavras em português, perceba, são itens funcionais (artigos, preposições, pronomes, etc). O russo, portanto, mostra-se uma língua extremamente sintética e, nisso, pode ter vantagens do ponto de vista expressivo por ser mais lacônica, “científica” e objetiva.

Nas linhas do que acabo de demonstrar, afirmo que Bakhtin também é super “científico” no sentido em que ele não se importa em repetir a mesma palavra (que muitas vezes é um termo, e não uma mera palavra) quantas vezes for preciso na mesma frase. Melhor

dizendo: ele não busca sinônimos por uma causa meramente estética, para refinar o texto ou para que o mesmo fique menos “viciado”. Com efeito, o interesse primordial do autor é ser *preciso e objetivo*.

Tal reflexão é de interesse geral – entendo esse comentário como sendo algo aplicável a qualquer pessoa em seu exercício de escrita: promova-se mais objetividade em detrimento de uma “forma ideal” do texto, de uma “pureza” linguística formal e sem sentido. Mais precisão nas definições e menos preocupação com repetições, na medida em que essas repetições atrapalham o próprio exercício cognitivo.

Infelizmente, por falta de tempo, e apesar de ser objeto de uma das notas de Paulo Bezerra em sua tradução, não tratarei em detalhe dos termos “atitude responsiva” e “reação responsiva” (traduzida indiretamente como “reação de resposta”). Deixo aqui apenas a citação da nota que acabo de mencionar, que já é bastante esclarecedora por si só:

Bakhtin emprega o termo “reação responsiva” (ответная реакция *otviétnaia reáktsiya*). Em russo, como nas línguas latinas (a palavra em russo é uma apropriação do latim), reação (реакция *reáktsiya*) e resposta (ответ *otviét*) são sinônimos, mas à primeira vista, no plano superficial, não criam redundância. Já em português sua contiguidade cria uma redundância meio estranha, razão por que resolvi substituir “reação responsiva” por “atitude responsiva”, já que a substituição conserva plenamente o sentido do conceito bakhtiniano. (N. do T.) (BAKHTIN, 2003, p. 280)

Como último exemplo de inconsistência terminológica nas traduções francesa e indireta, gostaria de abordar agora a parte em que Bakhtin discorre sobre “речь” (*discurso* ou *fala*): sem ter cuidado algum com relação a esse termo e todas as consequências que, no texto de Bakhtin, tal inconsistência pode causar, a tradutora da edição francesa traduziu sem critério algum o termo *речь*, ora como “parole”, ora como “discours” (BAKHTINE, 1984, p. 276-277).

Se, por um lado, o sistema linguístico do russo não permite distinguir “discurso” de “fala”, deve-se por outro lado entrar num consenso e, em nota de rodapé, deixar claro que tal ambiguidade existe. Até porque, efetivamente, não é possível traduzir sempre pela mesma coisa: Bezerra traduz “речь” como “fala” pois realmente é o termo mais apropriado, mas, em outros momentos, como “discurso” – seguindo a definição que o próprio Bakhtin traz, em decorrência de seu questionamento. Mas segue consistente na decisão e traduz por “fala” no trecho inteiro; não muda invariavelmente de termo como a tradução francesa optou por fazer.

Assim, pode-se dizer que a tradutora francesa *impõe* mais a sua leitura, a sua *interpretação*. O tradutor que traduziu diretamente do russo para o português, Paulo Bezerra, explica e deixa claro que existe uma ambiguidade, e assim não impõe tanto uma interpretação

e torna-se relativamente “menos visível” no texto, partindo da noção de Benedetti (2003). O ideal seria que se pusesse uma nota de rodapé. Acho importante salientar que, ao mesmo tempo que uma tradução como a francesa assume muita responsabilidade pelo que faz e outra tradução, mais explicativa, tenta desviar-se dessa responsabilidade, a tradutora que traduziu indiretamente na verdade não carrega toda essa responsabilidade, pois, assim como o leitor final, não tem sequer consciência de que seu texto de base contém equívocos.

Por fim, o que foi traduzido como “comunicação discursiva” na tradução direta foi traduzido como “comunicação verbal” na tradução indireta.

Outros termos contendo o radical de “речь” podem ser encontrados em toda a extensão do artigo de Bakhtin: “речевой замысел” (intenção discursiva), “речевое общение” (comunicação discursiva), “речевая воля” (força discursiva), “речевой жанр” (gênero discursivo), “речевой запрет” (proibição discursiva), “речевой субъект” (sujeito discursivo), “речевой опыт” (experiência discursiva), “речевое намерение” (intenção discursiva), “речевая длина” (extensão discursiva), “речевое воображение” (imaginação discursiva), “речевой поток” (fluxo discursivo).

Defendo a tese de que nenhum desses termos deva ser traduzido como “verbal”, uma vez que o próprio título do livro, *Estética da Criação Verbal*, já contém o termo “verbal”, que é expresso pelo adjetivo “словесный” e não “речевой” – e, portanto, não indica a mesma noção de “discursivo”. Assim como em português – em que “verbal” é derivado de “verbo” na sua acepção mais erudita, como sinônimo de “palavra” –, *словесный* também está diretamente relacionado à palavra “palavra” (*слово*).

6 CONCLUSÃO

Ao iniciar-se este trabalho, tinha-se a intenção de mostrar e, se possível, comprovar o quão “ruins” eram as traduções indiretas e o quanto elas teriam modificado o sentido do texto original, revelando diferenças substanciais quanto às noções analisadas de tal forma que não fossem capazes de fornecer ao leitor os mesmos conceitos e ideias originais. Assim, chegaria-se à conclusão de que as traduções indiretas realmente não são “confiáveis”, ou demasiadamente incongruentes, e que, por conseguinte, não mais poderiam ser usadas como referências para trabalhos acadêmicos tais como nos estudos sobre os gêneros do discurso. Consequentemente, em um caso extremo, essa constatação tornaria textos como este de M. Bakhtin inválidos ou, no mínimo, sujeitos a revisão.

Qualquer pessoa que se dedique à crítica tradutória, no entanto, pode constatar que traduzir não tem a mesma exatidão que os cálculos matemáticos: as traduções sempre estão sujeitas a mudanças do ponto de vista do próprio tradutor, que, assim como a norma, altera-se constantemente. Nessa perspectiva, pode-se dizer que não há parâmetros para determinar se a tradução indireta é melhor ou pior que a direta. No entanto, algumas questões bastante pontuais, todas em nível terminológico, podem induzir a inconsistências no entendimento de determinado segmento, mas nada que comprometa o sentido e a compreensão globais do texto. Como Nord (1996) afirma, os “erros linguísticos” estão hierarquicamente abaixo de todos os outros (funcionais e culturais).

De modo geral, comparando-se a tradução francesa do texto russo e a brasileira feita a partir do francês, percebe-se que a língua francesa tem não só um léxico e uma fraseologia que são particulares e intransponíveis, mas também sem equivalentes em português, além de possuir uma *norma tradutória* diferente da brasileira. Por isso, certas decisões do tradutor francês simplesmente não se adequam ao sistema brasileiro e, quando mantidas na tradução indireta, percebe-se que soam de modo estranho, pois são soluções pouco adequadas ou até mesmo erradas dentro da norma do português.

Em suma, arrisca-se assumir que traduções indiretas não necessariamente são piores que traduções diretas. Ambas podem ser “ruins” ou “boas” no que se refere ao critério funcional de realização do texto. E isso pode ter como causa tanto escolhas pessoais do tradutor, características intrínsecas às línguas e a seus sistemas – que permitam em maior ou menor grau expressar certas ideias – ou até restrições referentes à norma.

A análise, de maneira bastante consistente, permite-nos ilustrar em que aspectos cada língua se sobressai ou se diferencia uma das outras. Ou seja, buscou-se evidenciar as

características e recursos que cada língua possui para expressar as mesmas ideias, ainda que de diferentes maneiras. Procurou-se mostrar as estruturas e as palavras de que cada língua dispõe para (res-)significar ideias e conceitos. Certamente, esses elementos são diferentes nas três línguas em questão – russo, francês e português –, refletindo a *visão de mundo* particular de cada língua. Todavia, essas diferenças não impedem que todas as três sejam igualmente capazes de veicular o mesmo texto. Diz-se que em tradução sempre se perde um pouco. Com efeito, se perde e se ganha, mas o *essencial* nunca se perde, pelo menos no que tange a um texto técnico, tal como o que se analisou. O mesmo talvez se pudesse dizer em relação a um texto poético ou literário, pleno de referências culturais, por exemplo. Talvez por esse mesmo motivo – por não se tratar de um texto literário, mas científico – a norma francesa não seja tão aberta a modificações e reestruturações do texto, aquilo que vemos como “mutilações” da parte do tradutor. Por se tratar de um texto teórico, a permissibilidade da “recriação” – bastante recorrente em traduções literárias – pode ter sido minimizada.

Sabe-se que as línguas são a expressão de uma cultura e de uma visão de mundo e que cada uma delas possui seu sistema específico e individual para expressar certas ideias e conceitos, para traduzir e veicular informações. Muito além das escolhas do tradutor, certas propriedades únicas das línguas constituem condicionantes reais dos poderes de argumentação, expressão, definição de conceitos e, em menor grau, do próprio pensamento humano. Isso se vê em alguns exemplos vistos na análise, como “завершённость” (para o qual foi necessário criar um neologismo em português), “língua” e “linguagem” (ambos tratados como “язык” por Bakhtin no original russo) e expressões como “tout à fait” (acréscimo de uma modalização de ordem meramente fraseológica e estilística).

Portanto, como conclusão, as reflexões tecidas neste trabalho sugerem que as diferenças da tradução indireta em relação à direta e as inconsistências internas podem dar-se por três principais motivos: primeiramente, pelas escolhas do próprio tradutor (tanto no traduzir do francês ao português quanto do russo ao francês), o que frequentemente se enquadra na categoria de “erro linguístico” definida por Nord (1996); em segundo lugar, pelas diferenças entre o português, o francês e o russo, que independem da competência dos tradutores – são características próprias de cada sistema linguístico e, portanto, aproximam-se mais da ideia de “erro cultural” de Nord (*op. cit.*), porém podendo fazer parte de qualquer uma das três categorias; por último, pelas diferentes normas de cada língua e de como cada língua rege suas traduções com regras específicas – o que estaria majoritariamente ligado à categoria de “erro pragmático” ou “erro funcional”, hierarquicamente o mais “grave” dos três.

Ademais, a constante preocupação com a forma em detrimento do conteúdo pode afetar, no processo criativo, a própria realização do trabalho e de seus objetivos. Na tradução, essa preocupação com a forma pode gerar ambiguidades e imprecisões terminológicas, afetando a clareza, simplicidade e objetividade que são marcas de Bakhtin. O autor russo faz questão de se repetir para privilegiar o conteúdo de seu texto, e não a forma. Isso é um reflexo da língua russa e de seu sistema único, de suas características intrínsecas que, enquanto língua sintética, consegue muitas vezes condensar ideias muito mais e melhor do que línguas como o português e o francês. Essas, por serem analíticas, veem-se obrigadas a expandir e a desdobrar a mesma ideia em frases mais longas, mais densas, tornando a leitura mais complexa e difícil. Segue-se daí uma diferente recepção dos textos em russo e nas outras línguas, uma vez que as traduções soam sempre demasiadamente “pesadas” e cansativas. Ao se privilegiar a forma em detrimento do conteúdo, podem-se gerar ambiguidades e imprecisões terminológicas, como se observou nas traduções francesa e indireta.

Como vimos na teoria das normas de Toury (1995), há aspectos que mudam de país para país, mas que são simples convenções, não necessariamente relacionadas com o sistema e as propriedades da língua nacional, assim como outros mudam com o tempo dentro de uma mesma cultura ou polissistema. Portanto, o que é aceito hoje em dia no Brasil pode não ser mais aceito daqui a dez anos, assim como o que era aceito na França na década de 50 pode não ser mais aceito nesse mesmo país atualmente. Igualmente, o que é usado na França hoje em dia pode ser rejeitado pela norma russa atual, e o que era norma na Rússia na época de Bakhtin pode ainda ser norma tanto na Rússia quanto atualmente no Brasil.

Por fim, esta pesquisa talvez não traga respostas, mas faça as pessoas enxergarem com um olhar crítico algo que antes estava “obscuro” no campo das traduções, levando-as a suspeitar do trabalho do tradutor e não tomá-lo como definitivo. Muitas vezes professores, pesquisadores, estudiosos e leitores sentem uma estranheza ao ler um texto traduzido e muitas vezes esse texto traduzido nem apresenta a autoria da tradução. O questionamento sobre esses problemas é o que se espera produzir nas pessoas. Ou seja, quem é esse autor? Quem é o Bakhtin traduzido? O Bakhtin brasileiro é o autor pelos olhos dos brasileiros, pois ele se constitui no que aproveitamos de sua obra, no que selecionamos e definimos como “o que nos interessa” ou “o que valorizamos”. O autor adquire uma imagem diferente, outro rosto em função dessa seleção dos seus textos traduzidos e de sua interpretação na cultura de chegada, seja ela qual for. Tanto o Bakhtin brasileiro quanto o Bakhtin francês serão sempre diferentes do Bakhtin russo.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(2000) *Le Nouveau Petit Robert*. – Paris: Dictionnaires Le Robert.

ASLANOV, C. *A Tradução Como Manipulação*. – São Paulo: Ed. Perspectiva, 2015.

ARROJO, R. “As questões teóricas da tradução e a desconstrução do logocentrismo: algumas reflexões”. ARROJO, R. (Org.). *O signo desconstruído*. – Campinas, SP: Pontes, 1992a, pp. 71-79.

ARROJO, R. “Compreender x interpretar e a questão da tradução”. ARROJO, R. (Org.). *O signo desconstruído*. – Campinas, SP: Pontes, 1992b, pp. 67-70.

AZENHA JUNIOR, J. “Tradução Técnica, Condicionantes Culturais e Os Limites da Responsabilidade do Tradutor”. *Cadernos de Tradução (UFSC)*, UFSC, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 137-149, 1997.

BAKHTIN, M. M. “Problema rečevih žanrov”. In: *Estetika slovesnogo tvorčestva*. – Moskva: Iskusstvo, 1979, p. 176-209.

BAKHTIN, M. “Os gêneros do discurso”. In: *Estética da Criação Verbal*. Tradução feita a partir do francês por Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 277-326.

BAKHTIN, M. “Os Gêneros do Discurso”. In: *Estética da criação verbal*. Tradução de Paulo Bezerra. – São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-306.

BAKHTINE, M. *Esthétique de la création verbale*. Trad. du russe par Alfreda Aucouturier. – Paris: Gallimard, 1984, p. 264-308.

BENEDETTI, I. C. & SOBRAL, A. (orgs.). *Conversas com tradutores: balanços e perspectivas da tradução*. – São Paulo: Parábola Editorial, 2003, p. 17-31.

BENVENISTE, E. “Categorias de pensamento e categorias de língua”. In: *Problemas de Linguística Geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 4ª ed. – Campinas: Pontes, 1995.

BENVENISTE, E. “A forma e o sentido na linguagem”. In: *Problemas de Linguística Geral II*. – Campinas: Pontes/Unicamp, 1989, pp. 220-242.

BOTTMANN, D. “A Bibliografia Russa Traduzida no Brasil (1900-1950)”. In: *Revista de literatura e cultura russa*. – São Paulo: USP, 2014. Disponível em: http://www.usp.br/rus/images/edicoes/Rus_n04/05%20bibliografia%20russe%20traduzida%201900-1950.pdf. Acesso em: 7 dez. 2016.

BERMAN, A. *A prova do estrangeiro*. São Paulo: EDUSC, 2002, p. 67-78.

- BEZERRA, P. “Tradução com alma russa”. Entrevista a Maria Verônica Aguilera. – Rio de Janeiro: O Globo *online*, 17 mar. 2003. (*apud*)
- BEZERRA, P. “Um caso de tradução com Dostoiévski”. Revista Época. São Paulo, 22 set. 2011. Entrevista concedida a Luís Antônio Giron. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/cultura/noticia/2011/09/um-caso-de-traducao-com-dostoievski.html>>. Acesso em: 7 dez. 2016.
- BRAGA, R. “Este livro”. In: *Contos russos: os clássicos*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004, pp. 9-10.
- CUNHA, A. “A literatura japonesa em tradução no Brasil”. In: ARENDT, João Cláudio et al. (orgs.). *Anais do II Seminário Internacional de Língua, Literatura e Processos Culturais – SILLPRO: espaço, território e região, 19 a 22 de maio de 2014* – Caxias do Sul: UCS, 2014.
- ETKIND, A. *Vnutrennjaja kolonizacija: Imperskij opyt Rossii* [Colonização interna: A experiência imperial da Rússia]. – Moskva: Novoe Literaturnoe Obozrenie, 2014.
- GOMIDE, B. *Da estepe à caatinga: o romance russo no Brasil (1887-1936)*. Tese de doutorado. – Campinas: [s.n.], 2004.
- JAKOBSON, Roman. “On Linguistic Aspects of Translation”, in: VENUTI, Lawrence (ed.), *The Translation Studies Reader*. Londres, 1959. New York: Routledge. pp. 113–118.
- LYONS, J. *Introdução à lingüística teórica*. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. – São Paulo: EDUSP, 1979.
- MOUNIN, G. *Les Problèmes théoriques de la traduction*. – Paris: Gallimard, 1963.
- NEWMARK, P. *A Textbook of Translation*. – New York: Prentice Hall, 1988. Disponível em: <[http://ilts.ir/Content/ilts.ir/Page/142/ContentImage/A%20Textbook%20of%20Translation%20by%20Peter%20Newmark%20\(1\).pdf](http://ilts.ir/Content/ilts.ir/Page/142/ContentImage/A%20Textbook%20of%20Translation%20by%20Peter%20Newmark%20(1).pdf)>. Acesso em: 7 dez. 2016.
- NIDA, E. *Towards a Science of Translating*. – Netherlands: E. J. Brill, 1964.
- NIDA, E. “Linguistics and ethnology in translation problems”. In: Word II. – Netherlands: E. J. Brill, 1945, p. 194-208. (*apud*)
- NORD, C. “Lealdade em vez de fidelidade: proposta de uma tipologia funcional da tradução”. Tradução de Cristiane Krause Kilian. In: BEVILACQUA, C. & REUILLARD, P. (org.). *Cadernos de Tradução, No. Especial – Tradução na teoria e na prática: diferentes perspectivas*. Porto Alegre: Instituto de Letras – UFRGS, 2016.
- NORD, C. *Text analysis in translation*. Rodopi, Amsterdam-Atlanta, 1991.
- NORD, C. “El error en la traducción: categorías y evaluación”. In: HURTADO ALBIR, A. *Estudis sobre la traducció*. Castelló: Universitat Jaume I, 1996, pp. 91-107.

- NUNES, Paula. “A noção de erro em tradução e sua relação com o ensino e a formação de tradutores”. – Porto Alegre, 2010. 18 f. (texto digitado).
- OLMI, A. “Tradução e literatura comparada: multidisciplinariedade e transculturalismo”. In: *TradTerm*, 9, 2003. p. 11-26.
- OUSTINOFF, M. *Tradução: história, teorias e métodos*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2011.
- PYM, A. “Translation Error Analysis and the Interference with Language Teaching”. In: DOLLERUP, Cay & LODDEGAARD, Anne (ed.) *The Teaching of Translation*. Amsterdam: John Benjamins, 1992. p. 279-288. (apud)
- RAJAGOPALAN, K. “O conceito de interpretação na lingüística: seus alicerces e seus desafios”. In: ARROJO, R. (org.) *O signo desconstruído*. Campinas, SP: Pontes, 1992, p. 63-66.
- REIS, C. V. & MARTINS, M. A. P. *Traduções diretas vs. traduções indiretas: o caso de obras russas em português*. 143 p. Dissertação de Mestrado. Departamento de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro, 2010.
- SCHLEGEL, A. W. *Geschichte des klassischen Literatur*. Stuttgart: Kohlhammer, 1964. p. 17. (apud)
- SCHNAIDERMAN, B. *Tradução: Ato Desmedido*. — São Paulo: Perspectiva, 2011.
- SCHNAIDERMAN, B. “Para Boris Schnaiderman, autor é o ‘escritor-filósofo por excelência’”. Folha de São Paulo. São Paulo, domingo, 06 de maio de 2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0605200108.htm>>. Acesso em: 7 dez. 2016.
- SIGNOR, R. “Os gêneros do discurso” (resenha). In: *Revista Gatilho* – Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistagatilho/files/2009/12/RESENHA1.-Os-generos-do-discurso.pdf>>. Acesso em: 7 dez. 2016.
- SZILÁRD, L. “Skaz as a Form of Narration in Russian and Czech Literature”. In: BESSIÈRE, J. (ed.). *Fiction, texte, narratologie, genre*. New York: Lang, 1989.
- TOLSTOÏ, L. *Anna Karénine*. Traduction de Henri Mongault, Pierre Pascal. Paris: Gallimard, 1957.
- TOLSTÓI, L. *Anna Karenina*. Tradução revista por Marques Rebelo. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Editores, 1958.
- TOLSTÓI, L. *Anna Kariênina*. Tradução de Rubens Figueiredo. 3ª edição. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- TOLSTOJ, L. *Anna Karenina: roman*. — Moskva: Eksmo, 2011.

TOURY, G. “The Nature and Role of Norms in Translation”, in: VENUTI, Lawrence (ed.), *The Translation Studies Reader*. Londres, 1978. New York: Routledge. 198–211.

VENUTI, L. *Escândalos da tradução: por uma ética da diferença*. Trad. Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda e Valéria Biondo. Bauru: EDUSC, 2002.

VENUTI, L. *The Translator's Invisibility: A History of Translation*. London/New York: Routledge, 2008 (1ª edição de 1995).

VINAY, J.-P. & DARBELNET, J. *Stylistique comparée du français et de l'anglais: Méthode de traduction*. Paris: Didier, 1977. (*apud*)

WHORF, B. L. *Language, Thought and Reality*. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1956. (*apud*)